



A REBELIÃO DO VIVIDO NO JORNALISMO INDEPENDENTE DE FLORIANÓPOLIS

ORGANIZAÇÃO
Míriam Santini de Abreu

ORGANIZAÇÃO
Miriam Santini de Abreu

A REBELIÃO DO VIVIDO NO JORNALISMO INDEPENDENTE DE FLORIANÓPOLIS



Florianópolis, 2020 - ano da Pandemia



Organização: Miriam Santini de Abreu JP8077RS

Textos: Ana Claudia Rocha Araujo, Anita Grando Martins, Claudia Weinman, Coletivo do Portal Catarinas, Dario de Almeida Prado Júnior, Elaine Tavares, Jeffrey Hoff e Miriam Santini de Abreu

Capa e diagramação: Sandra Werle JP00515SC

Foto de capa: Rubens Lopes de Souza - Ato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis em 2019

Impressão: OP Editora Gráfica

Textos produzidos em 2019/2020

Edição Florianópolis, 2020

**Permitida a livre distribuição e cópia desde que citada a fonte.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis / Ana Claudia Rocha Araujo ... [et al.]. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Letra Editorial : Pobres & Nojentas, 2020.

Outros autores : Anita Grando Martins, Claudia Weinman, Dario de Almeida Prado Júnior, Elaine Tavares, Jeffrey Hoff, Mirian Santini de Abreu
Outros colaboradores.
ISBN 978-65-88806-00-5

1. Experiência 2. Jornalismo 3. Narrativas escritas 4. Narrativas pessoais I. Martins, Anita Grando. II. Weinman, Claudia. III. Prado Júnior, Dario de Almeida. IV. Tavares, Elaine. V. Hoff, Jeffrey. VI. Abreu, Mirian Santini de.

20-45874

CDD-302.23

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo : Comunicação social : Sociologia
302.23

Aline Graziela Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APRESENTAÇÃO

*Aos nossos selvagens e erráticos
bosques de jornalismo e seus semeadores*

O título deste livro vem do livro *A revolução urbana*, escrito pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1970. Ele diz que o cotidiano é o campo de disputa entre as forças que querem dominar e as que desejam se apropriar do espaço. Para aquelas, o espaço é mercadoria, tem valor de troca; para essas, o valor é de uso, de concretude para experimentar a vida plena. Os que resistem enfrentam as coerções dos poderosos para mudar radicalmente o cotidiano opressivo. É esse o aflorar, diz Lefebvre, da “rebelião do vivido”. Florianópolis, ao sul do mundo, é uma Ilha grávida de rebeldias que, ao longo das décadas, pautam o jornalismo, outro (às vezes) rebelde.

Os artigos deste livro contam como foram as riquíssimas experiências que, desde os anos 1980, moveram e movem, na cidade, jornalistas comprometidos com o que se tem chamado de jornalismo independente/alternativo/contra-hegemônico. Cada conceito tem uma história, mas todos levam a um denominador comum: fazer jornalismo que tem e assume lado e deixa para sabão o adjetivo de “neutro” e para contribuinte da Receita o de “isento”. Foram lembradas 15 experiências, convidamos as e os colegas, chegaram contadas 8 e com elas mostram-se a força e a capacidade de organização do movimento popular de Florianópolis e o jornalismo que deu e dá visibilidade a esses movimentos.

Da forma como muitas vezes se auto-definem, os veículos do jornalismo independente/alternativo/contra-hegemônico aspiram dar ao jornalismo um valor de uso que autoriza tomá-los, de alguma forma, como resíduos do sistema de mídia hegemônico, movido pelo valor de troca. Em sua obra *Metafilosofia: prolegômenos* (1967), Henri Lefebvre afirma que cada atividade que se autonomiza tende a constituir-se em sistema, em “mundo”, o qual acaba por expulsar, indicar, o resíduo. O resíduo é o que escapa, e de onde pode partir uma resistência efetiva e prática. Lefebvre afirma que é preciso “(...) detectar os resíduos – neles apostar – mostrar neles a preciosa essência – reuni-los – organizar suas revoltas e totalizá-los. Cada resíduo é um irreduzível a apreender novamente” (p. 375-6). A proposta deste livro, contando como foram, em Florianópolis, as experiências de jornalismo com valor de uso, caminha nessa direção.

A imprensa alternativa da capital catarinense é citada no levantamento feito por Bernardo Kucinski sobre a imprensa alternativa brasileira entre 1964 e 1980 (*Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EdUSP, 2003). Aparecem os nomes dos veículos *Desterro*, *Contestado*, *Afinal* e *Denúncia*. O *Contestado*, um tabloide mensal, é referenciado com um dos que surgiram em fevereiro de 1977 como dissidência do *Movimento*, um dos mais conhecidos jornais de resistência à ditadura. O *Afinal* foi fundado em maio de 1980 – informa o livro – por jornalistas que haviam sido demitidos do jornal *O Estado*, tendo encerrado suas atividades em 1982.

Podemos citar, dos anos 1980 aos anos 2010, o *Jornal das Comunidades*, publicação da então Coordenação da Comissão de Associações de Moradores de Florianópolis, o jornal *Fala Campeche*, que expressava a luta do distrito pelo Plano Diretor, o *Jornal do MUCAP*, que era o Movimento Unificado contra as Privatizações, o *Tijoladas do Mosquito*, do saudoso Amilton Alexandre, e a *TV Floripa*. De 2010 para cá apareceram o *Maruim* e o *Estopim*, ambos em meio digital e, em 2019 e 2020, o *Floripa Centro* e a *Folha da Cidade*. Há outros, e assim a história não termina aqui!

Por ora, estão contadas, nesta obra, as rebeldias da *Bernunça* (anos 1980), da *Folha da Lagoa* (anos 1990), do jornal *Guarapuvu*, da *Rádio Comunitária Campeche*, da *Pobres & Nojentas*, do *Portal Desacato* (anos 2000), do *Daqui na Rede* e do *Portal Catarinas* (anos 2010). Cabe registrar que a jornalista Sandra Werle cuidou do projeto gráfico

e da diagramação, como fez também com dois veículos cujas histórias são contadas no livro. As mãos da Sandrinha deram forma a muitos impressos nesta Ilha de Desterro!

As histórias revelam o enlace dos veículos com as lutas do movimento popular ao longo das décadas em Florianópolis, a luta “dos contra”. No início da década de 1990, essa expressão, segundo o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn, foi uma das mais caras no vocabulário político de Florianópolis (*Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis* [1950-1980]. Insular, 2016).

Desde o início da década de 1990, assinala o autor, as manifestações de pessoas, grupos e movimentos sociais críticos a projetos públicos e privados de intervenção urbana feitos em nome dos interesses turísticos são desqualificadas por provirem “dos contra”. A expressão foi largamente usada em uma campanha publicitária em 1991 e 1992, criada pela agência publicitária Propague e patrocinada pelos “Amigos de Florianópolis” – formada principalmente por empresários do ramo turístico.

Os principais alvos da campanha eram ambientalistas e vereadores que bloqueavam o andamento de projetos na Câmara Municipal favoráveis às demandas de empresários da área turística. A 11ª legislatura da Capital, de 1989 a 1992, ficou marcada por sua combativa bancada de oposição (eram Clair Castilhos, Jalila El Achkar, João Guizoni, Ricardo Baratieri, Vilson Rosalino da Silveira e Vitor Sérgio Schmidt). O prefeito era Esperidião Amin, tendo em 1990 assumido o vice, Antônio Henrique Bulcão Viana. O movimento ambientalista de Florianópolis já se organizava desde a década de 1970, mas a partir de 1985 se fortalece, insurgindo-se contra os efeitos da acelerada especulação imobiliária na Ilha.

A campanha dos empresários deixou de ser exibida depois que três representações foram apresentadas e acolhidas pelo CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), mas a expressão “dos contra” permaneceu, agregando hoje, nas colunas dos veículos tradicionais, a expressão “ecochatos”. E é nos veículos independentes que eles terão acolhidos e visibilizados os seus pontos de vista sobre a cidade.

O livro aparece em um momento de forte ataque do governo de Jair Bolsonaro ao jornalismo e aos jornalistas. E se é grave a situação para quem atua em grandes veículos, pior ainda para os jornalistas in-

dependentes, que dispõem de pouca ou nenhuma estrutura para fazer seu trabalho, muitas vezes sofrendo assédio e sendo alvos de ameaças. Os grupos são diversificados e trabalham com dificuldades e limitações. Aqui, as oito experiências mostram diferentes propostas editoriais, assuntos abordados e formas de organização e financiamento.

No dia 20 de fevereiro de 2020, a Frente Parlamentar Municipal pela Democratização da Comunicação em Florianópolis, por iniciativa do vereador Lino Fernando Bragança Peres (PT), homenageou a *Rádio Comunitária Campeche*, o *Portal Desacato*, o *Portal Catarinas*, o *Coletivo Estopim*, o *Coletivo Maruim*, a *Pobres & Nojentas*, a *Agência Ganesha* e os *Jornalistas Livres* em Florianópolis, representados pela jornalista Raquel Wandelli. A diretora de comunicação da Associação Catarinense de Rádios Comunitárias (Acracom), Izabel Fávoro, também foi homenageada. A *Agência Ganesha*, tocada por Thiago Gonzaga Lopes, o Thiago Skárnio, nasceu de um projeto cultural lançado em 2009 para a difusão e fomento da Cultura Digital e, em 2015, transformou o núcleo de comunicação em uma agência digital e produtora independente. O toque do Thiago Skárnio, como o da Sandra Werle, está marcado no jornalismo independente da capital catarinense.

A homenagem foi um momento importante de encontro e de reafirmação do compromisso de construção de uma mídia comprometida com os trabalhadores, com os oprimidos, com os explorados da terra. Cada um dos veículos ainda em atividade recebeu um diploma de reconhecimento, e os que não existem mais foram lembrados como deve ser, porque a luta pela soberania comunicacional é um edifício construído por inúmeras mãos de jornalistas e agentes comunicacionais que decidiram romper com a falácia do jornalismo imparcial e em algum momento se entregaram ao projeto de libertação e de emancipação humana. Essa memória histórica não pode nem deve ser apagada, porque essa luta não começou agora.

Florianópolis precisa e merece que essas histórias – as nossas, as das e dos jornalistas rebeldes, a da cotidiana rebelião do vivido na cidade –, sejam lembradas. Só nós podemos honrar a nós mesmos e por isso o fazemos. Cada um de nós tem sua história heroica que precisa e deve ser lembrada e reverenciada. Contar-nos e contá-las nos flagra olhando para trás e descobrindo que ali semeamos não jardins ordenados e simétricos, reservados aos senhores do tempo e do dinheiro, e sim bosques erráticos e selvagens. Em suma, rebeldes.

SUMÁRIO

BERNUNÇA, O JORNAL DE BOCA GRANDE Dario de Almeida Prado Júnior	9
SE EU FOSSE UM PADEIRO Jeffrey Hoff	13
NO MONTE SERRAT, ONDE NASCE O GUARAPUVU Ana Claudia Rocha Araujo	43
RÁDIO CAMPECHE, UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA Elaine Tavares	53
POBRES & NOJENTAS, UMA REVISTA DE CLASSE Elaine Tavares e Miriam Santini de Abreu	61
PORTAL DESACATO NA LUTA PELA SOBERANIA COMUNICACIONAL Claudia Weinman	71
DAQUI: JORNALISMO HIPERLOCAL COM QUALIDADE E COMPROMISSO ÉTICO Anita Grandó Martins	93
PORTAL CATARINAS - JORNALISMO FEMINISTA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO Coletivo do Portal Catarinas	103
SOBRE OS E AS AUTORAS	114

BERNUNÇA, O JORNAL DE BOCA GRANDE

Dario de Almeida Prado Júnior

“O jornal que tem como marca a única personagem comunista do folclore catarinense, a Bernunça, que come criancinhas!”. Esse era um dos slogans que gritávamos na esquina da Trajano com Felipe Schmidt, em frente ao extinto Senadinho, em Florianópolis, quando vendíamos pessoalmente cada edição do nosso jornal. Era nosso mesmo, tocado pelos quatro integrantes do Conselho Editorial: Eloy Gallotti Peixoto, Márcio Dison, Sérgio Luís de Castro Bonson, Dario de Almeida Prado Junior. Em junho de 1986 lançamos o primeiro número, em setembro de 1987 o último.

Era uma delícia fazer o jornal. As discussões de pauta davam um rumo inicial, depois tudo ia se modificando constantemente. Eram tempos de “redemocratização”, após 21 anos de ditadura, e o *Bernunça* procurava abordar assuntos nacionais, estaduais e municipais, com matérias e entrevistas sobre política, com políticos, aberto a colaboradores que acreditavam no jornal. Denunciamos negociatas, as ações dos velhos políticos, fizemos forte oposição ao governo de Pedro Ivo, pedimos cadeia para Sarney, fechamos uma sucursal do esquadrão da morte carioca instalada na frente da UFSC. Provocávamos permanentemente.

Depois de cada fechamento, ocasiões de boas conversas, muito trabalho em comum mesmo, o *Bernunça* era impresso em duas cores, vermelho e preto, no formato tabloide, nas oficinas do jornal *O Estado*, no Saco Grande, algo em torno de 3 mil exemplares. Acompanhamos cada edição sair da boca da máquina.

Chegamos a vender mil exemplares no primeiro dia, a cada edição, no Calçadão. Flávio Espedito de Carvalho, o Negão, vinha com seu vozeirão lá do Rio de Janeiro formar comigo e Eloy o trio de gritões. Passávamos o dia, vendendo, vivendo as reações das pessoas e compradores, que variavam da grande simpatia a hostilidades abertas. Chegamos a ser levados aos porões do ARS pela Polícia para sermos revistados, fato imediatamente denunciado por amigos que se revezavam nos dando cobertura.

“O preço do leite aumentou é?”, gritava um de nós. “A passagem de ônibus está mais cara é?”, gritava outro. “Não tem vaga na creche pro nenê é?” gritava o terceiro. E em unísono gritávamos os três: “Bem feito, bem feito, bem feito! Quem mandou votar neles? Bem feito!” Assim entremeávamos as manchetes do próprio jornal: “Pedro Ivo é um monstro. Andrino joga dinheiro do povo no lixo. Sarney na cadeia. Esquadrão abre sede na Trindade. A resistência está nas ruas. Políticos com Aids na cabeça. Delegado vê violência crescendo em Santa Catarina”.

Os compradores se sentiam cúmplices, e eram. Alguns levavam dez, vinte exemplares, supúnhamos que destinados a repartições públicas na área. No dia seguinte às vendas no Calçadão nos mudávamos para a frente da Catedral, na Praça XV, e repetíamos o show.

Distribuíamos em algumas bancas, como a do Esse Menino na frente do Calçadão, a da Trindade perto da UFSC, na própria Universidade tinha uma também, ao lado do antigo Centro de Convivência. Nelas as vendas eram baixas.

O que arrecadávamos pagava a impressão da edição seguinte. Anunciantes eram alguns poucos amigos.

Eloy trabalhava na Assembleia Legislativa, Bonson no jornal *O Estado* (onde jamais publicaria o que publicamos dele no *Bernunça*), Márcio Dison era um grande repórter e entrevistador de TV. Eu trabalhava como fotógrafo free-lancer e tinha um estúdio na Trindade, o Foto Galeria, com minha mulher e colaboradora do *Bernunça*, Maria Tereza Nunes. No estúdio baixamos algumas edições, realizamos campeonatos da Associação de Futebol de Botão Nossa Senhora do Desterro, patrocinados pelo jornal.

Tínhamos seções como “O beijo da Bernunça”, as charges, os quadrinhos políticos e satíricos de Sérgio Bonson, a coluna de nos-

so alter ego Silvinho Paz, causador do fim do jornal com uma notícia infundada que levou o então Ministro da Ciência e Tecnologia de Sarney, Luiz Henrique da Silveira, a nos processar e fazer com que nossa grana da impressão fosse destinada à nossa defesa, mais “algum” de cada um.

Foram 5 edições, algumas com um encarte intitulado Lutas da Maioria, antes editado como jornal. Éramos independentes, bons amigos trabalhando juntos. Experiência inesquecível para mim. Era meu jornal. Era nosso jornal.

Aproveito para transcrever um texto, um box da matéria que fizemos para fechar a sede do esquadrão da morte em Florianópolis. De autoria do psiquiatra Heitor Bráulio de Freitas, nosso colaborador, diz muito sobre os dias sombrios que vivemos atualmente, vendo o crescimento do poder e influência das milícias no Brasil.

PATOLOGIA E INUTILIDADE

Estes grupos representam a continuação patológica de um estado infantil, em que a criança, sentindo o mundo de forma vaga, indiferenciada e ameaçadora, necessita unir-se em “grupos fortes” para conseguir se livrar de ameaças de castração que a figura onipotente do pai representa. Trabalhando internamente com fantasias onipotentes, acalma a ameaça paterna interior, deixando de tê-lo como inimigo real, passando a conviver pacificamente com seus sentimentos parricidas, acatando a fórmula inconsciente de que “só quem afirma nascimento pode afirmar morte, visto que nascimento e morte são a mesma coisa”.

Esta forma normal, encontrada na criança para superar seus temores edípicos, torna-se extremamente perigosa quando repetidas em adultos, visto que estes não trabalham com inofensivas fantasias interiores, mas com a realidade adulterada por estas fantasias. Ou seja, passam a atuar na realidade como se essa fosse apenas uma parte de suas fantasias, recheadas de temores e perseguições. Fazendo do interior sua principal fonte de orientação, atuam no exterior com hipocrisia, fingimentos, impessoalidade, insegurança ou perturbações aparentemente injustificadas, sem base, e, o que é muito importante, total ausência de sentimento.

Isso posto, porque a realidade funciona apenas como um pretexto para suas paranoias, aqui travestidas de um “juízo rigorosamente exato da justiça”. Identificados com a figura do pai que utiliza o castigo para “estabelecer a ordem na casa”, não conseguem afirmar o instinto de morte sem tornarem-se inimigos da vida, julgando e eliminando sumariamente o transgressor. Atuam na realidade, tornando-se a vítima de suas fantasias contaminadas por temores infantis.

O perigoso nisso tudo é que esses grupos agem rigorosamente dentro de uma lógica interna irrefutável. Só que doentia! Individualmente, eles não concebem a si próprios, visto faltar-lhes, num alto grau, a capacidade de ajuizar. Também não podem compreender que a opinião pública os tenha, constantemente, em tão baixa estima.

Na realidade, não percebem que seu comportamento externo é, de fato, de índole inferior. Por isso se reúnem em grupos onde, por seus sentimentos patológicos comuns, podem ter seus feitos corporificados por todos, tornando-os ainda mais fortes, mais irrefutáveis..., e mais loucos.

Estes tipos são, certamente, os seres humanos mais inúteis.

As seis edições do BERNUNÇA, O JORNAL DE BOCA GRANDE, podem ser consultadas na Biblioteca Estadual de Florianópolis, na Seção de Obras Raras, graças à doação dos exemplares feita pela família do jornalista Celso Martins. O material será digitalizado.



SE EU FOSSE UM PADEIRO

Jeffrey Hoff

Amigo desta coluna não se conteve diante do que está vendo hoje em Florianópolis.

Revoltado com esses ecochatos nacionais e internacionais, que com a ajuda de alguns tansos locais que se deixam levar por qualquer sotaque, estão querendo ditar as cartas na cidade, lembra com saudade os anos 70.

Naquela época, tinha o Herculano Costa. Ele pegava esses caras que chegavam dando de galo, comendo todo mundo, botava-os no porta-malas do carro e deixava-os nus, na BR. Antes, para o cara nunca mais voltar, ainda dava uma boas porradas.

Coluna de Cacao Menezes, Diário Catarinense, 6 de novembro de 1991

Se eu fosse padeiro, teria feito pão. Eu era jornalista, então fiz um jornal. Parecia uma coisa natural. Gosto de conversar com desconhecidos, o que tornou tudo mais natural. Mas talvez só para mim, não para as pessoas com quem eu conversava. Em 1990, os “nativos”, os gaúchos e os paulistas em Florianópolis ainda se tratavam uns aos outros como estranhos. Meu sotaque era o mais estranho de tudo, e provavelmente eu dizia muitas coisas estranhas.

Era claro que as coisas estavam mudando na Lagoa da Conceição, e rapidamente. Num fim de tarde no inverno de 1990,

eu caminhava pela trilha da Costa da Lagoa, rumo sul, perto do Canto dos Araçás. O céu estava cinza-escuro, fazia uns 15 graus e eu tinha ido nadar. Nada estranho para um rapaz vindo de clima frio. Passei por um vizinho, e senti que devia explicar a ele como era possível que eu fosse pular na água num dia daqueles. Eu não ligava para o frio. Lembro de pensar que a floresta e a lagoa eram tão lindas e especiais, como aquilo poderia durar? Tudo estava obviamente ameaçado.

Em 1º de março de 1991, voltei à Ilha para ficar. Eu tinha trabalhado como jornalista em Nova York nos dez anos anteriores, e lá tinha encontrado uma professora de Jornalismo da UFSC, que fazia mestrado na New School for Social Research (onde por acaso eu tinha trabalhado, dando aulas na graduação em Jornalismo). Nos apaixonamos, estávamos felizes. Eu era repórter free-lancer, viajava muito. Ela tinha obrigação contratual de voltar à UFSC. Meu primeiro trabalho como correspondente tinha sido no Brasil, muito tempo antes, no ano da campanha pelas “diretas”. Eu gostava do Brasil. Em Nova York, tinha trabalhado seis anos na rua em frente à ONU, em uma pequena agência alternativa de notícias internacionais. Conhecia pessoas e tinha amigos no mundo todo. Por alguma razão, me dava especialmente bem com os brasileiros.

Anos depois, encontrei uma carta que escrevi à minha namorada Giki no avião vindo de Nova York para São Paulo: “Sou um repórter de Nova York, o que vou fazer em Florianópolis?”. A resposta está nas primeiras linhas deste texto.

Já morando aqui, eu sentava no chão de casa com a *Folha de São Paulo*, o *Diário Catarinense* e um dicionário abertos, estudando português, o Brasil, Santa Catarina. Notei que estava havendo um debate sobre usar o horto do Córrego Grande para instalar uma “tecnópolis”. Alguns achavam que seria um progresso, outros que seria a destruição da natureza e do espaço público. Um dia, li uma declaração do então governador Vilson Kleinübing, dizendo algo como: No primeiro mundo é comum usar reservas naturais para construir escritórios.

Engraçado, pensei, eu não conseguia lembrar de nenhum caso em que isso tivesse acontecido, e o governador também não citava nenhum. De fato, as reservas naturais que eu conhecia

eram para preservar a natureza. Decidi escrever um pequeno comentário para o jornal. O debate sobre a tecnópolis no parque estava esquentando. A creche onde a filha mais nova da Giki estudava fez uma manifestação para salvar o parque, que saiu no Jornal Nacional da *Rede Globo*.

Um amigo que eu tinha no curso de Jornalismo me passou o contato do editor do *DC* naquela época, e eu enviei a ele o comentário. Como uma semana depois ainda não tinha recebido resposta, liguei para o jornal. Pelo menos, o editor me atendeu, mas fiquei perplexo ao ouvir o argumento dele para não publicar meu comentário: o jornal tinha uma posição diferente.

Sim, mas o sentido das cartas dos leitores e dos textos de opinião não é justamente expressar posições diversas? – perguntei a ele. Não conseguia acreditar que tinha ouvido um jornalista justificando limites a um debate. Olhem só minha ingenuidade.

Não lembro muitos detalhes, afinal já se passaram 28 anos. Então, para escrever essa história sobre a *Folha da Lagoa*, fui revirar o que restou dos meus arquivos daquele tempo. Pouco sobrou dos ataques de cupins, mofo, e do estágio terminal de velhos disquetes. Mas encontrei algumas surpresas. Não lembrava, por exemplo, que tinha enviado a carta abaixo a Luís Figueiredo, o então editor-chefe do *Diário Catarinense*.

Florianópolis, 1 de Julho de 1991

Prezado Luis Figueiredo
Editor-Chefe Diário Catarinense

Em parte porque sou estrangeiro, e em parte porque sou um repórter, sinto a necessidade de clarificar a breve conversa que tivemos na noite de 14 de junho, a respeito do artigo que escrevi sobre o Horto Florestal para sua página de opinião.

Você disse que o jornal não poderia publicar meu comentário sobre a instalação do Pólo de Informática no Horto porque o Diário Catarinense tem uma posição diferente da minha. Você deve ter notado que fiquei meio aturdido. Não por causa da minha dificuldade com a linguagem -- a gente aprende a se comunicar apesar disso --mas porque fiquei perplexo com a razão apresentada.

Em minha experiência como jornalista, ninguém havia ainda me dito que um artigo meu não seria publicado em razão das idéias nele contidas. De fato, dois dias após nossa conversa, tive dois artigos publicados: um no The New York Times, que, estou certo, incomodou um destacado governador dos Estados Unidos; o outro, no New York Newscday, questionando atos da policia de São Paulo.

Aprecio sua franqueza. Muitos editores teriam dito: "Não tenho espaço", "não está bem escrito", ou "ainda não tive tempo de ler, ligarei quando for possível." Concluo que sua sinceridade indica uma compreensão de como reagiria um jornalista dos Estados Unidos, onde mesmo jornais com posições extremamente conservadoras ou liberais abrem regularmente espaço para colunas, cartas e comentários de pessoas com perspectivas bem diferentes.

Eu sei que o jornalismo é praticado de maneira diferente no Brasil e nos Estados Unidos. Não acredito que padrões possam ou devam ser transferidos de uma nação ou cultura para outra. Mas acredito que os editores e proprietários do Diário Catarinense desejam que o jornal tenha um papel digno e responsável nesta jovem democracia.

Num primeiro nível, isso significa, é claro, permitir um livre intercâmbio de idéias. Não estamos aqui discutindo questões de reportagem. Apesar de me chamar a atenção o fato de que a maioria da informação relativa ao Horto tenha sido publicada não sob a forma de notícia, com citações e indicação das fontes, mas na página Opinião, na coluna Visor da página dois e na coluna de Cacau Menezes.

Sei que ainda não sou exatamente um membro desta comunidade. Mas acredito que minhas idéias sejam representativas do pensamento de um importante setor da comunidade que quer o Pólo em Florianópolis, mas não no Horto.

Talvez eu não o tenha compreendido bem. Se este foi o caso, me desculpe. Mas gostaria de entender porque o material não foi utilizado, quando tantos outros artigos de opinião continuam a ser publicados sobre o assunto.

Não quero parecer dono-da-verdade, apenas sério. Gostaria de que aquele artigo pudesse ser publicado.

Espero que possamos sentar para uma amigável conversa sobre jornalismo.

Atenciosamente,

Jeffrey Hoff

Nunca cheguei a sentar pra conversar com Figueiredo, e não lembro quando foi que me ocorreu a ideia de que poderíamos fazer o nosso próprio jornal comunitário. A Lagoa ainda era uma vila pequena, com 7.400 moradores. Não custaria muito imprimir mil cópias. No dia primeiro de agosto de 1991, enfim, o Número Zero da *Folha da Lagoa* estava nas ruas.

Na primeira página, vinha esta mensagem à comunidade:

Esta é a Folha da Lagoa – o nosso jornal comunitário. Neste tempo de tantas mudanças ao redor da Lagoa da Conceição, nós, que moramos aqui, precisamos mais que nunca estar informados. Precisamos de um canal para trocar informações sobre os projetos em que estamos envolvidos, nossas idéias, nossas preocupações, nossas vidas.

A edição e seleção dos artigos será feita por um conselho editorial, aberto a quem quiser participar. O conselho editorial se responsabiliza por fazer reportagens e publicar informação sobre reuniões e atividades dos muitos grupos ativos em nossa comunidade. O conselho é independente de qualquer partido ou organização, e nossas reuniões estão abertas à participação de todos. Convidamos os leitores a escreverem notícias, ideias, brincadeiras e reclamações nos cadernos da Folha da Lagoa espalhados em diversos pontos da comunidade.

Para produzir o jornal, reunimos alguns amigos. Giki (Gilka Girardello) assinava como jornalista responsável, e Bebel Orofino, sua grande amiga e ex-aluna, nos acompanhava no conselho editorial. A experiente jornalista Elaine Borges, também moradora da Lagoa, leu o número zero, nos telefonou, dizendo que gostaria de participar do jornal, e daí em diante passou a compor a equipe. O fotógrafo era o amigo e vizinho Pedro Paulo, e dois outros amigos faziam as ilustrações. O jornal era publicado em folhas brancas A4, que eram montadas no chão do nosso quarto, com papel, tesoura, cola e um esquadro.

Nós tínhamos deixado caderninhos escolares amarrados a uma caneta em alguns bares, minimercados e no Posto de Saúde antes de publicarmos o Número Zero. A última página, então, trazia de alto a baixo mensagens escritas pelos moradores nesses cadernos.

“Precisamos de um local para futebol de campo e uma creche, na lagoa”.

“Grupo de Idosos; Bingo dia 30 de agosto às 20 horas no SAL”.

“Queremos que o Casarão faça obras para a comunidade, pois teatro os nativos não conhecem”.

“Atenção: Estão terminando de construir um terceiro piso numa construção quase na beira da lagoa, no asfalto, na direção do Campeche. É um absurdo, a lei só permite dois andares. Se for aberto o precedente, adeus Lagoa. (Fred d’ Orey)”

Este último foi um dos poucos recados assinados.

A intenção era dar voz à comunidade. Na página 2 vinha um depoimento do Presidente da Associação de Moradores da Lagoa (AMOLA), ao lado de uma enquete. Outra página trazia a mensagem de um médico do Posto de Saúde. Lendo-a hoje, pode-se perceber que até poderia ser um pouco radical para a época:

Noventa por cento das mulheres que engravidam não o planejam, fala o médico Pedrão, que nos documentos se chama Pedro Luiz Schmidt. Talvez porque as mulheres não saibam que o Posto de Saúde está pronto para orientar sobre anticoncepção – como evitar filhos – aleitamento, gestação, pré-natal.

O artigo também orientava os moradores a como prevenir o câncer, acrescentando:

Lá se pode dar pontos em ferimentos, fazer nebulização, tomar injeções, tirar verrugas, tratar unhas encravadas

e drenar abscessos (pustemas). Trata-se casos de obesidade (gordura em excesso), diabetes, pressão alta. Também é possível trocar uma seringa usada por uma nova.

Essa, claro, era uma mensagem jornalística e médica. A comunidade podia ver que a *Folha da Lagoa* trazia informações sobre problemas pessoais e sociais.

A manchete do único artigo na primeira página noticiava uma promessa que infelizmente nunca se concretizou: “Um Posto de Saúde aberto 24 horas e uma creche para 500 crianças vão começar a funcionar na Lagoa no ano que vem, de acordo com o Intendente Valci Vieira”. Bem, a creche até foi construída, mas o posto de saúde ainda fecha à noite e aos finais de semana. Ao menos me consola um pouco saber que a notícia era atribuída a uma declaração feita pelo intendente, em resposta a uma carta que a associação de moradores havia mandado ao prefeito em junho. O segundo parágrafo advertia: “O presidente da AMOLA, Aléssio dos Passos, disse que ainda não recebeu resposta oficial”.

Aléssio também assinou um provocativo texto de opinião na página 2, que é um retrato perspicaz das rápidas mudanças e dos desafios que o bairro, cada vez mais diversificado, enfrentava.

OPINIÃO

Aléssio dos Passos Santos
Presidente da AMOLA

A Lagoa da Conceição é do nativo, de quem veio para morar, do turista, do nômade, de todos. Imaginem! Na verdade a Lagoa não pertence a ninguém, ela não tem dono, é do mundo.

Ao contrário das pessoas, que traçam seu próprio destino, a Lagoa, inconsciente, se transforma ao sabor da ação de outros agentes - pessoas, clima, etc...

Muitos corações vigilantes e responsáveis se emocionam ao ver tanta beleza, e, numa retribuição mínima, num acesso de expiação de culpa, ou apenas por um pouco de vergonha, assumem integralmente responsabilidade por suas ações. Afinal, se nos omitirmos e deixarmos prosseguir uma ocupação devastadora, predatória e poluidora, a Lagoa não gritará nem ficará febril, irá apenas morrer, um dia.

Em toda a ilha se vê favelas de pobres e favelas de ricos. A integração das residências ao meio ambiente é o que devemos defender. Quanto mais tratarmos do jardim à sua volta, mais a Lagoa nos agradecerá, silenciosa, enchendo nossos

olhos e nos alimentando de peixes, frutos e energia. Afinal, como você acha que será o futuro, que ambiente os nossos filhos vão herdar?

Temos que pensar juntos a Lagoa. Embora seja difícil, temos que unir os interesses da comunidade, dos empresários, e do governo - nos três níveis. Nessa batalha de um contra o outro todos saem perdendo, e acabam sendo aprovados projetos destruidores da qualidade de vida dos moradores e dos turistas. Não podemos esquecer a ajuda do IPUF, com seus técnicos de excelente gabarito para planejar, e de organismos internacionais fazendo, sim, da Lagoa, um laboratório de estudos.

A Lagoa deve sair primeiro da crise de imobilismo que atravessa a nação brasileira. Defender a Lagoa é o mesmo que lutar pela nossa sobrevivência. A destruição da natureza é a extinção da raça humana.

A cada quinzena este espaço estará aberto à opinião de um membro da comunidade.

ENQUETE

Pavimento Para o Canto dos Araçás: O Que Você Acha?



José Ramos (Zé Pequeno):

"É melhor estrada calçada, mas se não fazem lombadas vai piorar. Se tem que pagar eu não quero. O que a gente ganha já não dá pra comer, que dirá pra pagar a estrada."



Alair dos Santos (Ica):

"Com lajotas é sempre mais perigoso. Lajota é melhor que barro, mas tem que ter dois passeios, um pra caminhar e um pra bicicletas."

Ivo Henrique Ramos:

"Não quero asfalto, nem ônibus. Lajotas, sou a favor, mas esgoto primeiro."

A Associação dos Moradores da Lagoa foi criada aproximadamente em 1985, e a declaração de Aléssio deixava claro que o bairro estava vivendo conflitos e transformações.

Encontrei um exemplar de um outro jornal comunitário local, de 1981. O nome desse jornal era O DISTRITO DA LAGOA, e o exemplar que tenho é do seu ano 1, número 2, ao custo de CR\$10,00, trazendo logo ao alto da página 1 os nomes dos bairros do Campeche, Rio Tavares, Canto, Freguesia (nome pelo qual o “centrinho” da Lagoa era conhecido), Retiro, Barra e Costa. Esse jornal não apresentava tanto as transformações no bairro como problemas, estando suas duas páginas centrais focalizadas nas dificuldades de abastecimento de água.

Uma coluna chamada “Panorama dos bairros” trazia os seguintes alertas:

Lagoa: *Os moradores da Lagoa continuam sofrendo no dia a dia o problema do ônibus que até agora não teve nenhuma solução.*

E um outro, que dá muito o que pensar:

RIO TAVARES TELEFONE PÚBLICO

A falta de um telefone público no trecho entre a Igreja de Pedra e o cruzamento da estrada do Canto está sendo motivo de um abaixo-assinado que deverá ser encaminhado às autoridades responsáveis.

Uma população de aproximadamente 1500 pessoas é prejudicada com a falta do aparelho. Sendo que os telefones mais próximos distam de 3 a 4 quilômetros do cruzamento.

Hoje pode ser que haja mais de 1.500 telefones celulares ao longo daqueles 3 a 4 quilômetros entre o cruzamento do Canto e a Igreja de Pedra, mas ainda assim, será que a gente sabe mais sobre a comunidade, e estamos mais engajados com ela?

Voltando à *Folha da Lagoa*. Em agosto de 1991, nosso número zero incluía uma matéria sobre um projeto que instigou grande debate na comunidade: uma marina de luxo para 200 barcos e resi-

dências para 1.712 pessoas estava para ser construída no canal da Barra da Lagoa. O primeiro parágrafo da matéria dizia que a obra era “desejada por alguns moradores e rejeitada por outros”.

A matéria mencionava um relatório da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente do estado (Fatma), de 1989, que dizia que uma parte da área onde seria colocada a marina incluía um manguezal, que deveria ter sido protegido, e outras obras a menos de 30 metros do canal. Naquele ano a Festa da Tainha (na época, um evento de grande importância e popularidade em toda a ilha) foi realizada num terreno pertencente às empresas que estavam propondo a marina, Portobello e Pedrita. A matéria indicava que o novo projeto apresentado à prefeitura era semelhante a um que tinha sido rejeitado em 1989 por órgãos federais e municipais; e que, no entanto, o Conselho Comunitário da Barra da Lagoa apoiava a marina proposta.

Mas a comunidade estava dividida. Um grupo chamado Comitê em Defesa da Barra entregou cerca de mil folhetos num sábado à noite, em frente à entrada da Festa da Tainha, segundo a matéria, que afirmou: “Os folhetos criticavam as violações à natureza e pediam que os moradores sejam informados antes que qualquer grande projeto comece a ser construído na comunidade”.

Duas semanas depois, o título do Editorial na página 2 da *Folha da Lagoa* número 1 era “O Direito de Saber”, e o texto salientava: “Grandes mudanças em leis de zoneamento são feitas frequentemente sem que nada apareça nos jornais, e sem discussão na comunidade”. A matéria avisava que nos meses seguintes a Câmara de Vereadores iria votar um novo zoneamento para a Barra da Lagoa e também sobre o zoneamento necessário para a marina: “Os planos terão grande impacto no futuro da comunidade, mas poucos moradores tomarão conhecimento deles, ou terão a oportunidade de discuti-los”. O editorial continuava, dizendo: “é muito difícil de saber quando a Câmara irá votar uma questão. A pauta é em geral anunciada às 18 horas do dia de uma votação. Já fica apertado para o público e a imprensa conseguirem chegar às 19 horas, para assistir a sessão, quanto mais para preparar qualquer intervenção junto aos vereadores”.

O editorial insistia que a prática precisava mudar. Pedia-se que a pauta fosse publicada pelo menos no dia anterior à sessão nos principais jornais e rádios, acompanhada de uma descrição

clara e breve de cada assunto. Pedia-se o fim de votações secretas e a realização de audiências públicas bem divulgadas para que a sociedade pudesse tomar conhecimento e debater grandes projetos e mudanças no zoneamento. O texto de opinião concluía:

Quem paga impostos e vota tem o direito de saber das atividades do governo. Funcionários eleitos e não-eleitos esquecem muito facilmente que seu maior dever é servir o público. Democracia não se faz com segredos.

Infelizmente não lembro bem, mas acredito que o editorial possa ter sido estimulado pela grande dificuldade que o jornal teve para obter uma cópia dos projetos de lei com as mudanças de zoneamento na Barra da Lagoa.

E a *Folha da Lagoa* divulgou mais notícias sobre planejamento urbano. A manchete da página 3 da mesma edição era: “NOVO PLANO: 400 mil no Campeche”, com a primeira frase: “Daqui a 20 anos, 400 mil pessoas poderão estar morando no Campeche – mais do que no centro”, segundo um plano do governo municipal.

Eu tinha entrevistado o presidente do IPUF da época, Ulf Hermann Mondl, e ele me disse: “a região terá que ter mais moradores do que o centro, que não vai crescer até muito mais que 300 mil pessoas”. (Hoje sabemos que a ilha inteira ainda não tem 400 mil pessoas e o Campeche como um todo, incluindo Rio Tavares, Morro das Pedras e Armação, não tem 30 mil pessoas).

A matéria dizia que os detalhes do plano ainda não haviam sido finalizados, nem liberados para o público. O plano previa um grande shopping no Campeche, além de um parque industrial à beira do mangue. O projeto incluía ainda uma estrada de 4 pistas, chamada de Via Parque, em cima da restinga, que é protegida por lei federal, ao longo do mar.

Eu lembro que a primeira vez que visitei o presidente do IPUF, Hermann Mondl, ele me recebeu bem, claramente intrigado por ter um norte-americano perguntando sobre a ilha. Também lembro de ter visto ali no IPUF uma maquete de Florianópolis, com 5 ou 7 pontes ligando a ilha ao continente.

Poucas semanas depois, durante um evento público no Rio Tavares, o presidente da Câmara Municipal veementemente negou

saber de qualquer plano para permitir um crescimento tão grande no Campeche. O debate sobre aquela proposta, que ainda se estenderia por muitos anos, estimulou a comunidade do Campeche a se mobilizar em resposta. Foram organizadas dezenas de seminários e audiências independentes e comunitárias. Com a ajuda de professores da UFSC, da UDESC e de profissionais do bairro, a comunidade elaborou seu próprio plano diretor popular, em um processo então talvez inédito no país.

Em meados dos anos 2000, a Câmara aprovou o plano do IPUF permitindo 400 mil pessoas no Campeche e a estrada por cima da restinga à beira-mar. Mas um juiz estadual determinou que a aprovação não era válida, porque faltava debate popular, como exigia a lei federal, o Estatuto da Cidade, de 2001.

Voltando ao número 1 da *Folha da Lagoa*, de suas 8 páginas, somente as páginas 2 e 3 tratavam dos assuntos polêmicos do planejamento urbano. Mais uma vez a última página publicou as mensagens colhidas nos cadernos deixados em vários pontos do bairro. Uma nota dos editores pedia desculpas por não haver espaço para publicar todas as mensagens que as pessoas tinham escrito.

Aqui estão algumas delas:

“Vejam, senhores: o segundo Casarão (na pracinha da Lagoa) é escola de teatro, e a Delegacia da Lagoa está para ser despejada. Que tal conciliarmos cultura e segurança, dividindo aquele espaço?”

“Pavimentar Rendeiras já!”

“Aqui vai o meu protesto contra a entrada indiscriminada de uma quantidade imensa de “bichos-grilos” na Lagoa”

A página 2 do jornal publicava uma enquete sobre outro debate que estava esquentando na comunidade, intitulada: *“PM Na Praça: a AMOLA está pedindo que um Posto de Polícia Militar seja instalado na Praça Bento Silvério. O que você acha da ideia?”*

Houve respostas contra e a favor. Dalmi Oliveira, 60, motorista de táxi, disse: “sou a favor. Isso aqui virou uma bagunça. O dia que tem baile no SAL eles quase arrebentam tudo”.

Já Renato Hilton Fernandes, 20, dono do “Bar do Zenir”, na praça, falou: “Seria bom por um lado, mas praça é pra ser alegre, e

com polícia o pessoal não vai se motivar tanto pra brincadeiras. Se tem rolinhos no futebol, eles mesmo resolvem. Já com polícia, fica uma coisa meio estranha”.

Mas a capa do jornal focalizava outro tema, com a manchete “Meninos da Lagoa: Falta Atendimento Comunitário”. A reportagem tinha conversado com o novo presidente da AMOLA, Mário Arcelino Medeiros, que também coordenava o futebol infantil no bairro: “O risco que a gente corre é que não temos atividades para eles”.

Uma página da *Folha* foi dedicada às atividades do Centro Cultural Jornalista Bento Silvério, o Casarão, com uma matéria assinada pela funcionária da prefeitura que coordenava o centro. Também havia um calendário de eventos da Igreja, da AMOLA, da Sociedade de Amigos da Lagoa, além de uma matéria sobre alguns dos surfistas pioneiros do bairro.

Novamente, uma página inteira trazia informações sobre o atendimento no Posto de Saúde, desta vez com foco no tratamento dentário. Menciono essas questões do cotidiano para deixar claro que em grande medida a *Folha da Lagoa* era um simples jornal comunitário, não dominado por temas controversos.

Nunca tivemos qualquer intenção de ganhar dinheiro com o jornal, sabendo que mal conseguiríamos pagar os custos de impressão com os poucos minúsculos anúncios vendidos no rodapé de algumas páginas.

De alguma forma, conseguimos publicar o jornal quinzenalmente. O número 2 saiu dia 2 de setembro, com a seguinte manchete na primeira página: “Lixo Demais”. Dia 16 de setembro, o número 3 chegou às ruas, com a manchete “Esgoto de Menos”, na primeira página, e um subtítulo perguntando: “Você sabe para onde vai a água depois que você puxa a descarga?”

Na edição de 2 de setembro, um artigo na página 3 abria assim: “Um telefone vai tocar pela primeira vez na Costa da Lagoa daqui a poucas semanas, assim que terminem as obras de um posto telefônico na localidade, e que um operador seja treinado”. Sem qualquer transição, o parágrafo seguinte dizia: “Um novo sistema de distribuição de água está sendo finalizado na Vila da Costa, onde os moradores das quase 100 casas ficaram vários dias sem água durante a seca deste último inverno”. E continuava: “os moradores da Costa ainda sofrem com a falta de esgotos e coleta de

lixo”. A Comcap ainda não tinha um orçamento para um sistema de coleta no bairro.

Havia um artigo sobre uma rendeira, Maria Guilherma, com 73 anos, que tinha ensinando suas 6 filhas a fazer renda: “Diante de sua casa na Avenida das Rendeiras, estão quatro barracas para venda do artesanato. ‘A amarela é da Zulma, a azul da Delorne, a branca da Sílvia e a marrom da Norma’, ela aponta com orgulho”.

Duas colunas foram dedicadas à Festa do Divino, com uma foto dos festeiros. “Só da Barra vieram cinco ônibus.” A última coluna da página falava do Grupo de Idosos “Lagoa Formosa”, do Clube de Mães da Lagoa, e da Festa da Primavera na Escola Básica Henrique Veras.

Tínhamos decidido que não haveria propagandas na primeira e na última páginas, só nos rodapés das seis páginas internas, e em quase todas as colunas havia um pequeno anúncio.

E mais uma vez notas escritas por leitores nos cadernos que a *Folha da Lagoa* mantinha em diversos locais do bairro:

“Por que não estilizar-se as construções comerciais, como em Blumenau, aqui no estilo Açoriano?!”

“É preciso salvar a Joaquina do crime visual do qual está sendo vítima.

“A Comunidade do Canto da Lagoa está reclamando da falta de lombadas na rua Laurindo Januário da Silveira (...).”

“Será realizado em setembro, com data a ser divulgada, um campeonato de dominó no Bar do Deca, com as seguintes premiações: 1º lugar = um novilho; 2º lugar = um porco; 3º lugar, uma caixa de cerveja (A organização).”

Na edição de número 4, publicada em primeiro de outubro, seis semanas depois que nosso jornalzinho comunitário pediu uma audiência pública, a fim de que a comunidade pudesse conhecer os planos para a Barra da Lagoa, o artigo da primeira página era uma reportagem sobre a apresentação feita na Câmara Municipal por engenheiros e arquitetos contratados pelas empresas Portobello e Pedrita, sobre o projeto de construir residências para mais do que mil pessoas e uma marina para 60 barcos no Canal da Barra.

O projeto da marina incluía a dragagem do canal atual e a construção de cinco novos canais. A Procuradora da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho participou da reunião na Câmara e questionou a falta de detalhes sobre a dragagem e como isso afetaria a lagoa. A matéria no jornal contou que Castilho “criticou duramente a empresa por não ter mencionado o relatório feito pela Fatma (Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente do estado) em janeiro de 1990, que fora contrário à dragagem e à construção da marina. O relatório da Fatma dizia: “Ficou claro também que a proposta de implantação da marina-vila náutica é em local completamente inadequado, face à importância e fragilidade do canal que liga a Lagoa da Conceição ao mar. Diante do exposto, somos de PARECER CONTRÁRIO à implantação do projeto, e sugerimos que o empreendimento seja localizado em outra área”. (Grifo no original)

Segundo a matéria, na noite seguinte, na mesma sala da Câmara, mas com um público menor e na presença de poucos vereadores, os técnicos de IPUF apresentaram a proposta de um novo zoneamento, que previa 11 mil moradores na Barra – o dobro da população da época – até o ano 2010.

A matéria sobre as propostas de novo zoneamento para a Barra e para a marina tomou duas páginas do jornal. E no alto da página 3 publicamos um espaço em branco com a legenda: **“Espaço onde a Folha da Lagoa pretendia publicar o mapa do novo zoneamento da Barra. O mapa não foi liberado pela prefeitura”.**

A matéria sobre a proposta de mudanças na Barra apresentou alguns dados fornecidos pela prefeitura. “Em 1990, a Barra da Lagoa tinha 703 famílias nativas, e 468 famílias tinham chegado recentemente de outros lugares”. O IPUF justificava seus planos para o bairro com estimativas de que até 2010 o número de famílias “de fora” iria triplicar, chegando a 1.500, enquanto as famílias nativas nem mesmo iriam dobrar em número, chegando apenas até 1.200. De fato, segundo o censo de 2010 a Barra da Lagoa tinha muito menos do que 2.700 famílias e 11 mil moradores, como o IPUF estimara, sendo a população de apenas 4.925 pessoas.

A página 7 da mesma edição reportava os planos do IPUF para mudanças de zoneamento no Retiro da Lagoa, que permitiriam prédios de até seis andares, para acomodar 10 mil pessoas. Esse pla-

no foi depois aprovado pela Câmara, mas barrado na justiça, creio que por conta de um processo movido pela OAB. E a população do Retiro da Lagoa era de apenas 634 pessoas de acordo com o Censo de 2010, que registrou outras 374 pessoas nas Dunas da Lagoa. É possível ver assim que, como fez no Campeche, o IPUF tinha proposto um zoneamento que acomodaria muito mais residências do que de fato era necessário, o que mesmo assim em um curto prazo iria aumentar consideravelmente o preço dos terrenos.

O editorial da página 2 no número 4 da *Folha da Lagoa* foi intitulado “O Direito de SABER II” (já que o editorial do número 1 do jornal tivera o mesmo título, seis semanas antes):

A Câmara de Vereadores tem diante de si três projetos que podem alterar drasticamente o ambiente natural e social da Lagoa -- da Costa ao Porto, da Barra ao Canto. No entanto, nenhum desses planos foi apresentado ao público na Lagoa, e funcionários do governo tem tornado muito difícil para o público conhecer os detalhes desses projetos.

A desculpa é que os planos para os novos zoneamentos da Barra e do Retiro não podem ser revelados até que sejam aprovados pela Câmara e pelo prefeito. Funcionários dizem também que a liberação prematura dos planos poderia estimular a especulação imobiliária.

Entretanto o IPUF normalmente revela planos para grupos empresariais e proprietários de terrenos antes que eles sejam aprovados pelo legislativo. Além disso, muitos donos de terrenos costumam pesquisar mudanças nas leis de zoneamento para especular e negociar. Eles não dependem de reuniões públicas ou notificações legais para comprar e vender.

(...)A divulgação de projetos também evita que pessoas com acesso a informação tirem vantagem de seu conhecimento sobre mudanças previstas.

Como podem os vereadores e o prefeito tomar decisões sem saber a opinião do público sobre projetos que vão interferir diretamente na vida dos moradores? E como pode o público amadurecer opiniões se não está sendo informado?

De algum modo, a *Folha da Lagoa*, com tiragem de 1.000 exemplares, impressa em estilo enxuto mas caseiro, tinha chamado alguma atenção. No dia 11 de outubro, Cacau Menezes escreveu essa nota em sua coluna no *Diário Catarinense*:

Não bastasse os que já têm. Florianópolis está importando ecochatos, não de outros estados, mas de outros países. Um norte-americano de Nova York, instalou-se na Barra da Lagoa há quatro meses, e um de seus primeiros investimentos foi produzir um jornal cuja linha editorial é clara: contra a modernização e desenvolvimento do distrito. Isso inclui oposição total ao projeto de construção de uma moderna marina.

O número 5 da *Folha da Lagoa*, de 18 de outubro, trouxe um editorial em forma de carta-resposta dirigida a Cláudio (Cacau) Menezes. O texto esclarecia que eu era somente integrante do conselho editorial e que o jornal estava aberto à participação de um amplo espectro da comunidade. Também dissemos a Cacau: “Ao ler os exemplares, você vai perceber que não há um único artigo ou editorial tomando posição contrária a qualquer projeto de construção na Lagoa. Nós reproduzimos críticas a um projeto de marina, feitas por funcionários e órgãos do governo”.

A carta-editorial esclarecia que o papel do jornal vinha sendo tentar apresentar os projetos à comunidade, porque “o governo, e outros jornais locais, praticamente não tem fornecido informação a respeito desses projetos, que afetam diretamente os moradores”. Pedia-se a Cacau: “observe especialmente os editoriais Direito de Saber” (citados neste artigo). A carta dizia acreditar que o *Diário Catarinense* poderia “assinar em baixo dos princípios expressos. (...) Eles não se opõem ao desenvolvimento, e sim ao fato de decisões relativas ao desenvolvimento serem tomadas a portas fechadas, sem o conhecimento e a participação pública”.

Pareço ter escrito com um misto de sinceridade, seriedade, ironia e ingenuidade. “A *Folha da Lagoa* não é um jornal de ecochatos, mas não nos envergonhamos de nossa preocupação com o meio ambiente. (...) Se você quiser, podemos sentar e conversar. Você está convidado, também, a escrever para o jornal, se tiver comentá-

rios a fazer sobre a marina, o projeto para o Retiro, ou outro assunto relativo à Lagoa”. Foi mencionado que ele tinha me convidado a comparecer no Jornal do Almoço no dia 19 de outubro.

Diretamente abaixo do editorial, vinha o aviso: “A cada quinzena a Folha tem espaço aberto para artigos de opinião de membros da comunidade”.

A chamada de capa da edição de 18 de outubro era: “Câmara Aprova 4 Andares na Lagoa”. A notícia confirmava que o público não tinha sido avisado dos importantes assuntos votados na Câmara. Edições anteriores da *Folha da Lagoa* haviam informado sobre outras mudanças potenciais de zoneamento, mas não desta. Curiosamente, nem o artigo, nem o editorial reconheceram isso. Outra matéria, na primeira página, noticiava uma reunião comunitária que havia ocorrido dia 6 de outubro, na SAL (Sociedade de Amigos da Lagoa) onde cerca de 100 moradores debateram o projeto de novo zoneamento permitindo prédios de seis andares no Retiro da Lagoa. Apesar de um arquiteto do IPUF ter participado da reunião, ele não disse nada à comunidade sobre aquela outra importante mudança de zoneamento, em vias de ser aprovada.

A reunião tinha sido chamada pela AMOLA e foi coordenada por seu diretor de meio ambiente, Aléssio dos Passos Santos. O ex-prefeito e nativo da Lagoa Édson Andrino estava lá e falou contra uma possível duplicação da Avenida das Rendeiras. Em relação aos prédios de 6 andares no Retiro, o ex-surfista profissional Fred D’Orey, que vivia na Lagoa naquela época, questionou: “Por que forçar uma ocupação tão grande tão longe do centro? Qual é o turista que vai querer ir ver prédios de seis andares?”

A matéria apontou que “alguns moradores, porém, acharam o projeto razoável. “Não se pode construir um muro ao redor da Lagoa”, permitindo acesso somente àqueles que já estão aqui”, disse Walter Borges, que sugeriu um plebiscito para determinar a posição do público.

O número 5 da *Folha* não teve matéria sobre a marina, e não lembro de Cacau ter feito qualquer questão mais desafiadora ou críticas ao nosso jornalismo durante minha entrevista ao vivo no Jornal do Almoço no dia 19. Mas no dia 24 de outubro, a página 2 do *Diário Catarinense* (que era o jornal com maior circulação na cidade e no estado), publicou a seguinte nota na coluna Visor:

“TERIA um ilhéu, o direto de influir nos destinos de uma cidade dos Estados Unidos da forma como o norte-americano Joffrey (sic) Hoff age na Barra da Lagoa? Não. No mínimo, seria deportado”. (Grifo no original)

Nós assinávamos o *DC*, li a nota de manhã cedo e sei que não gostei. E a levei a sério. Ser deportado não era uma opção. Eu tinha uma vida e uma família em Florianópolis, não iria embora, e percebi que teria que confrontar quem quer que estivesse me ameaçando. Teria que buscar defesa legal para minha permanência no Brasil e para a *Folha da Lagoa*.

A coluna onde a nota foi publicada não era assinada naquela época, não sei quem a escreveu. Mas senti que o *Diário Catarinense* estava passando um recado. Considerando que a coluna e *Cacau* enfatizavam erroneamente que eu estava agindo na Barra da Lagoa, sendo que somente uma pequena percentagem das 5 edições publicadas até aquele momento mencionava a Barra, entendi que o assunto da marina proposta pela empresa Portobello deveria ter sido a razão para o recado.

Naquela manhã, então, fui diretamente ao prédio da Portobello na Rua Dib Mussi, perto da Avenida Osmar Cunha, hoje ocupado pela Unisul. Eu tinha trabalhado como jornalista por 8 anos. Havia escrito várias dezenas de matérias, de muitos tipos. Eu tinha estado junto a zonas de guerra na Nicarágua e no Afeganistão. Tinha ido a países sem democracia ou liberdade de imprensa, como o Egito e o Paquistão, tinha feito jornalismo investigativo e me especializado em temas ligados a moradia, moradores de rua, especulação e mercados imobiliários na cidade de Nova York. Minhas matérias certamente tinham deixado muita gente zangada, Mas nunca antes eu tinha sido objeto de comentários públicos. Me dei conta de que ser pessoalmente atacado não era uma coisa para a qual eu tivesse sido preparado.

Acho que eu não tinha um plano, enquanto subia o elevador até a cobertura do moderno prédio da Portobello, que era uma das maiores e mais conhecidas empresas do estado naquele tempo, especializada em revestimentos cerâmicos, e estava entrando no ramo de desenvolvimento imobiliário. Uma outra empresa ligada à mesma família mais tarde teve um papel ativo na construção do bairro Pedra Branca, em Palhoça.

Entrei no hall e pedi para falar com a pessoa cujo contato eu tinha, responsável pela marina. Ele me mandou entrar e me levou imediatamente para encontrar um dos principais diretores da empresa. Perguntei se eles sabiam alguma coisa sobre a nota no *DC*. Eles disseram que não. Não acreditei, mas nós três fingimos simpatia e fomos cordiais. Uma grande parte do enorme escritório era ocupada por uma maquete da marina proposta. Eu queria enfatizar que nossas preocupações eram reais, na sua maioria inegociáveis, e disse que a marina iria alterar para sempre o canal que ligava a lagoa ao mar. Um dos problemas era a dragagem do canal e a criação de ilhas artificiais. Isso poderia alterar a salinidade e o fluxo da água da lagoa. Além disso, dezenas de barcos na água concentrariam os ingredientes químicos tóxicos do combustível, dos lubrificantes e das tintas anti-encrustantes, muitas delas feitas com produtos químicos proibidos em outras partes do mundo, mas liberados no Brasil.

Eu não esperava nada daquele encontro, além de passar minha própria mensagem, que talvez fosse só a de que eu estava aqui, não iria embora, que o jornal ia continuar a informar as diferentes posições na comunidade e que as nossas preocupações eram reais, defendidas pela Fatma e pelo Ministério Público Federal.

No mesmo dia fui atrás de um advogado que pudesse me garantir que o jornal estava seguro e que eu não seria deportado. Isso acabou sendo mais difícil do que a reunião na Portobello. Nenhum dos três advogados com quem falei inicialmente quis me representar, e todos passaram a ideia de que eu não deveria me envolver com o jornal.

Naquela época, final de 1991, e até 2009, a Lei de Imprensa em vigor era de 1967, e determinava que estrangeiros não poderiam ter qualquer tipo de controle direto ou indireto sobre empresas jornalísticas. A lei determinava também que “a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas caberão, exclusivamente, a brasileiros natos”. A lei somente falava em “empresas” jornalísticas, e a *Folha da Lagoa* não tinha personalidade jurídica. Mas a lei claramente não dava espaço para estrangeiros.

Eu tinha casado com a Giki em agosto, e sabia que com um visto permanente eu tinha quase os mesmos direitos que qualquer

brasileiro. Eu somente não podia votar, entrar no exército, num partido político, ser dono de uma mina – ou de uma empresa jornalística. Interessante como um jornalzinho de bairro me colocou num campo restrito, junto a políticos, mineradores e militares.

Não lembro se logo antes ou depois que aquela nota saiu na página 2 do *Diário Catarinense*, um dia encontrei com o presidente do IPUF, Ulf Herman Mondl, que poucas semanas antes tinha me atendido cordialmente no seu gabinete. Não lembro como a conversa começou, mas logo ele estava com seu dedo em riste no meu peito, afirmando agressivamente: “Você não pode ‘puxar’ um jornal nesta cidade”.

No mesmo dia em que visitei a Portobello, também passei no escritório do Sindicato de Jornalistas, para contar a história e ver se teria qualquer apoio deles. Fiquei um pouco surpreso, mas eles não mostraram interesse na *Folha da Lagoa* ou nas ameaças contra nós. Creio que o problema é que nós não éramos uma empresa, não tínhamos jornalistas empregados e eu de fato não era jornalista pelos padrões brasileiros. Apesar de ter dado aulas de jornalismo em uma respeitada faculdade de Nova York, e de que no ano seguinte ganhei uma bolsa Fulbright para ser professor visitante do curso de Jornalismo na UFSC, eu tinha me formado em História (nos Estados Unidos, poucos repórteres são formados em Jornalismo).

Não deve ter sido coincidência que no mesmo dia e na mesma página do *DC* em que foi publicada a nota sugerindo que eu fosse deportado, outra nota, mais extensa, intitulava-se “Hora de Pensar Grande”, e dizia:

É louvável sob todos os aspectos a campanha patrocinada pela Associação das Entidades Empresarias de Florianópolis, CDL, Protur, a Associação Comercial e Industrial etc.) que tenta, após um período de passiva complacência, reverter um quadro de crescente hostilidade contra todos os projetos que aspiram adequar a cidade aos novos tempos. O furor com que movimentos ecológicos ou pessoas anônimas picadas pela mosca do ecolatria têm se oposto a tudo e a todos quando o assunto pode, eventualmente, ter relação com o meio ambiente, está pondo a perder a inquestionável vocação de Florianópolis para o crescimento ordenado e racional.

A campanha publicitária visa a pelo menos minimizar a influência de algumas dessas ações, em muitos casos advogadas por forasteiros deslumbrados com o primitivismo da Ilha de Santa Catarina, junto a população, chegando em alguns casos, a impedir a implementação de projetos que só teriam a beneficiar a cidade. Os casos da marina, da Beira-Mar Sul, do pólo tecnológico, (...) demonstram que a Capital está perdendo por conta de um ecologismo muitas vezes desprovido de base científica.

O texto não mencionava o nome ou instrumentos da campanha, que usava o slogan “Amigos de Florianópolis” sempre em contraste com “os do contra, os eco-chatos, ou eco-xiitas”. A campanha utilizava tempo no rádio, na televisão, páginas inteiras dos jornais, e grandes outdoors. Chegou a ganhar um prêmio nacional para uma agência de publicidade e recebeu atenção na capa da *Veja Santa Catarina*, na época encartada localmente na edição nacional da revista. A matéria da *Veja*, assinada por Daisi Vogel, esclarecia: “(...) na verdade os projetos não executados, que dormem nas gavetas dos empresários e que somam investimentos de 200 milhões de dólares, foram muito pouco incomodados diretamente pelas entidades verdes. Nenhuma das seis propostas chegou a apresentar um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, RIMA, para ser debatida publicamente”.

O argumento publicado no *DC* foi repetido durante muitos anos na cidade. Curiosamente, ele retratava os pequenos movimentos ecológicos como se tivessem um poder com o qual eles podiam apenas sonhar. Igualmente curioso foi o tom rancoroso usado para acusar ambientalistas “anônimos” de “hostilidade”. De algum modo, uma força raivosa e invisível estaria “*pondo a perder a inquestionável vocação de Florianópolis para o crescimento ordenado e racional*”.

O autor (também curiosamente anônimo) parecia querer que os leitores esquecessem que as entidades empresariais contavam com o apoio de ampla maioria na Câmara Municipal, e tinham grande influência com a prefeitura e as maiores empresas de mídia – com os quais continuam a contar até hoje. Então de quem era mesmo a responsabilidade pelo crescimento (des)ordenado?

Estranhamente, os editores do *Diário Catarinense* não viram nenhuma ironia no fato de que no mesmo dia, na página de Opinião, o maior editorial do jornal intitulava-se “Imprensa e liberdade”. Nele, se dizia que “a democracia não se sustenta sem a liberdade de imprensa (...) um jornal (...) não pode subsistir se perder a credibilidade de seus leitores, que só adquire e mantém com a verdade e a isenção das informações que divulga”. Eu já tinha percebido que, para o *DC*, a liberdade de imprensa não exigia um amplo debate de ideias, ou reportagens meticolosas sobre os projetos do governo.

É óbvio que o clima estava quente, e quatro dias depois eu voltei a ser notícia. No Jornal do Almoço da RBS, Cacau mostrou uma foto minha e anunciou que a Polícia Federal estava atrás de mim. Eu não tinha hábito de assistir aquele jornal, então não vi, mas vários amigos logo me avisaram. No dia seguinte, 25 de outubro, Cacau publicou uma nota no *DC*:

A POLÍCIA Federal está procurando o norte-americano Jeffrey Hoff, que está há seis meses em Florianópolis e já se sente o dono do pedaço. Os federais querem saber mais do rapaz: o que faz, como vive e quem é? Nessa escala, daqui a pouco é candidato a prefeito. E ganha. Aqui, convencer os tansos, é rapidinho. Aliás, o norte-americano já está cheio de defensores.

Eu tinha recentemente me apresentado à Polícia Federal, quando solicitei residência permanente, que creio ter recebido em setembro. Como parte normal desse processo, tinha recebido uma visita em casa. Eu não tinha nada a esconder. Mas depois da nota de Cacau, a polícia de fato voltou à nossa casa, com uma intimação. Agora eu realmente iria precisar de um advogado. Felizmente encontrei um, que se mostrou bem tranquilo. Ele era colecionador de selos, e me acompanhou para ir encontrar o delegado. O delegado também estava bem calmo, mostrei nosso jornalzinho a ele. Senti que ele não tinha a mínima inclinação a questionar minha participação no jornal. Entendi que a intimação tinha sido feita para verificar uma denúncia, e que a Polícia Federal meramente entrou em contato com Cacau Menezes porque foi a maneira mais fácil de eles me encontrarem.

Então meu problema não era com a polícia, mas com outros que queriam me incomodar – e conseqüentemente incomodar nosso jornal.

No dia 29 de outubro, um colunista de outro jornal da cidade, o mais tradicional *O Estado*, Paulo da Costa Ramos, escreveu com mais rancor do que Cacau, mas com igual leviandade, intitulado seu texto de “*Yankee, go home!*”. O conteúdo não merece ser repetido, mas ele terminava assim: “Uma única coisa me deixa intrigado: por que motivo o americano da Lagoa obtém tanto espaço nas folhas e na TV?”

Eu sabia a resposta: era mais uma forma de desqualificar não somente a defesa do meio ambiente, mas também a defesa do direito das comunidades a participar nas decisões sobre seus bairros. Existia uma xenofobia real, e na época paulistas e cariocas eram também considerados forasteiros. Isto ficou visível na coluna que Paulo da Costa Ramos escreveu no momento mais intenso do movimento aquele ano, quando a comunidade da Lagoa foi à Câmara pelo menos em cinco noites de dezembro.

A coluna, intitulada “A nacionalidade dos ‘contra’”, contava como um vereador da oposição “convocou dramaticamente os moradores da Lagoa da Conceição para defenderem seu território, supostamente ameaçado por projetos encaminhados pelo prefeito à Câmara Municipal”. Ramos relatou que quase uma centena de moradores tinham ido à Câmara e que um outro vereador tinha feito uma “pesquisa informal”, solicitando que os militantes “lagoanos” (...) deixassem na portaria a sua identificação’ e descobriu que “a extraordinária maioria de 67,5% - apresentaram nacionalidade ‘alienígena’”. A coluna colocou as iniciais e a ‘nacionalidade’ dos 34 moradores assim: “E.O.G. – Porto Alegre; J.A.R.C – São Paulo; R.S. – Alto Paraná.” etc., indicando que para Ramos as pessoas nascidas nesses estados tinham outra nacionalidade.

De fato é comum que os seres humanos vejam o “outro” como ameaça. Podemos ver isso hoje em movimentos contra migrantes no mundo todo. Mas, ironicamente, no mesmo dia em que Cacau relatou que a Polícia Federal estava me procurando, ele também noticiou a “Mac Festa: A inauguração da mais moderna lanchonete de Santa Catarina – o McDonalds – dia 11 de novembro na Beira Mar Norte vai ser um dia para sacudir a ci-

dade de Florianópolis”. Ou seja, alguns forasteiros eram mais bem-vindos do que outros.

Uma nova edição da *Folha da Lagoa*, a de número 6, saiu no dia 4 de novembro, com a manchete “AMOLA REÚNE FORÇAS”. “Mostrando uma energia sem precedentes, a Associação dos Moradores da Lagoa tem conseguido fazer valer os direitos da população, tais como organizar manifestações, pressionar o Legislativo, entrar com processos na Justiça e usar espaços na Imprensa”.

Havia a reportagem sobre uma passeata na Lagoa no dia 27 de outubro, com mais de 150 pessoas, e uma reunião no dia 30 de outubro com 100 pessoas no Casarão da Lagoa, para questionar os projetos do governo, que permitiriam 11 mil pessoas morando no Retiro da Lagoa e a duplicação da Avenida das Rendeiras. Sentindo que a comunidade precisava entender melhor as propostas, a AMOLA chamou mais um evento na Praça para o sábado à noite, dia 6 de novembro, e criou um grupo de técnicos, com arquitetos, engenheiros, biólogos e geólogos para examinar os projetos de lei na Câmara. “Alternativas ao projeto estão sendo discutidas, para deixar claro que a AMOLA não é contra o planejamento, mas insiste na participação da comunidade”, segundo a matéria. E um outro grupo, de advogados, foi criado para estudar caminhos para alterar ou questionar os planos.

O editorial do jornal na edição número 6 trazia o título “O Choque dos Quatro Andares” e chamava de “injustificável” a aprovação da lei que permitiria prédios altos no centrinho e no Canto da Lagoa, porque “muitas Associações de Moradores na Lagoa (havia várias) desconheciam que tal proposta estava em andamento”. O editorial concluía: “Qualquer mudança no zoneamento feita sem audiências públicas deveria ser invalidada. A participação da comunidade precisa ser um requisito do processo legislativo”.

O editorial tomou quase a página inteira, e somente três frases foram dedicadas a responder os ataques pessoais na grande mídia da cidade. “Acreditamos que tais críticas, além de infundadas, acabam desviando a atenção pública de problemas reais. Por isso reiteramos nosso compromisso com o direito de a comunidade continuar sendo informada sobre os assuntos que lhe dizem respeito”.

O jornal publicou uma carta que a AMOLA mandou aos principais jornais da cidade em resposta à campanha organizada pelos

“Amigos de Florianópolis” mencionada pelo *Diário Catarinense*. A carta da AMOLA salientava:

Quanto estardalhaço por tão pouco. Só porque a comunidade da Lagoa da Conceição faz questão de participar do projeto que pretende mudar o Plano Diretor do bairro, somos acusados de, resumindo, sermos contra o progresso de Florianópolis. Nada mais absurdo. O progresso é inevitável, pois que venha de maneira sensata e estudada. Cuidar do esgoto, do transporte, da segurança e, porque não? da natureza, é desenvolvimento e é progresso. (...). Não somos xiitas, nem eco-chatos, para usar apenas dois termos utilizados pela imprensa para nos definir (...) A comunidade da Lagoa da Conceição quer crescimento, progresso, e qualidade de vida, exatamente o que almejam aqueles que criaram e patrocinaram a interessante campanha “Preservar sim, estagnar não”.

É importante lembrar que, mesmo com os debates no bairro e na cidade esquentando, para muitos leitores a parte mais interessante da *Folha da Lagoa* era a última página, que trazia os Recados dos Leitores, escritos nos cadernos espalhados pelo bairro:

“Senhores moradores da Lagoa: é favor facilitarem o serviço do nosso correio, numerando suas casas, para não haver mais demoras nas entregas. (Ademir “Carteiro”).

“Queremos uma pista de skate. (Marcelo). Queremos uma pista de patinação (Carolina).

Queremos um ônibus circular que ligue a Lagoa com o Rio Vermelho, Ingleses, Santinho (Neusa).

“O que querem fazer da lagoa, uma cidade-fantasma como Camboriu? (Léo)

O número 7 do jornal saiu na segunda quinzena de novembro, com a matéria de capa perguntando “Quem Tem Medo da Comunidade?”. Em resposta ao movimento comunitário, a vereadora Jalila El Achkar (PV) tinha proposto um projeto de lei determinando que fossem realizadas reuniões nas comunidades antes de qualquer mudança de zoneamento. Mas duas comissões da Câmara rejei-

taram a proposta, apesar do fato de as reuniões propostas serem meramente consultivas e para trocar informações.

O jornal também noticiou que o Movimento Lagoa Viva fora criado pela união das associações de moradores da Lagoa, da Costa, da Barra e do Porto da Lagoa. O movimento distribuiu um folheto explicando que um dos seus objetivos centrais era “exigir uma participação comunitária nos planos dos órgãos públicos”. Uma assembleia foi chamada no bairro para o dia 28 de novembro na SAL.

O número 8 do jornal saiu na segunda quinzena de dezembro, informando sobre o andamento na Câmara Municipal dos vários projetos de lei que propunham grandes mudanças de zoneamento para a Lagoa e a marina na Barra. Durante quatro noites, nos dias 9, 10, 11 e 16 de dezembro, cerca de cem moradores da Lagoa concentraram-se na Câmara, na expectativa da votação.

“A cada noite, eles iam embora cansados e confusos com as maquinações políticas, mas esperando conseguir que a votação fosse adiada até o ano que vem, quando as eleições municipais tenderão a motivar os vereadores a ouvir as pressões públicas”, segundo a matéria da capa, que continuava: “O conflito teve seu clímax no dia 10 de dezembro, quando cerca de 150 moradores reunidos na Praça XV, ao alcance dos olhos e ouvidos dos vereadores, foram confrontados por um batalhão de choque da polícia”. No dia 11, uma comissão do Movimento Lagoa Viva entregou ao prefeito uma carta solicitando que ele retirasse da Câmara os projetos da marina e de urbanização da Barra e do Retiro, mas ele negou o pedido. Segundo a matéria: “Quando este repórter fez uma pergunta, o prefeito gritou que se recusava a falar com um estrangeiro e deixou a sala. Quando perguntado, ao sair da sala, se isso significava que não queria falar à Folha da Lagoa, o prefeito, de costas, disse que sim”.

A manchete daquela edição, o número 8, do dia 17 de dezembro, informava que “O PREFEITO CHAMA VOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA MARINA E RETIRO”. Normalmente nessa época a Câmara estaria em recesso, e um jornal feito com trabalho voluntário não seria publicado na véspera de Natal, mas uma edição, também extraordinária, datada de 24 de dezembro, saiu às ruas para informar que, na noite de 23 de dezembro, a “CÂMARA APROVOU

QUATRO ANDARES NO RETIRO, E NÃO SEIS, MARINA ARQUIVADA, MAS APROVADA INDIRETAMENTE”. A matéria explicava “o tortuoso processo legislativo, que adiou a votação do projeto por duas semanas, encerrou com a aprovação de um acordo entre os vereadores e o prefeito”. Os líderes comunitários da Lagoa tinham se encontrado com três vereadores da oposição no domingo à tarde, 22 de dezembro. A comunidade não gostou do acordo, porque a parte terrestre da marina foi aprovada junto com zoneamento mais amplo para a Barra da Lagoa, e apesar de a duplicação da Avenida da Rendeiras ter sido retirada da pauta, ela ainda constava do zoneamento aprovado em 1985.

Resumindo aquele período intenso, a matéria contava:

Ao ser perguntado sobre quais os ganhos da comunidade após três ativos meses de reuniões e protestos, Aléssio dos Passos mostrou-se circunspecto e pouco entusiástico: “conhecemos com mais profundidade a Câmara de Vereadores...mas a Câmara não sabe o que faz”.

“Nos estávamos propondo um diálogo”, disse César Simionato, vice-presidente da Amocosta, “e a Câmara se negou a discutir”.

Com esta retrospectiva de um jornalzinho, e assim de um movimento comunitário, podemos dizer que nos últimos meses de 1991 a cidade de Florianópolis viveu a primavera não somente de um movimento ambiental, mas também um movimento de cidadania. A experiência deixou claro que o direito constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado não pode ser garantido sem os direitos e instrumentos que possibilitem participação democrática. Naquele momento em que o país estava recém saindo da ditadura, e os princípios ecológicos estavam começando a ganhar espaço entre os assuntos urbanos e sociais, todos os atores eram forçados a tomar novas atitudes.

A nova Constituição do Brasil tinha somente três anos de idade, e a partir dela o legislativo municipal tinha um novo compromisso com seus eleitores, que passava a ser testado pelas comunidades. Os grandes empresários não estavam acostumados a ter sua influência no governo e na mídia desafiada por outros setores

de sociedade. E, claro, a imprensa estava retomando espaço. Um jornal comunitário como a *Folha da Lagoa* podia dar voz a movimentos, pessoas e ideias que a grande mídia continuava a ignorar.

É mais fácil entender os grandes conflitos da primavera de 1991 na Lagoa e em Florianópolis naquele contexto de uma nova tentativa de reconstruir a democracia. O que é preocupante é que quase 30 anos mais tarde, o espaço para a participação das comunidades nos assuntos que têm impacto direto no cotidiano urbano e ambiental ainda está longe de ser garantido. Enquanto o legislativo e o governo em geral adotaram uma transparência limitada, facilitada pelas novas tecnologias, a grande imprensa municipal e estadual raramente faz reportagens profundas sobre temas locais. Pouco espaço é dado em geral aos debates na Câmara Municipal, e muito menos aos movimentos de bairro na cidade. Os grandes empresários ainda têm muito mais acesso do que os movimentos comunitários à mídia, aos gabinetes legislativos e aos técnicos de planejamento e licenciamento da prefeitura.

É importante reconhecer que poucos anos depois daquela campanha para desqualificar os movimentos ambientais, em meados da década de 90 o governo, a mídia e as empresas em geral começaram a adotar um discurso de respeito ao meio ambiente. Desde então, as belezas naturais são constantemente apresentadas como sendo o grande ativo da cidade. Claro, o respeito fica só no discurso, já que investimentos reais em saneamento, transporte público e nas áreas de preservação são pífios.

A onipresença de tecnologias digitais parece ter mudado completamente o espaço do jornalismo comunitário, mas sua importância é maior do que nunca, ainda que em novos formatos. Talvez o maior obstáculo ao fortalecimento da mídia local não seja o custo econômico ou a concorrência por atenção nas redes sociais. Um empecilho maior à criação de “jornais” focados em assuntos locais podem ser as mudanças no significado de comunidade, causadas por transformações no comportamento e na composição da população. Isto é agravado pelas frustrações vividas pelos movimentos sociais na cidade de Florianópolis. De fato, em certos momentos das últimas décadas os movimentos conquistaram vários instrumentos de participação, como o processo de elaboração do Plano Diretor, conselhos de saúde, moradia, saneamento etc. Mas quase todos

esses instrumentos têm sido ignorados e manipulados, quando não desativados.

A *Folha da Lagoa* conseguiu publicar 10 edições nos últimos 5 meses de 1991, e mais 2 ou 3 no começo de 1992. As últimas edições saíram para tratar da ocupação do teatro do Centro Cultural no Casarão da Lagoa pela delegacia de polícia, um assunto que dividiu a comunidade. E também foram examinados problemas de saneamento. A marina na Barra da Lagoa nunca foi construída, e a Avenida das Rendeiras não foi duplicada, mas a coleta e o tratamento de esgoto na Lagoa e outros bairros estão ainda muito aquém de necessidade. Uma iniciativa popular da comunidade no ano 2000 conquistou uma proibição de prédios com mais de dois andares na Lagoa, e determinou que 30% de cada lote sejam permeáveis, modelos depois adotados pela prefeitura em grande parte da costa leste da ilha. A comunidade também ganhou um acórdão na Justiça Federal criando normas para tratamento de esgoto em sistemas particulares, que mais tarde foram adotadas pela prefeitura.

Voltando à nota de Cacau Menezes que abriu este texto, na qual ele dizia ter saudade de respostas violentas para “esses eco-chatos” (ou teria sido mesmo uma ameaça?), acho justo dizer que hoje em dia, nem ele, nem seu jornal publicariam uma apologia à violência. Mas qualquer refinamento de postura é meramente superficial, afinal o país recentemente elegeu um presidente que nunca fingiu qualquer rejeição por este sentimento.

NO MONTE SERRAT, ONDE NASCE O GUARAPUVU

Ana Claudia Rocha Araujo

A poucos quilômetros da Avenida Beiramar, local que concentra alguns dos metros quadrados mais caros da Ilha de Santa Catarina, um conglomerado de favelas emoldura o centro de Florianópolis. A comunidade encravada no morro, paisagem corriqueiramente reservada à pobreza nos centros urbanos, se formou ao largo das mais tradicionais de Florianópolis, a leste do centro histórico da cidade, formando o “Maciço Central”. Nascia o Maciço do Morro da Cruz.

O lado leste do morro foi ocupado pelos moradores pobres da cidade desde o século 18. Ali, ex-escravos teriam se concentrado após a abolição. A expansão ocorrida no centro da cidade após a ligação terrestre da ilha com o continente, em 1926, deu origem a uma crescente especulação imobiliária e consequente valorização das áreas periféricas do centro (PAMPLONA, 1999). O início da ocupação sistemática das áreas mais altas e com maior declividade teria ocorrido nas décadas de 60 e 70, principalmente de imigrantes vindos do interior do estado.

Em 2006, um levantamento preliminar do Instituto de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Florianópolis (IPUF) sobre as condições de ocupação dessas áreas contava 30 mil pessoas vivendo nos bairros Morro da Caixa, Morro do Céu, Monte Serrat, Mocotó, Serrinha e Morro da Penitenciária. Mas o número é controverso. Anos antes, em 2003, quando fez estudos para subsidiar as comunidades na organização de um plano de urbanização e preservação da área, a Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC) falava em 30 mil ou 35 mil habitantes e incorporava ainda as comunidades Alto da Caieira do Saco dos Limões, Horácio, Mariquinha, Mocotó, Monte Serrat, Nova Descoberta, Penitenciária, Queimada, Serrinha, Tico-Tico.

As ocupações irregulares e o crescimento desordenado acabaram por impor limites à estrutura ambiental da área. A diversidade de demandas (saneamento, saúde, educação, habitação, iluminação, transporte, moradia, condições socioambientais, segurança pública e produção cultural, para citar algumas) provocou o surgimento de um núcleo interessado em prover soluções ou alternativas para os problemas comuns. Surge, então, o Fórum das Comunidades do Maciço, criado com a intenção de unificar as comunidades da encosta do Maciço Central de Florianópolis e o objetivo de buscar a proposição e implementação de políticas públicas para garantir a aplicação dos direitos sociais básicos e qualidade de vida dos moradores.

O movimento nasceu no final dos anos 1990, a partir da iniciativa de lideranças comunitárias, professores/as das escolas locais e de um grupo de acadêmicos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. A intenção era articular as comunidades, reunindo associações e conselhos de moradores com a finalidade de promover ações coletivas no enfrentamento às dificuldades.

É comum que veículos de comunicação nasçam a partir da necessidade de relatar e levar a público as ações desenvolvidas por núcleos como organizações não governamentais e associações. Mas no caso do Fórum do Maciço, a comunicação foi um dos instrumentos de mobilização social, utilizados para buscar estabelecer relação entre a ação pedagógica e as políticas de inclusão. De acordo com depoimento dado à autora pela assistente social Kelly Cabral, integrante do grupo de estagiários que contribuiu com a criação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em 1998, a criação de um veículo de comunicação teria sido um dos germens do próprio movimento.

A primeira alternativa teria sido a constituição de uma rádio comunitária, a Associação de Difusão Comunitária Guarapuvu, que se constituiria em um canal aberto para divulgar e oferecer eco à população. Mas a burocracia que envolve a aquisição de

uma concessão rendeu longo caminho. “Não optamos pela clandestinidade por entender que éramos muito visados dentro da cidade. E até por que a gente não tinha dinheiro e ia acabar perdendo o equipamento. Pensamos em outros mecanismos de comunicação, como colocar caixas de som pelo morro e fazer uma divulgação, como tem no Rio de Janeiro. Mas aí tem a questão do tráfico. A sede onde seria a antena da rádio ficou numa área de conflito do narcotráfico e a gente acabou tendo problemas pra dar continuidade a isso”, lembra.

Após oito anos de trâmite no Ministério das Comunicações, o processo de aquisição da concessão constava como arquivado na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, braço do governo que controla a área de telecomunicações que inclui as telefonias fixa e móvel e a transmissão de rádio e televisão). Esses e outros percalços acabaram por inviabilizar a implementação da rádio.

Surge, então, a ideia do Varal Comunitário para divulgar as ações do fórum e mobilizar os moradores. A ação itinerante que aconteceu em 2000 teve edições em três comunidades. “Começamos ali no Morro do Tico-Tico e estendemos. Passamos dias e dias elaborando as manchetes. Juntamos todas as informações que as comunidades tinham, ofícios que mandavam de pedidos de coisas básicas, retorno dos órgãos, dados dos jornais que falavam de matérias sobre as comunidades. Recortamos do jornal roupas, de papel, colamos esses materiais e botamos em varais”, conta Kelly Cabral.

A iniciativa surtiu efeito positivo, mobilizando a comunidade e atraindo certa atenção da mídia local. No entanto, ainda se percebia a necessidade de um veículo que possibilitasse a partilha de problemas e soluções comuns e, a partir disso, introduzir propósitos pedagógicos visando a ressignificação da realidade pelos próprios moradores. Só então surge o *Jornal Guarapuvu*.



Jornal Comunitário

GUARAPUVU

Ano 01 - Nº 01 - Agosto / 2002 - Maciço do Morro da Cruz / Florianópolis -SC - Distribuição Gratuita

Comunidades do Morro da Cruz organizam o Fórum do Maciço

Cerca de 30 mil pessoas, negros, mulatos, brancos, e de outras raças vivem em várias comunidades estabelecidas em torno do Morro da Cruz, no Centro de Florianópolis. Apesar de tão visível e próximo de quem decide os destinos da cidade, a prefeitura e outros órgãos públicos praticamente desconhecem o que se passa na vida dessas milhares de pessoas que aqui residem.

Poucas são as autoridades ou os partidos políticos que se interessam pelo que acontece nessas comunidades. Nunca subiram os morros ou, pelo menos, nunca se importaram com a situação da população que aqui vive. Gente que veio de vários lugares, do interior de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, principalmente. É um local de muita diversidade cultural, cada pessoa é um pedacinho da história deste país.



Mutirão de coleta de lixo mobilizou os moradores do Morro da Mariquinha, em 1999

de enormes rochas sujeitas a deslizamentos. Faltam escadas, creches, calçamento e muitos outros serviços públicos. E, o que é pior: com pouca escolaridade e empregos, muitos jovens resolvem entrar para o submundo do crime, aumentando a violência, com tiroteios e chacinhas constantes.

Mas basta descer alguns metros, na rua Silva Jardim ou avenida Mauro Ramos, por exemplo, para ver que a vida pode ser diferente. Com esgoto e água tratada, com lixo recolhido, com mais segurança, com acesso a tudo que se precisa para viver bem. Isso é resultado de uma série de fatores, que deram oportunidades para uns e abandonaram outros à própria sorte.

Mas se a situação chegou a esse ponto, nada impede que daqui para a frente tudo seja diferente. Mas para isso é preciso que a gente se organize, converse, decida o que é possível fazer para melhorar a vida de todos. Não adianta lutar sozinho. Juntos temos mais força. Não é uma tarefa fácil, mas já deu certo em outros lugares, onde se juntaram pessoas dispostas a conversar e a trabalhar por um mesmo ideal.

As comunidades não estarão sozinhas. Professores e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina e de outros órgãos públicos e entidades vão contribuir para esta mudança. Mas somos nós, moradores, que precisamos acreditar nessa ideia e participar para melhorar a higiene,

o lixo, as ruas, as escolas, o lazer e a segurança do lugar onde vivemos. Juntos, organizados, podemos até mesmo gerar oportunidades de emprego e salário, criando pequenas empresas.

Esse trabalho já começou e você pode e deve fazer parte dele. Esta ideia tem um nome: Fórum do Maciço do Morro da Cruz, uma entidade formada pela união das associações e conselhos de moradores das nossas comunidades. O Fórum vai lutar para conseguir mais segurança, educação, cultura, esporte e lazer, e melhorar as condições do meio ambiente.

Para isso haverá reuniões sistemáticas com as organizações comunitárias para avaliação dos trabalhos; reuniões mensais com a diretoria executiva do Fórum; reuniões bimestrais com a equipe formada por vários profissionais, para encaminhar estudos sócio-técnico e político-administrativo sobre os projetos comunitários. Finalmente, haverá a apresentação de relatórios mensais e semestrais.



Crianças participam do reflorestamento

Uma história triste porque boa parte das pessoas ainda não encontrou meios para viver com dignidade, com um pouco mais de conforto, saúde e bem-estar. Quando se visitam as comunidades do Morro da Mariquinha, Tico-Tico, Mocotó, Monte Serrat, Morro da Queimada, Nova Descoberta, Morro da Serrinha, Morro da Penitenciaría, Morro do Horário e Alto da Caieira do Saco dos Limões, entre outras, é comum encontrar crianças, jovens, adultos e idosos que vivem em situação ruim. Muitas famílias moram em barracos construídos com lonas, papelão e restos de materiais de demolição. Outros residem, perigosamente, em baixo

GUARAPUVU ?

Nome de uma árvore que sempre existiu em abundância na Ilha de Santa Catarina e hoje é protegida por lei para evitar a sua extinção. Na época de floração, a sua copa é toda amarela. Era utilizada pelos índios para fazer canoas de um único tronco.

Guarapuvu (também conhecido como Garapuvu) é uma árvore que já existiu em abundância na ilha, em especial nas imediações do Morro da Cruz. A espécie símbolo de Florianópolis deu nome ao que pode ser considerado como a terceira iniciativa no campo da comunicação popular empreendido pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

A produção do jornal contava com o auxílio de colaboradores/as, sem custos para o fórum. A falta de estrutura e de disponibilidade financeira permitiu que apenas duas edições do jornal fossem publicadas. A impressão foi viabilizada pela gráfica da UFSC e a editoração realizada por jornalistas e outros integrantes do fórum. Há ainda registro de apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal de Santa Catarina (Sintrafesc).

A primeira edição teve formato tabloide e foi publicada em agosto de 2002. Na capa, a manchete “Comunidades do Morro da Cruz organizam o Fórum do Maciço”. Em suas quatro páginas, tratou de apresentar o fórum à comunidade e divulgar o Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço do Morro da Cruz – um conjunto de propostas elaboradas pelo fórum com o auxílio da UFSC, contemplando as reivindicações das comunidades e visando ações imediatas de médio e de longo prazo, especialmente quanto às melhorias na urbanização e infra-estrutura dessas áreas. Esta edição também tratou de aproximar populares do trabalho da entidade, envolvendo a comunidade nos projetos de preservação ambiental. Os textos foram produzidos pela assistente social Kelly Cristiny Cabral com edição do jornalista Celso Vicenzi. A editoração foi realizada por Luciany Alves Schlikmann.

Quatro meses depois, iria para a rua a segunda edição, com formato diferente da primeira (tamanho A4) e oito páginas. Desta vez, trouxe textos sobre política, cidadania e outros temas relacionados. A produção dos textos foi feita por alunos de escolas participantes do fórum. São mencionados no expediente os nomes de Rose Nascimento, Rioni Silva Campos, Thamyres S. da Silva, Amanda Alies, Djavan Nascimento Costa, Ramon e Mariana. A edição foi assinada pelo jornalista Celso Vicenzi e a editoração pela jornalista Sandra Werle.



Jornal Comunitário GUARAPUVU

Ano 1 - Nº 2 - Dezembro/2002 - Maciço do Morro da Cruz / Florianópolis-SC

Em defesa do sonho das crianças do Maciço do Morro da Cruz

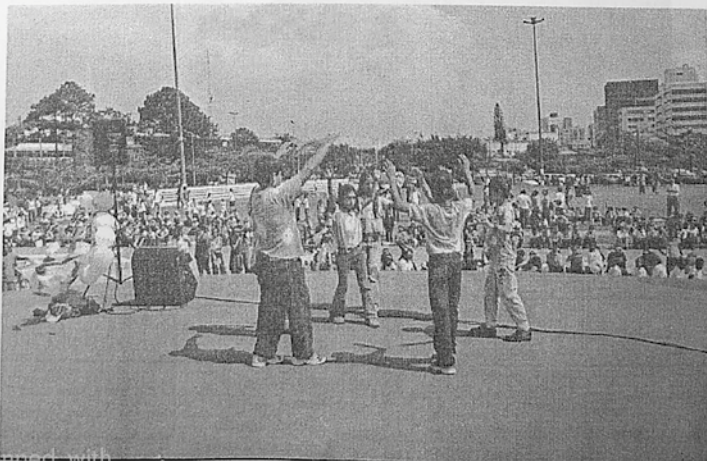
Cerca de mil alunos das escolas públicas que integram o Fórum do Maciço do Morro da Cruz realizaram, no dia 11 de outubro, um ato público para dar visibilidade as 10 mil crianças de 7 a 13 anos que residem em várias comunidades e que sofrem com a falta de políticas públicas e perspectivas de um emprego no futuro.

Há uma preocupação muito grande de como proporcionar, em cinco anos, oportunidades de inserção nas universidades públicas e emprego digno para boa parte desses jovens, para que não sejam empurrados pelos caminhos obscuros da criminalidade. Mais de 130 pessoas

foram mortas somente este ano, em Florianópolis - a maioria jovens que se envolveram com o tráfico de drogas.

Para reverter as desigualdades e mudar o quadro assustador da violência, as escolas participam, no Fórum do Maciço, da criação de uma rede de ações e de políticas públicas, que passa pela democratização do acesso, garantia de permanência e condições de aprendizagem na escola pública.

Participaram do ato público, que teve como tema "Reescrever o mundo com lápis, não com armas", as Escolas Básicas Hilda Teodoro, Lúcia do Livramento Mayvomer, Antonieta de Barros e Jurema Cavalazzi, as escolas estaduais Silveira de Souza, Celso Ramos e Padre Anchieta, e ainda os colégios estaduais Silveira de Souza, Lauro Müller e o Centro de Educação Infantil Cristo Redentor.



Em agosto de 2003, oito meses depois, foi distribuída a terceira edição, de oito páginas, que, além do Sintrafesc, teve apoio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A produção dos textos também envolveu alunos de escolas participantes do fórum e contou com o trabalho da jornalista Ana Cláudia Menezes, que editou o jornal com Celso Vicenzi. A editoração foi realizada por Luciany Alves Schlikmann. Um dos destaques do terceiro número foi a criação da Agência de Desenvolvimento Social e Solidário, que tinha o objetivo de impulsionar uma série de projetos na região do Maciço.

O *Jornal Guarapuvu* foi criado para contemplar o público-alvo morador do Maciço, mas também para deixar os limites do morro e ganhar a cidade, projetando a comunidade. Ao adotar uma abordagem “de dentro para fora do morro”, o jornal também se colocou como uma opção à oferta informativa da cidade. Os jornais diários costumam manter uma abordagem sistemática sobre os acontecimentos do morro. Há flagrante discrepância entre o número de notícias publicadas nas páginas policiais e em outras editorias, o que faz dos veículos tradicionais potenciais influenciadores na criação de estereótipos. A imagem que oferecem ao restante da população da cidade é a de que o morro é reduto de criminosos e traficantes, enquanto outros olhares podem ser lançados sobre o tema, segundo o então coordenador do Fórum do Maciço, Wilson Groh, durante entrevista ao periódico *Papel Jornal*, do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina:

*Na periferia há um grande potencial. Ao mesmo tempo que o jornalismo revela a violência, teria que mostrar todas as ações dentro de uma comunidade, o processo de inclusão, a organização comunitária. Quando escrevo uma notícia sobre uma comunidade eu deveria contextualizar qual é a cultura existente lá dentro, de onde vieram essas pessoas, quais as formas de busca da auto-superação das questões sociais, a forma política como ela trabalha. Todas as comunidades de periferia da Grande Florianópolis têm formas internas organizativas de potencializar saídas. Teria que ver como isso se relaciona com o poder público, qual é a presença do estado nesses espaços. E o que o estado, que tem um papel político e não o cumpre, está fazendo para dar condições de superação desse processo (*Papel Jornal*, set. 2002).*

Nesse contexto, o *Guarapuvu* nasceu com a intenção de preencher uma lacuna na abordagem jornalística, buscando a pluralidade das notícias ligadas ao morro e seus moradores. Ao possibilitar que os acontecimentos fossem contados sob outro ponto de vista – o de quem vive e conhece a realidade local e o contexto dos fatos –, o jornal também contribuiu para a desmistificação do conceito de “verdade” reafirmado cotidianamente pelos veículos tradicionais.

O envolvimento das escolas locais permitiu uma dimensão fundamental do processo. As escolas integrantes do movimento - Escolas de Educação Básica Jurema Cavallazzi, Celso Ramos, Hilda Theodoro Vieira, Lauro Müller, Lúcia do Livramento Mayvorne, Padre Anchieta, Antonieta de Barros, Henrique Stodieck e Silveira de Souza e os Centros de Educação Infantil Anjo da Guarda, Cristo Redentor, Monte Serrat e Nossa Senhora de Lourdes - foram as principais fontes do jornal. O projeto previa o uso do jornal na sala de aula e a formação dos professores, um processo de conscientização conjunta que surtiu efeito positivo imediato, segundo Kelly Cabral.

A gente tentou, com os professores, trabalhar o jornal na sala-de-aula pra que a criança fosse, em casa, o multiplicador dessas idéias. Por que os pais nem sempre sabem ler e essa criança trabalharia com essas informações da perspectiva da educação, da educação ambiental, das informações dentro de casa. Então isso surtiu bastante efeito e foi um instrumento de trabalho valia (...). E então a gente ficava pensando como trabalhar unindo as duas coisas: a necessidade de que esse professor seja um educador dentro do morro sob a perspectiva do tráfico e também como fazer com que essa escola trabalhe junto com a gente numa perspectiva maior, de formação maior. E aí se trabalhou com todas as escolas. Os professores foram todos capacitados por uma comissão própria da Secretaria da Educação que tem um trabalho de educação continuada com os professores. Isso diminuiu o índice de evasão significativamente e, além disso, os índices de violência nessas escolas diminuíram muito. Isso porque o professor começou a entender que a criança chegava na escola desesperada, psicologicamente abalada e de onde é que ela vinha. [Entrevista concedida à autora]

A publicação do *Jornal Guarapuvu* não fugiu à característica da efemeridade, comum aos veículos alternativos. A falta de recursos financeiros e humanos, somada às dificuldades impostas pela influência repressiva do tráfico de drogas, foram apontadas como fatores determinantes para a sua interrupção. Lideranças do fórum teriam cogitado lançar mão da publicidade para viabilizar a retomada do jornal. Afinal, isolar-se das práticas mercantis e sobreviver sem o apoio da iniciativa privada no contexto do capitalismo segue sendo um dos desafios para a sobrevivência dos veículos alternativos. Mas a ideia não prosperou.

Apesar disso, a publicação deu materialidade às ações e sonhos do Fórum do Maciço, uma das mais ricas experiências de iniciativa popular registradas na capital naquele período. Ao atrair os olhares da cidade para a comunidade, o fórum e seu jornal buscaram desmistificar o ideário sobre a inacessibilidade do morro. Mais tarde, essa “provação” faria com que o poder público viabilizasse ações e programas governamentais para o local. Em 2006, a Câmara Municipal aprovaria a Lei Complementar nº 207, que alterou o zoneamento da área, estabelecendo-a como Zona Especial de Interesse Social. A mudança legal permitiria que a população passasse a ter acesso a abastecimento de água, uma reivindicação de duas décadas. No ano seguinte, começariam os estudos para implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Maciço, o maior projeto social do estado, com infra-estrutura para urbanização, moradias, áreas de lazer e segurança em 16 das 21 comunidades então mapeadas.

Tal como a própria árvore, o *Guarapuvu* se ergueu e floriu no morro para lembrar que a comunicação popular é também uma semente que ajuda a reflorestar a mobilização social. Ao oferecer um outro olhar sobre as “populações invisíveis” e oportunizar aos moradores o registro da sua versão da história, tem a potência de ressignificar o cotidiano da comunidade e desmistificar o espaço que a favela representa para o restante da cidade.

Referências

Araujo, Ana Claudia Rocha. **Comunicação popular e desconstrução de subalternidades**: o Jornal Guarapuvu. Trabalho de Conclusão do Curso de

Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Faculdade de Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis (SC), 2006.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: um roteiro de análise e reflexão** (texto digitado). Florianópolis, 2003.

_____. **Que cara tem o Aroeira?** Florianópolis, Cepec, 2006

DAMIÃO, Carlos. Ocupação do Maciço do Morro da Cruz começou no século 18. **Notícias do Dia**. Florianópolis, SC. 15 jan. 2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/carlos-damiao/ocupacao-do-macico-do-morro-da-cruz-comecou-no-seculo-18/>

GIMENEZ, Gilberto. **Notas para uma teoria da comunicação popular**. Caderno CEAS, maio e junho de 1979.

GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no processo popular**. 1990 LUYTEN, Joseph M. **Sistemas de comunicação popular**. São Paulo: Ática, 1988.

MACHADO, Cláudia Xavier. **Aspectos socioambientais na comunidade do Morro da Mariquinha em Florianópolis/SC**. Artigo produzido para o curso de Especialização em Análise Ambiental, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2004.

MELO, José Marques de. **Comunicação e Classes Subalternas**. São Paulo: Cortez, 1980.

PAMPLONA, M. **Mapeamento da ocupação do solo na porção insular do distrito sede de Florianópolis-SC como base para o estudo do clima urbano**. Florianópolis, 1999. 108 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC.

PAPEL JORNAL. **Violência na Mídia**. Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, nº 26, set. 2002.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares** – A participação na construção da cidadania. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

ROSA, Edson. Migração amplia a ocupação do maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. **Notícias do Dia**. Florianópolis, SC. 2 jan. 2014. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/migracao-amplia-a-ocupacao-do-macico-do-morro-da-cruz-em-florianopolis/>

RÁDIO CAMPECHE, UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Elaine Tavares

O bairro do Campeche sempre se destacou na cidade de Florianópolis como um espaço de luta. Localizado no sul da Ilha de Santa Catarina, sua gente sempre buscou manter a cultura local e a natureza protegida, batalhando para que as dunas e a restinga não fossem destruídas pelo propalado “progresso”. Nos anos 1980, quando iniciou um forte movimento de migração do oeste/norte/sul do estado no rumo da capital, os moradores compreenderam que sem uma organização capilar, unificada e comunitária, o crescimento desordenado engoliria a forma de vida que o bairro já havia escolhido para si. Enquanto no norte da ilha imperava a lógica do turismo de resultados, com grandes prédios e hotéis, o sul insistia em viver de forma simples, com qualidade de vida, com cuidados com o lixo, lutando pelo saneamento e principalmente buscando planejar o bairro para que não virasse um lugar especulado. Foi aí que começaram a surgir os movimentos de luta por um Plano Diretor.

Naqueles dias havia planos da prefeitura para ampliar o número de moradores no sul e isso acendeu a luz vermelha. Significava o começo das obras faraônicas, das autopistas e da destruição de um modo de vida da comunidade, coisa que os moradores não estavam dispostos a permitir. Foi então que um grupo de pessoas iniciou a discussão sobre um plano para o Campeche, no qual se definia como o bairro iria se organizar. Em pouco tempo, a comunidade foi se juntando e construindo uma proposta, mas, no andar do debate, também acabou percebendo que não adiantava nada ter um plano apenas para o Campeche e a discussão foi se ampliando para a cidade inteira. Foi assim, desde o sul

da ilha, que a luta pelo Plano Diretor começou. Quando o país avançou para a proposta do Fórum das Cidades, o Campeche já estava bem à frente nesse debate, inclusive com seu plano formulado. E foi dessa movimentação em torno da organização do bairro e do pensar a comunidade dentro da cidade que nasceu o desejo de uma comunicação mais eficaz, que chegasse a cada morador e com muito mais rapidez.

A organização popular era bastante forte, e as reuniões chegavam a juntar 500 pessoas. O bairro fervia. Foi por isso que o movimento decidiu criar um jornal: o *Fala Campeche*. Com ele, a comunidade podia se informar sobre as reuniões, os debates, as decisões. Era impresso e distribuído no comércio local e em alguns lugares estratégicos onde as pessoas circulavam. Durante um bom tempo esse foi o canal de comunicação mais importante do bairro.

Quando chegaram os anos 1990, a luta no Campeche seguia firme. E também a discussão sobre o Plano Diretor já tomava toda a cidade. As reuniões eram frequentes e o plano foi se esboçando. Foi nesse período que veio morar no bairro o jornalista gaúcho Lucio Haeser, e ele passou a acompanhar toda a luta que se travava na comunidade. Em pouco tempo, vendo a força da mobilização, ele teve a ideia de criar uma rádio comunitária. Seria uma maneira mais rápida de chegar aos moradores já que o jornal impresso era caro e sempre de difícil distribuição. A proposta foi amadurecendo nas conversas com seu parceiro de trabalho e também morador do Campeche, o jornalista Dorva Rezende. Quando, enfim, conseguiram um transmissor, decidiram conversar com a Associação de Moradores do Campeche (Amocam) para oferecer a ideia e discutir a organização. Na época, o presidente da Amocam era Ubiratan de Mattos Saldanha. Ele ouviu a proposta e imediatamente a incorporou. Por dentro da Amocam, ele levou o debate sobre a criação da rádio para todo o grupo do Plano Diretor. A aceitação foi unânime. Uma rádio seria fundamental para alavancar a luta que mobilizava o Campeche inteiro.

Assim, sem mais delongas, a rádio foi se configurando. Lucio tinha o transmissor, Dorva ganhou uma antena do pai e a emissora foi instalada na casa do Lucio, com a antena amarrada a um pé de abacate para ficar mais alta. Vieram as primeiras transmissões, com músicas e informações sobre o Plano Diretor, as reuniões, as mobilizações. A voz da comunidade passou a ressoar no bairro e a Rádio Campeche nascia fruto da já histórica organização da comunidade.

Como era uma experiência e a rádio ainda estava ilegal, as primeiras transmissões aconteciam esporadicamente e sem uma sistematicidade, mas ainda assim era um frisson cada vez que a emissora ia ao ar. Decidiu-se então criar uma associação para iniciar o processo de legalização da rádio. Toda a gente envolvida na luta já entendia o quanto a emissora poderia ser importante para a vida do bairro, considerando que a comunicação feita via rádios comerciais, TVs e jornais não garantia espaço para as vozes locais.

Aquele foi um tempo importante porque, junto com o debate sobre a cidade, o Campeche também foi tomando consciência sobre o papel dos meios de comunicação e do jornalismo. Afinal, já havia anos que a luta no bairro acontecia, mas nos meios comerciais raramente a organização popular era notícia. E os moradores foram se dando conta de que era necessário ter soberania comunicacional, ou seja, garantir a posse de seus próprios veículos, produzidos e financiados por eles mesmos, e que fosse o espaço da vida organizada do bairro.

Então, no dia sete de novembro de 1989, finalmente foi fundada a ARCCA, Associação Rádio Comunitária Campeche, com a participação dos inúmeros movimentos sociais que atuavam na comunidade na luta pelo bem viver. A proposta era justamente ser um espaço dessa gente que pelejava pela manutenção do bairro-jardim, da praia limpa e das casas baixas. A rádio brotava do coração das lutas e vinha para ser instrumento de divulgação e de formação de conhecimento. A partir desse momento então, a Comunitária passaria a ser o espaço no qual a voz dos movimentos iria se expressar.

A legalização

Enquanto um pequeno grupo se organizava para garantir as transmissões da rádio, ainda na casa do Lucio, ele e o pessoal da Amocam começaram o duro trabalho de busca da legalização. Afinal, como o Campeche já era visado pelo poder por conta de sua organização, era certo que a rádio seria perseguida. Por isso definiu-se por aproveitar a nova lei das comunitárias. Não foram poucas as reuniões para a produção dos documentos e para preparar todas as exigências vindas do Ministério das Comunicações. Também aconteceram muitas viagens a Brasília no vai-e-vem da burocracia. Legalizar uma rádio comunitária é trabalho de titã, tudo conspira para que dê errado. “A gente montou

um equipe de três ou quatro pessoas e foi fazendo o que tinha de fazer. Não foi fácil, mas conseguimos”, lembra Ubiratan, que foi um dos que pegou firme a tarefa com Lucio Haeser e Aldo Votto.

O processo junto ao Ministério das Comunicações foi lento, demorou anos, mas a rádio volta e meia era colocada no ar, sempre que houvesse alguma reunião importante ou algum combate com a prefeitura. Passavam os mosquitinhos dizendo que a rádio ia transmitir e abria-se o verbo. Era um sucesso. A autorização da concessão finalmente chegou seis anos depois de iniciado o processo, em janeiro de 2004, e no dia 2 de abril a rádio começava a irradiar a voz do Campeche, já legalizada e na frequência 104,9 FM. A partir daí foi preciso começar outra etapa da luta.

Lucio estava saindo de Florianópolis e a comunitária precisava de um lugar onde ficar de maneira permanente. A partir de um dos diretores da ARCCA, Glauco Marques, que era eletricitário, foi feita uma discussão com o Sinergia, Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Eles tinham um terreno no Campeche que não estava sendo usado. Então, foi firmado um contrato de comodato. A rádio se instalaria ali e a ARCCA cuidaria do terreno, arcando com as despesas geradas com luz, água, IPTU etc... Foi um momento importante na vida do bairro porque também se consolidava uma parceria com esse sindicato, igualmente protagonista de muitas e extraordinárias lutas na cidade. Trabalhadores organizados, comunidade organizada, uma união explosiva.

A partir desse momento, já com um pedaço de terra onde fincar raízes, foram chamados diversos mutirões para o levantamento das paredes da rádio. Seria uma casinha singela, com duas peças e um banheiro, o suficiente para dar corpo ao sonho da rádio comunitária. Foi um momento bonito da comunidade porque os mutirões eram concorridos e alegres. Muita gente doava seu tempo nos finais de semana, no trabalho duro de limpeza, cavando os buracos do alicerce, carregando material. Assim, devagar, o prédio foi se erguendo, feito pelas mãos da própria gente que desde os anos 1980 lutava pelo bairro.

O esforço coletivo para a construção da sede da ARCCA se fez realidade e, por fim, em novembro de 2005, o novo espaço era inaugurado, marcando um dos momentos mais significativos da emissora. Com espaço próprio, o estúdio, que era um cantinho da casa do Lucio, foi ampliado, equipamentos novos foram conseguidos e a rádio passou a transmitir 24 horas sem parar. Não havia programas, mas sempre

que necessário, nas reuniões do Plano Diretor ou outra luta do bairro, os microfones se abriam. O sonho finalmente estava concretizado.

Em 2006, a caminho da Venezuela para o Fórum Social Mundial, o então diretor da ARCCA, Glauco Marques, conversou comigo para iniciar um programa de jornalismo, ao vivo, na emissora comunitária. Assim, logo depois da volta, em abril de 2005, começava a caminhada do programa Campo de Peixe, primeiro programa ao vivo da rádio, aos sábados, no horário de 11 horas, tendo como equipe Glauco Marques, Elaine Tavares, a jornalista Alicia Arão e a sócia Débora Daniel. O programa segue no ar até hoje e é uma referência para a comunidade, apresentando notícias, entrevistas e análises da realidade brasileira e latino-americana. A formação atual da equipe tem Glauco Marques, Elaine Tavares, Arnaldo Prudêncio e Rubens Lopes.

Tão logo o primeiro programa foi ao ar, outros programadores começaram a se somar na proposta e novos programas ao vivo foram criados, fortalecendo ainda mais a proposta de a rádio ser o veículo para a voz das lutas comunitárias do bairro e da cidade. O segundo a propor um programa ao vivo foi o Leozão (Leonardo Alves da Cunha), que vinha de uma experiência importante de rádio livre na Universidade Federal de Santa Catarina, a Rádio Tróia. Essa rádio fez história na UFSC e foi politicamente muito importante no próprio processo de formação da Rádio Campeche. Por várias vezes o Lucio buscou interação com o pessoal da Tróia, bem como com os demais comunicadores populares que faziam comunicação independente na cidade. E foi com a condução do Leozão que nasceu o programa *Pra Desterro falar*, trazendo para o dial da comunitária a voz da cidade, o povo das ocupações urbanas, os estudantes, os trabalhadores, os movimentos sociais e populares. O programa teve vida fecunda e serviu para definir o sul da Rádio Campeche.

Como havia uma demanda reprimida por um espaço onde expressar a voz e a informação referente à vida dos trabalhadores e das gentes em luta, a rádio foi ampliando o número de programas e cumprindo essa missão dia após dia. Foi assim que começaram a surgir outros programas, de cultura, de juventude, de música, de informação comunitária, de ecologia, esportes. Tudo dentro da lógica de que só poderia ser programador quem morasse no bairro e fosse sócio. E assim tem sido até hoje. A Rádio é comunitária de fato, propaga as vozes do bairro, é feita por moradores, por quem vive e constrói a luta no Cam-

peche. E é por trazer uma informação diferenciada e contextualizada que a rádio tem sido a ponta de lança na construção do Plano Diretor Participativo e na luta que se trava por uma cidade boa de morar, que garanta a todos e todas dignidade e direitos. Praticamente todos os programas dão espaço para esse debate que define o povo do Campeche. Uma gente que luta pelo bem viver no bairro e na cidade.

No ano de 2020 a rádio conta com 20 programas ao vivo e mantém uma programação musical primorosa, dando espaço privilegiado para a música feita no Campeche e na cidade de Florianópolis. Dar luz à arte que é criada no bairro e na cidade é um dos pontos basilares da comunitária.

20 anos e mais uma nova etapa

A Rádio Campeche é uma associação de pessoas físicas, sem fins lucrativos, regida por legislação federal própria e pelo estatuto aprovado pela Assembleia Geral. O estatuto, vale lembrar, é um documento que todos os associados devem conhecer “de cabo a rabo”, para estarem cientes da proposta da rádio e de como participar de sua construção contínua. A ARCCA tem suas finalidades e instâncias de organização definidas nesse estatuto, diferenciando-se das rádios comerciais nos objetivos, conteúdo e forma. Uma das diferenças é justamente o apoio cultural, que funciona de maneira bem distinta da propaganda, comum no rádio. O comércio local que decide apoiar a rádio não financia programa nem espaços, apenas apoia com um valor específico que pode ser pago por mês, semestre ou ano. A forma de divulgar o comércio é decidida pela rádio, com um texto simples, informativo, sem propaganda. E são definidas três inserções diárias.

Como é uma rádio comunitária, apenas os moradores da área de abrangência da rádio (Sul da Ilha) podem se associar. A ARCCA assume como referência geral para seu funcionamento a difusão de informação e cultura a partir da comunidade, situando-a em suas relações com a cidade, com o estado, com o país e demais povos, contribuindo para que os membros da comunidade possam exercer sua crítica à realidade em que vivem. Não se trata, portanto, de alienar o morador apenas nos temas referentes ao bairro, mas de partir do bairro para compreender a realidade no seu aspecto universal. Um desafio cotidiano que vai se cumprindo.

Em 2018, a Rádio Comunitária Campeche cumpriu duas décadas de existência e celebrou em grande estilo. Desde o começo do ano vinha organizando novamente mutirões com a comunidade para a construção de um novo estúdio, mais adequado ao trabalho que cresce a cada dia. A partir daí foram dois anos de intensas atividades, roçando o terreno, fazendo o tijolo de barro e construindo o espaço, tal como acontecera em 2005. O projeto, nascido da cabeça do arquiteto Márcio Holanda e incorporado pelo então coordenador Arnaldo Prudêncio, buscou técnicas milenares de construção, como o adobe, e adicionou outras técnicas da bioconstrução, e a comunidade foi participando, cada um dando um pouco do seu tempo até que tudo ficasse pronto.

No final de 2019 o estúdio finalmente ficou pronto e já está funcionando a todo vapor. A Rádio Comunitária Campeche segue cumprindo com seu papel estratégico de ser um espaço comunitário real para a vida que se expressa e luta nesse mítico bairro do sul de Florianópolis. Hoje – e sempre – tocada por um grupo cheio de vontade de realizar e construir, ela continua centrada na necessidade concreta do movimento popular comunitário e se mantém como a antena do Campeche, informando sobre tudo que acontece no bairro, discutindo as lutas cotidianas por um lugar melhor para se viver, dando notícias sobre as batalhas que se travam na cidade no campo dos trabalhadores, no mundo popular, fazendo a ligação com a luta dos trabalhadores em todo mundo.

Assim, a cada dia que passa a rádio vai se fortalecendo, apresentando programas que fogem do lugar comum das rádios comerciais. No dial da Comunitária, hoje 98,3 FM, podem ser escutadas as vozes dos pescadores, das rendeiras, dos ambulantes da praia, dos moradores, dos comerciantes, dos contadores de história, das figuras históricas do bairro, os cineastas locais, os cantores, os artesãos, os sindicalistas, os professores, os compositores, os trabalhadores de vários fazeres, enfim, qualquer um que tenha algo a dizer. E, além dos programas que apresentam a melhor música local, nacional e do mundo (fora do circuito comercial), há os programas de interesse comunitário. A vaga de emprego, os horários dos médicos e dentistas no posto de saúde, as reuniões do Plano Diretor. Então, ao ligar na frequência 98.3 FM os moradores encontram a boa música do interior, encontram poesia, cultura, jornalismo, análise, rock, Hip Hop, dicas de saúde, sabem das propostas alternativas no campo da ecologia e do cuidado com a terra.

É um mosaico de temas e sons, comunitário e popular, tudo pensado e feito com o amor de quem mora e vive no Campeche.

Na Travessa Iracema das Chagas Pires, uma pequena ruela do Campeche, número 88, viceja esse projeto bonito, que se faz dentro de uma pequena casinha. Ali, entre fios, microfones e outros tantos cacarecos que vão se acumulando dos balaios comunitários, circula a vida da comunidade. Chegam os artistas, os escritores, os líderes comunitários, os moradores, enfim, chega a força viva desse bairro que aprendeu na luta que para ser um lugar de bom viver é preciso união e cooperação.

A Rádio Campeche é, desde 1989, o coração vivo do bairro e ele pulsa, compassado, na batida dos tambores, do cavaco, do violão e da informação. Quem cruzar as fronteiras da comunidade é só sintonizar: 98.3. Ali, a vida do Campeche está em primeiro lugar. Já quem está longe pode buscar na rede mundial de computadores, na página www.radiocampeche.com.br. Clica no play e se delicia. A comunitária faz valer a soberania comunicacional.



POBRES & NOJENTAS, UMA REVISTA DE CLASSE

Elaine Tavares e
Míriam Santini de Abreu

Folhear as 30 edições impressas da revista *Pobres & Nojentas (P&N)*, que circularam entre 2006 e 2013, traz, apesar do tempo passado, a afirmação da permanência. Estão vivas e buliçosas a ideia de jornalismo que gestou o projeto, o conjunto de temas acolhidos na revista e a concepção de cidade que inspirava as reportagens, artigos e crônicas. Uma cidade rebelde, em luta constante contra o projeto de poder que destina o melhor do espaço urbano apenas aos endinheirados. Atualmente, a revista continua viva no formato de blog, criado em agosto de 2007 com o mesmo nome, e em perfil no *Facebook* e conta no *YouTube*.

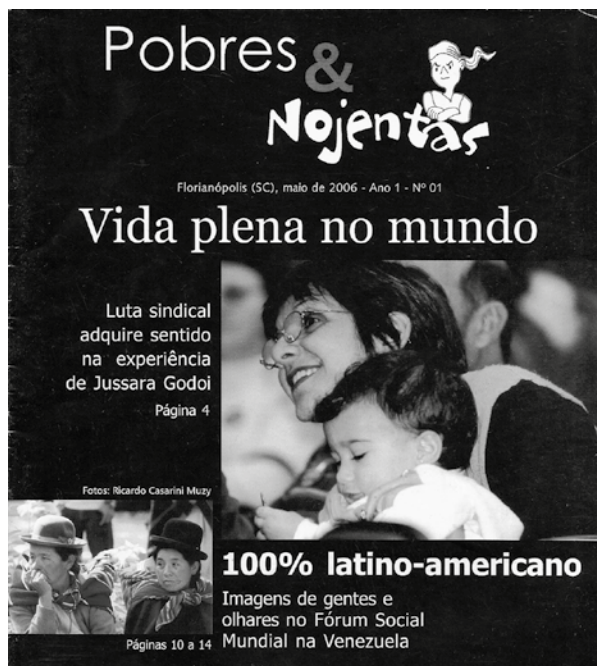
A *Pobres* nasceu depois de uma conversa entre um pequeno grupo que se reunia na antiga Padaria Brasília, na Praça XV, centro de Florianópolis, depois das lutas e passeatas, para discutir jornalismo. A nossa musa inspiradora foi Jussara Godoi, então técnica-administrativa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e hoje aposentada. Na conversa, ela sugeriu que criássemos uma revista para contar as histórias das gentes que não apareciam nos jornais nem na televisão. A Ju, como a chamamos, apareceu na primeira capa da *Pobres*.

Nas bancas, como hoje, enfileiravam-se publicações sobre a vida dos ricos e famosos. Não se falava da vida e da luta dos empobrecidos, do povo que trabalha, luta e constrói mundos. Ai, na conversa, apareceu a palavra “nojenta” agregada ao nome, com um significado específico para as editoras e usual no Rio Grande do Sul, onde elas nasceram: guria metida, que quer aparecer. A *Pobres* então traria essa gente inquebrantável, que questiona velhos valores, cria o novo e persegue

vida boa e bonita para todos. Movia a equipe a proposta de apresentar também uma nova possibilidade de aprendizagem no campo do jornalismo. Nojenta mesmo, querendo falar de fora do eixo Rio-São Paulo, falar desta Ilha cá do Sul.

A impressão era viabilizada principalmente com apoio de sindicatos de Florianópolis e venda de mão em mão. A Banca da Catedral, na Praça XV, também ficava com um pequeno lote de exemplares. A revista se auto-define no número 1, de maio de 2006, a partir dos objetivos da *Companhia dos Loucos*, editora independente criada em 2003 pelas jornalistas Elaine Tavares e Raquel Moysés, integrantes da equipe da revista:

Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição.



Capa do primeiro número da Pobres

O Expediente trazia, além dos nossos nomes, os de Ricardo Casarini Muzy, Raquel Moysés, Paulo Zembruski e Rosângela Bion de Assis. Aquele primeiro número já apontava um elemento fundamental para a concretização de 30 edições impressas: o apoio d@*s* amig@*s*. A Rô cuidava do projeto gráfico e da diagramação – a partir do número 8 com a Sandra Werle (que assinava também a coluna *As delícias de Su&Lí*). Os três números finais foram diagramados por Alysson Moura. A Raquel cuidava da revisão, tarefa também realizada em algumas edições pela Mônica Fünfgelt.

Nos Agradecimentos havia mais referências: ao Frank Maia por ilustrações, ao Antônio Carlos da Silva, o querido Silva, servidor aposentado da UFSC, pela primeira logomarca da *Pobres* e a imagem da contracapa, ao Anderson Gonçalves pelo acabamento da arte e ao saudoso José de Assis Filho e a Elenir de Melo Assis por organizarem o jantar que viabilizou os recursos para aquela primeira impressão. Não teria havido revista sem os carreteiros que o Assis preparava com tanto cuidado e carinho para arrecadar dinheiro. A impressão era por conta de Hélio Devigili, o seu Hélio, que compartilhava com a gente a alegria revigorada por novas edições. Também o Editorial do número 1 abria com a linha geral da proposta: “Esta é mais do que uma simples revista. É um movimento, um caminhar. De gênero e de classe (...)”. Cabe lembrar que o Anderson Gonçalves fez o segundo site da *Pobres*, e também contribuía com tirinhas. O primeiro site foi desenvolvido por Eduardo Mustafa Vianna ainda em 2006. O blog hoje ativo surgiu em 2007.

A revista foi pensada a partir de uma proposta teórica ancorada em três pilares epistemológicos. O primeiro deles é a *teoria marxista do jornalismo*, cujo idealizador foi Adelmo Genro Filho, jornalista gaúcho que, em 1987, publicou o livro “O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo”, resultado de dissertação de mestrado em Ciências Sociais concluída em 1986 na UFSC. Genro Filho acreditava que, mesmo no sistema capitalista, o jornalismo poderia ter uma função transformadora, desde que se aproveitassem as brechas que ele expõe. Para isso, a notícia deveria ser construída a partir de uma nova fórmula, não mais na lógica do lead, do mais para o menos importante, e sim a partir da singularidade do fato para, passando pelo particular, expressar no texto o universal. O jornalismo deve irradiar o singular, o irrepetível, a forma originária do novo – deixando antever a transformação

social – a partir da relação com as outras duas dimensões, evitando assim que a totalidade seja vista com uma mera soma de partes, um agregado de fenômenos sem ligação entre si.

O segundo é a concepção filosófica de Enrique Dussel, criador da Filosofia da Libertação, que inspirou a proposta de *jornalismo libertador*, conceito explicitado no livro “Jornalismo nas margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas”, de Elaine Tavares (2004), pelo qual o foco do jornalismo volta-se para a comunidade das vítimas do sistema, tal qual propõe Dussel. A narrativa deve ser cristalizada no singular, evocando o universal, mas priorizando dar visibilidade à vida do oprimido, saindo assim de uma forma de praticar jornalismo que se alimenta apenas ou prioritariamente de fontes oficiais, se explicitando apenas como porta-voz delas. Nesse sentido, só podem existir dois tipos de jornalismo: o que serve a uma minoria dominante (moral de dominação) e o que serve aos oprimidos, maioria da população (ética da libertação). No livro, a autora afirma que um dos pressupostos do jornalismo libertador é desvelar o cotidiano que cerca o viver daqueles que estão à margem.

O terceiro elemento é a ideia de *croniportagem*, termo que cunhamos para definir a vereda entre a crônica e a reportagem. Ou seja, o texto jornalístico apresenta a necessidade de visibilizar temas cotidianos, tal qual a crônica, mas com a profundidade da reportagem e a informação contextualizada. Em fevereiro de 2008, a equipe da revista promoveu o “Primeiro Festival de Croniportagem de Abya Yala”, para a publicação de textos de colaboradores na revista impressa e/ou no blog, com arte específica feita pelo pedagogo Leopoldo Nogueira, que assinava as lindas logomarcas da *Pobres*. A proposta foi estimular a produção desse formato de texto, que tem características que o habilitam, dentro de uma larga tradição no jornalismo, a encontrar um lugar singular na produção jornalística atual.

Uma marca importante da revista *Pobres & Nojentas* foi deixar o espaço emergir nas reportagens, ligando o fato ao lugar onde ele brota,



Arte do festival feita por
Leopoldo Nogueira

lugar esse que modifica e é modificado pelas pessoas que nele vivem. As reportagens da jornalista Marcela Cornelli, que já comparece no número 2 (julho de 2006), vão nesta direção, abordando, entre outras, a ocupação da Ponta do Leal, no Continente, da Panaia, no Sul da Ilha, e da Vila do Arvoredo, no Norte da Ilha.

No número 6 (março/abril de 2007), na reportagem intitulada “Chica das Chagas”, Marcela contou a história de Francisca das Chagas dos Santos, que fez parte da primeira ocupação urbana organizada de terras na capital catarinense, em julho de 1990, em um terreno público às margens da Via Expressa – ligação rodoviária entre a BR-101 e a Ilha – onde hoje está o bairro Monte Cristo, que foi chamada de Ocupação Novo Horizonte. A ocupação completou 30 anos em 2020.

Sob o título “As mulheres da Chico”, no número 13 (maio/junho de 2008), Marcela falou sobre o projeto de seis mulheres moradoras do mesmo bairro – Catarina Francisca de Souza, Daniele Braga Silveira, Janete Osvaldina Marques, Lídia Almeida, Maria do Carmo Apolinário e Jussara Fátima dos Santos, a Sara – que desejavam escrever um livro sobre sua vida, inspiradas pela obra “Mulheres de Cabul”, de Harriet Logan. A iniciativa tinha o apoio da educadora Sandra Cochemore Ribes, da assistente social Vanessa Flores, da fotógrafa Sônia Vill e da equipe da Casa Chico Mendes, organização não-governamental que atua na comunidade. Com o apoio da equipe da *Pobres*, da Letra Editorial e do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), o livro foi lançado em 1º de dezembro de 2008 no saguão da Reitoria da UFSC.

O número 23 (maio/junho de 2010) trouxe o perfil de Antônio Joel de Paula, também morador do bairro Monte Cristo, em texto de Marcela intitulado “Eis que surge um Novo Horizonte”. Em março de 2013,



Capa e convite
para lançamento
dos livros



foi publicado, com o apoio da *Pobres*, o livro “Seu Antônio – Antônio Joel de Paula – a História de um Líder”, organizado e editado por Sandra Cochemore Ribes e diagramado por Marcela.

Esses não foram os únicos exemplos de reportagens e perfis da *Pobres* que viraram livro. No número 10 (novembro/dezembro de 2007), o jornalista Eduardo Schmitz, no perfil intitulado “Dona Severiana”, fala sobre Severiana Rossi Correa, moradora de Taió falecida tempos depois. Eduardo assinava a coluna *Uma história, depois outra*, publicada no jornal mensal *Observatório Local*, editado por ele naquele município. Os casos de Severiana eram cheios de assombração, bruxas, padres, benzedeiros, fazendeiros, peões, raios e trovões. Eles acabaram virando livro, “Contos da Seve – Histórias de Severiana Rossi Correa”, organizado e editado por Eduardo com prefácio do jornalista Moacir Loth.

O Eduardo também emprestava outro talento para a revista, o de ilustrador. Encomendamos a ele, entre outras, uma ilustração para o artigo de Newton Tavares intitulado “Na democracia não há alternância de poder ou porque sou sempre do contra?”, publicado no número 14 (julho/agosto de 2008). A inspiração era uma frase de Nietzsche citada por Newton no final do texto: “Corra, meu amigo, para dentro da tua solidão. Sê como a árvore que ama com seus galhos. Silenciosamente, escutando, ela se dependura sobre o mar”. Pois Eduardo



Capa do livro organizado por Eduardo Schmitz



Ilustração de Eduardo Schmitz para artigo de Newton Tavares

enviou para a *Pobres* uma preciosidade, a beleza da frase do filósofo tornada igualmente plena em uma ilustração: no ventre da árvore um menino lê, como se estivesse no ventre do mundo.

Os problemas provocados pela especulação imobiliária em Florianópolis apareciam em praticamente todas as edições da revista. Exemplos são a mobilização de moradores do Norte da Ilha contra a construção do Costão Golf, no número 11 (janeiro/fevereiro de 2008), assinada por Elaine, e pela transformação da Ponta do Coral em área pública de lazer, no número 28 (maio/junho de 2012), assinada por Miriam. As lutas dos trabalhadores também eram reportadas, como a dos bancários, dos policiais militares, dos sem terra, dos funcionários da Sadia em Chapecó, tema da reportagem de capa do número 25 (setembro/outubro de 2010) intitulada “Aqui se produz gente lesionada”.

Um destaque foi o número 21 (janeiro/fevereiro de 2010), todo dedicado a Cuba, onde as jornalistas Marcela e Miriam ficaram durante duas semanas na XVII Brigada Sul-Americana de Trabalho Voluntário e Solidariedade com Cuba. Se uma das jornalistas da equipe ou colaboradores viajavam em férias, faziam reportagem para a *Pobres* na volta, e assim havia textos sobre o México, o Equador, o Chile, a Colômbia, a Argentina. Na *Pobres* também circulavam reportagens assinadas por colegas jornalistas de outros veículos, como o saudoso Celso Martins, do *Daqui na Rede*, parceria detalhada em artigo assinado por Anita Grandó Martins, filha de Celso, neste livro.

Uma ação muito especial para a equipe era a entrega de 100 a 200 exemplares, dos 500 impressos, nas comunidades e bairros que apareciam na revista, em especial aquelas retratadas por Marcela Cornelli. A distribuição gratuita era possível graças ao apoio dos sindicatos, que bancavam parte ou a quase totalidade da impressão. Entrava um dinheiro muito magro da venda de camisetas e bolsas com a logomarca da revista e menos ainda da venda de mão em mão. Muitos queriam, mas não pagavam e a gente também não cobrava.

Dentro da tremenda energia que o projeto gerou, apareceu em 2008 a “Pobres & Nojentas Teórica”, um caderno de 36 pá-



Capa da P&N teórica

ginas com três textos da equipe sobre o jornalismo praticado em sindicato. Também nasceram em 2009 dois “Cadernos Soberania Comunicacional”, em parceria com o *Portal Desacato*, veículo cuja história é contada neste livro. Os cadernos apresentavam propostas para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada naquele ano.

Em setembro de 2008, o *Portal Desacato* e a *Pobres* realizaram o 1º Encontro pela Soberania Comunicacional, Popular e Libertária na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Em 2010, integrávamos a Rede Popular Catarinense de Comunicação (RPCC), que reunia veículos de comunicação catarinenses que atuavam com base nos princípios e nas práticas da Soberania Comunicacional. O conceito de Soberania Comunicacional é desenvolvido por Elaine Tavares como a comunicação popular/comunitária/libertadora que supera a posição de resistência e caminha para a conquista dos meios massivos, articulada aos que lutam para transformar o mundo, avançando para o novo e sendo capaz de pavimentar outra práxis.

A Rede foi o resultado de dois Seminários de Comunicação e Cultura Popular organizados pela então Agência Contestado de Notícias Populares (Agecon), uma das integrantes da RPCC, tendo à frente o educador Jilson Carlos Souza, hoje envolvido em uma série de iniciativas de comunicação e organização popular na Região do Contestado.

As edições 26 (janeiro/fevereiro de 2011) e 27 (março/abril de 2011) traziam na contracapa um poema do querido Uby Oliveira, que encontrávamos nos finais de tarde nos bares do Mercado Público de Florianópolis. Ele mantinha o projeto “A poesia nos bares da ilha”. Foram dois registros que deixaram saudades, porque Uby faleceu no final daquele ano, e o homenageamos na página 3 da edição 28 (maio/junho de 2012), assim como ao Amilton Alexandre, o saudoso Mosquito, também falecido em 2011.

Em outubro de 2013, apareceu a “Pobres & Nojentas no Mercado”, na conta do YouTube da revista, com entrevistas gravadas em um dos mais queridos pontos de encontro da capital catarinense, o Bar do Alvim, no Box 1 do Mercado Público, onde a gente se encontrava para buscar o alimento do corpo e da luta. Com a reforma que “gourmetizou” o Mercado, o Alvim não conseguiu se manter e saiu do Mer-

cado em 2014. A primeira entrevista foi com um dos garçons do bar, o Marcelo Vidal. A lista de programas está em <http://pobresenojentas.blogspot.com/p/pobres-e-nojentas-no-mercado-programa.html>.

Ao longo da caminhada, uma alegria para a equipe foi depositar as 30 edições da *Pobres* na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, especialmente porque, a partir do número 26 (janeiro/fevereiro de 2011), publicávamos na página 2 a Ficha Catalográfica feita pela bibliotecária Maria Guilhermina Cunha Salasário. Em 2020, todas as edições serão depositadas também, em formato digital, na Hemeroteca Digital Catarinense.

A *Pobres* era uma inspiração para muita gente que desejava fazer jornalismo fora das grandes redações. Foi por ler a revista quando ainda morava em Minas Gerais que o agora jornalista Rubens Lopes de Souza escolheu a *Pobres* como tema de seu Trabalho de Conclusão no Curso de Jornalismo da UFSC, apresentado em 2017 com o título “Jornalismo libertador: a estrutura e a dinâmica da revista *Pobres & Nojentas*”.

A última edição impressa da revista, em novembro/dezembro de 2013, trouxe na capa manchete sobre a aprovação do polêmico Plano Diretor de Florianópolis na Câmara de Vereadores. Outras reportagens daquele número derradeiro abordavam a guerra pela água na Bolívia, o caos no transporte coletivo de Florianópolis e a situação das famílias na Ocupação Palmares, no Maciço do Morro do Cruz. Agora, passados sete anos, a gente olha para aquela bonequinha de cara atrevida no alto da revista e sorri: a *Pobres & Nojentas* impressa caiu... de pé!

NOTAS

1- O formato da revista era 23,5 x 21 cm, com 28 páginas (incluindo a capa e contracapa).

2- Os endereços eletrônicos da revista são os seguintes:
pobresenojentas.blogspot.com | youtube.com/PobresyNojentas | facebook.com/pobresenojentas

3- Os sindicatos que apoiaram a *Pobres* foram os seguintes: o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal

em Santa Catarina (SINDPREVS-SC), o Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região (SINERGIA), a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal de Santa Catarina (SINTRAFESC), o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB), o Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (SINTUFSC), o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina (SINDASPI).

4- Companheiros e companheiras que caminharam com a gente na revista: Billy Culleton, Celso Martins, Celso Vicenzi, Cláudia Schaun Reis, Cristiane Salvi, Darci Demetrio, Eduardo Schmitz, Fernando Karl, Frank Maia, Gilberto Motta, Janice Miranda, Jilson Souza, Leonardo Tolomini Miranda, Marcela Cornelli, Mariana Hoffmann, Moacir Loth, Mônica Fünfgelt, Pepe Pereira dos Santos, Raquel Moysés, Raquel Wandelli, Raul Fitipaldi, Ricardo Casarini Muzy, Rogério Almeida, Rondinelli Suave, Rosane Berti, Rosângela Bion de Assis, Rubens Lopes de Souza, Rui Fernando da Silva Neto, Samira Moratti, Sandra Werle, Thomas Bissinger, Vera Maria Flesch, o filósofo José Newton Tavares, a educadora Sandra Crochemore Ribes e os educadores Helton Ricardo Ouriques e Samuel Frison. Tivemos contribuições de Alex Júnior Ramos Pires, Alexandre Brandão, Alysson Moura, Ana Cláudia de Souza, Ana Cristina Nobre da Silva, Ana Oliveira, Anderson Gonçalves, Antônio Carlos da Silva, Antônio Luiz Júnior (Tony), Antônio Ramos Rosa, Amberson Vieira de Assis, Carlos Pronzato, Catarina Gewehr, Celso Perotto, Cláudia Reis, Cristiane Salvi, Divaldo Gilioli, Eluci Santini, Eduardo Mustafa Vianna, Fernando Lemos, Flora Lorena, Heloísa Spada, Ivan Leandro de Medeiros, Jarbas Bonetti, Jilson Carlos Souza, Júlia Souza, Jussara Godoi, Kelen Oliveira, Koldo S. Sagasetta, Leandro Pellizzoni, Livia Monte, Luciana de Moraes, Luis Stefanos, Mahara Miranda de Aguiar, Maria Guilhermina Cunha Salasário, Maria José Coelho, Maria de Fátima Barreto Michels, Mariana Hoffman, Renata Martins, Ricardo Machado, Salete Crippa, Sergio Rubim, Stefano Roberto Moysés Colucci, Tânia Rodrigues, Uby Oliveira, Urda Alice Klueger e Wilson Werle e publicamos reportagem fotográfica de Claudio Silva, Luís Henrique Prates, Osiris Duarte, Ronnie Huete, Thiago Bianchin e Viegas Fernandes da Costa, assim como ilustrações da Camila Bion de Assis.

PORTAL DESACATO NA LUTA PELA SOBERANIA COMUNICACIONAL

Claudia Weinman



O *Portal Desacato* e a Cooperativa Comunicacional Sul são o protótipo de um grupo que precisava falar para além dos partidos políticos, em um contexto onde a internet ainda era a “grande novidade”, em pleno ano de 2007. A imprensa independente historicamente no Brasil desempenhou um papel responsável e preciso em períodos como a ditadura de 1964, onde a necessidade era a resistência e a circulação de informação nas portas de fábricas e outras realidades. Em Santa Catarina vários grupos fizeram a tentativa de garantir a resistência dessa “Outra Comunicação”, porém, poucos foram os que prosseguiram com a ideia de defender, sem qualquer estrutura material, o direito humano à informação, de doação do que consideramos ser um “projeto de vida”, nada menos.

Por isso, nessas páginas de afeto cedidas pela querida Miriam, queremos nós, do *Portal Desacato*, contar uma parte da trajetória que tem contribuído com a classe trabalhadora por meio de um jornalismo que deve ser e é voltado às lutas anti-imperialistas, anticapitalistas, feministas, antirracistas, antifóbicas, na defesa da ecologia e meio am-

biente, preservação da vida, do planeta e, sendo assim, necessariamente, nos coloca na condição de nos posicionarmos frente ao racismo e em defesa de um feminismo classista. Para tanto, eu, Claudia Weinman, do interior do estado de Santa Catarina, em São Miguel do Oeste, elaborei algumas questões para pessoas como Raul Fitipaldi e Tali Feld Gleiser, cofundador e cofundadora do Portal, e também para a Presidenta da Cooperativa Comunicacional Sul, Rosangela Bion de Assis.

Quando a regional da CCS nasceu no Extremo-Oeste, em 2015, a partir de formações e diálogos com pessoas como Elaine Tavares e Jilson Carlos Souza e por meio da Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural, já havia um bom caminho desenhado por essas pessoas citadas acima. A minha geração, que integra a direção regional e a vice-presidência, já vem estruturada com um dos pontos fundamentais desse projeto: “Informar para educar, educar para formar e formar para transformar”, além da prática solidária, premissa da Pátria Grande. Partindo disso, convido a essa leitura. Uma história que se consolida todos os dias, com diferentes dificuldades, guiada por carinho, rebeldia e amor.

Raul Fitipaldi - Jornalista/Diretor Executivo/Cofundador da CCS e Portal Desacato

Como surgiu o Portal Desacato? Quem são as pessoas que iniciaram esse projeto, de onde vieram e o motivo que os/as levou a pensar um Portal de Mídia Independente em Santa Catarina?

Talvez fosse uma coincidência, talvez uma necessidade. Não nos permitir o isolamento, a solidão, não nos esconder. Buscar outra forma de militância que nos contemplasse. Um pouco disso tudo, com certeza. Dois anos antes tínhamos deixado a política partidária, desencantados e com muita coisa entalada na garganta e presa nos punhos.

Tínhamos angariado algumas ideias importantes (para nós, claro...) em textos que fomos acumulando e que corriam o risco de se perder no tempo sem servir para reflexões mais amplas. Havia uma visão muito crítica à política partidária da esquerda brasileira. Precisávamos organizar esse pensamento em algum lugar. Imagino que

tenha sido isso que nos motivou a buscar uma ferramenta onde escoar tais lamúrias.

Não fomos originais com a ideia de ter um blog, um sítio, algo assim. O certo é que não tínhamos a menor ideia do que era um espaço na internet. Em 2007 alguns de nós já éramos “veteranos” e a tecnologia era um desafio. No entanto, parecia-nos que um sítio virtual era uma ferramenta idônea e barata, porque para o voluntarismo que nos permeava à época (uma época que já somava décadas, *risos*), não pagar já era uma coisa muito boa. Gente de pouca grana ou pobre. Isso éramos, com alguma exceção pontual.

Então, no inverno de 2007, depois de reuniões diversas, algumas delas na casa da jovem arquiteta e amiga, Elisa Rodrigues Veras, juntamos 47 nomes possíveis para batizar o engendro internáutico, e foi escolhido um nome proposto por Juan Luis Berterretche: *Desacato*.

Nesse primeiro momento o grupo tinha Tali Feld Gleiser, Juan Luis, Elisa, eu, e não lembro se já Marco Arenhart, mas ele estava bem próximo nesse período. Marco sempre estava por perto das discussões que fazíamos. Isso vinha desde o PT de Florianópolis, passando pela fundação do PSOL, que foi registrado em Santa Catarina por Marco e o advogado falecido, Rogério Viceconti, depois de uma intensa campanha que fizemos entre 2004 e 2005. Vanessa Bortucan apareceu depois, concretamente, a partir do dia do lançamento, e foi ocupando o espaço aos poucos. Houve alguns jovens que asfaltaram as discussões prévias: Vanessa Spiees, Douglas Maçaneiro (eram de Jaraguá do Sul), mas com o tempo se afastaram dedicados aos seus projetos e com a necessidade urgente de sobreviver e pagar as contas.

Entre o mês de junho e o dia do lançamento foi tudo muito efervescente. Como fazer um sítio? Aí surge Thiago Skárnio para nos guiar, auxiliar e colocar o sítio no ar. Thiago já tinha *Alquimídia* e o *Sarcástico*, com Evandro Duarte e, se não me falha a memória, Guto Lima. Nesse então, *Alquimídia* era o projeto mais avançado em matéria de comunicação virtual alternativa em Florianópolis. Thiago fez isso tudo de boa, sem outro interesse que não fosse somar mais um sítio à mídia independente. Colocou de graça todas as ferramentas que tinha para que desse certo. Sem *Alquimídia* nunca teria existido *Desacato*. A atitude do Thiago nos animou e ofereceu algumas certezas. A gente não sabia nada de internet, nada mesmo. Ou talvez Tali

tivesse já algumas ideias, mas nada comparado com todo o conhecimento que hoje tem como “cérebro mor” do portal.

Ao fim, haveria um *Desacato* entre a nascente mídia eletrônica independente. Pobres de toda pobreza decidimos pedir mais um favor ao Thiago e conseguimos com ele o Teatro Armação, na Praça XV. Oferecemos um *buffet* de frutas que era o que estava em nossas possibilidades. E sendo um teatro, bom, fazer o quê, eu interpretei uns textos de Bertolt Brecht em homenagem à militância teatral do nosso amigo Luiz Alberto Corrêa, “O Poeta”, que sempre trouxe e ainda traz Brecht aos espaços de luta.

Foi muito louco e divertido. Eu protagonizei uma faxineira que criticava o sistema através dos textos de Brecht. Acho que só um dia pude ensaiar em casa, do lado da escada, com a ajuda da Tali, que foi embora para o Caribe em 2008, e da minha filha Allisson, que nos deixou em 2014. E como me olhavam dramatizar os meus cachorros à época! Telê, Belém e Dulce Noa, todos esses peludos, olhando esse pai maluco apoiado no corrimão.

A história de *Desacato* é intensa, muito humana, muito grandiosa para nós, e mesmo assim muito simples, muito pública e à vez muito íntima. Sempre foi dessa forma, talvez sempre seja assim.

No dia 25 de agosto de 2007, a 182 anos da Independência do Uruguai (coincidência maravilhosa, porque Juan Luis e eu nascemos no Uruguai, e Elaine Tavares, que lá estava prestigiando, é charrua), num sábado cheio de sol, com a sala do teatro cheia, de forma rebelde, muito irresponsável e sem pretensões de durar mais do que alguns meses, surgiu este projeto que me comove de tal modo que nunca consigo expressar-me sobre ele adequadamente.

Até hoje *Desacato* é uma casa aberta, sem paredes nem teto, mas um lar firme e carinhoso, onde se abriga uma fraterna e sonhadora família social. Muitos familiares foram embora, outros e outras chegaram e por fim, há alguns anos, somos sempre os mesmos e as mesmas. Os novos e novas integrantes que aparecem chegam dentro de um planejamento. Nem sempre foi assim.

Depois do Portal, veio o projeto da Cooperativa Comunicacional Sul. Por que uma Cooperativa?

Sem perceber, a partir mesmo da inauguração do Portal, viemos gerando uma demanda crescente e constante que jamais teríamos ima-

ginado ao construir o sítio. Eram tempos de novidade comunicacional na capital catarinense. Tinha o *Centro de Mídia Independente* com pessoal da UFSC, não lembro se já existia a rádio *Tarrafa*, todo vinculado à militância do Cazé e os que com ele militavam. Havia o *Sarcástico*, do Thiago Skárnio e seu coletivo. Existia já a *Rádio Campeche*, e especialmente, para nós, tinha a *Revista Pobres & Nojentas*, com Miriam Santini de Abreu, Elaine Tavares, Rosângela Bion de Assis, Sandra Werle e outras companheiras e alguns companheiros também. Existia ou estava por existir *Daqui na Rede*, do saudoso colega Celso Martins. O momento era intenso e sonhador. Os ventos pareciam propícios.

O debate da Soberania Comunicacional, em conjunto com as *Pobres & Nojentas*, foi crescendo junto com os desejos. Mas eram tentativas voluntárias e voluntaristas. Não havia um horizonte duradouro em nosso imaginário desacatado. Aí é que a realidade começou a se apresentar.

Um bom dia, descobrimos que não dávamos conta; que não dava para traduzir tudo; que não era só uma vez por semana que se devia editar. E houve que multiplicar a oferta e tomar decisões individuais pesadas e até hoje duras de sustentar. O fato de termos sido abraçados por companheiras e companheiros distintos no arco da esquerda, mas todos e todas entranháveis e respeitados como a própria Elaine Tavares, Urda Klueger, Samuel Pantoja Lima, Glauco Marques, Dinivaldo Gilioli, Raul Longo e muitos outros e outras que vou omitir por falta de espaço, produziu um grande respeito a esse “tal sítio *Desacato*” no ambiente local. O portal que era, por definição, dedicado especialmente à Pátria Grande, foi intimado a falar da cidade e do estado. E agora? Ser anticapitalista e anti-imperialista não era suficiente. As leituras mais profundas não eram suficientes. Havia que informar daqui. Impossível.

Parecia mesmo inalcançável, mas não era totalmente assim, como nos fez ver a Tali, quando voltou ao projeto, depois de um tempo que pareceu eterno. Ao fim, vários éramos jornalistas. E foi possível. A cooperativa tinha que cumprir com a demanda que nos impunham os leitores e leitoras.

Preciso dizer que a hoje chamada *Cooperativa Comunicacional Sul* existiu, e existe principalmente, por três mulheres que admiro e estimo por sobre quase tudo. Posso dividir isso em três períodos do Portal e da nascente cooperativa. Era lindo ver como se entrecruzavam o veículo e a organização que nascia, do mesmo jeito que se *transversalizavam*

três personalidades humildemente fortes, ansiosas, culturalmente diversas, intensas e firmes.

Em 2010, Tali Feld Gleiser, tradutora e revisora, teve a ideia de criarmos a cooperativa e pensou e argumentou de forma teimosa até acontecer. Ela nos estimulava a cada dia, sem pausa. Conseguia textos, projetos, estatutos, regimentos. O fez porque, mesmo já morando no hemisfério de cima, sabia que aqui, os que estávamos na linha de frente, ao menos, tínhamos que comer e que o voluntarismo era um limite constrangedor que, ademais, fracassaria. Juan Luis e eu entendemos muito rápido o recado, éramos os três do Cone Sul, onde as cooperativas eram vanguarda de luta e construção militante. Tali, para nós, era naquele momento, e ainda hoje é, o dinamo ideológico e ético do projeto: lúcida, austeríssima, nunca falou nem fala uma palavra inútil, sempre teve todo o crédito e o respeito do coletivo. Ela pariu a ideia. Tínhamos que edificar o projeto.

Em 2012, Vanessa Bortucan, artista plástica e educadora, assumiu a condução organizativa de tudo. O fez sem cargo, sem discurso, sem concorrer com ninguém. Dava pauladas de cego até derubar, um a um, cada muro. Era tudo e mais um pouco: secretária, tesoureira, editora, mestre de cerimônia, idealizadora de projetos para obtermos recursos. Sua inquietação pelo futuro da cooperativa era enorme porque ela confiava na ideia. Agora, em Londres, faz questão de lembrar-me que sempre acreditou, sempre, o tempo todo. Lembro que o primeiro dinheiro que Vanessa conseguiu para fazermos as camisetas de *Desacato* e vender no lançamento da cooperativa foi roubado dentro da UDESC. As lágrimas da “Vane” ainda brilham na minha memória. Mas foi atrás e recuperou com ajudas, aqui e acolá, boa parte do perdido e no dia do lançamento, no edifício Delacroix, casa da querida Livia Monte, lá estávamos todos e todas com nossa camiseta. Vane é invencível.

Então, Tali veio de Santo Domingo, entrou no prédio com Bel Gomes e vestiu orgulhosa a camiseta de *Desacato.info*. A emoção não tinha tamanho. O lançamento público da Cooperativa de Produção em Comunicação e Cultura *Desacato* (nome do período informal) foi no pátio do CEART da UDESC, onde estudava Vanessa.

Em 2015, Rosangela Bion de Assis assumiu a presidência da Cooperativa e tempo depois se constituiu na primeira presidenta com a *Cooperativa Comunicacional Sul* (nome definitivo), já legalizada, ou

melhor, por ela legalizada. Rosângela, com um perfil muito diferente de Tali e Vanessa, muito diferentes também entre si, foi ganhando apoios institucionais para a entidade. Docíssima e amável, incansável, com uma história brilhante no jornalismo sindical, se apropriou rapidamente dos conceitos e viu, nessa construção, uma possibilidade de exercer o jornalismo como nunca antes o tinha feito nos 27 anos de imprensa sindical. Tratada a boca pequena como “burguesinha”, mostrou com força, dignidade, amor ao projeto, lucidez ideológica e de classe, que entre os trabalhadores e trabalhadoras podia estar na linha de frente sem claudicar. Não fazia discursos nem falava chavões, militava no projeto. E não claudicou nunca. A ela tocou o papel de consolidar a ideia, legal e materialmente, e liderar esse jornalismo direcionado aos invisíveis. E hoje discursa sim, sobre sua cooperativa.

Juan Luis Berterretche, Marco Arenhart e Wilmar Frantz Jr. deram sedimento técnico e jurídico ao que iria acontecer depois. Ainda eles, que tiveram o acréscimo imediato de Marco Aurélio Silvério, quando necessário, fazem isso.

Tali, Vane e Rô são o tripé de uma história que se construiu, sobretudo, pelas mãos e mentes de mulheres. Larissa Cabral, jornalista, Lívia Monte, psicóloga, Lidiane Ramos, assistente social, foram determinantes, cada uma com sua característica e suas contradições; nossas contradições. Fizeram a diferença no momento mais duro, o momento de materializar algo que não existia.

Nascia, pois, com reuniões preparatórias na casa de Marco Arenhart e Lisete Guntzel, uma cooperativa que seria socialista, classista e feminista. Talvez só esta última frase responda a pergunta, mas era necessário escrever o que foi dito antes. Era necessária uma cooperativa por isso, para distribuir as pequenas ganâncias de forma igualitária, para que mulheres e homens tenhamos o mesmo valor no trabalho e o mesmo poder na tomada de decisão, e possamos lutar juntos contra o machismo e as outras injustiças, para que não percamos de vista a qual classe social pertencemos.

Como funciona a Cooperativa? Quantas pessoas fazem parte dela, quem são essas pessoas?

Para empreender essa resposta é necessário ver que etapas houve, quais os atores para chegarmos ao funcionamento que tem hoje e que, ainda, dista bastante de ser o melhor possível.

A primeira etapa da Cooperativa, quando tinha o nome inaugural de Cooperativa de Produção em Comunicação e Cultura Desacato, foi de sonhos, esperanças, esforços e total ignorância de por onde e como começar. Não havia modelos. Você podia tirar algumas ideias da cooperativa La Vaca da Argentina, por exemplo, com uma trajetória impressionante, e alguma outra coisa vasculhando na internet. Mas nada se adaptava à nossa necessidade inicial nem à cultura daqui.

Trôpegos, fomos adiante. Era um momento de labirintos onde as portas se abriam e fechavam num movimento incessante. No entanto, houve o primeiro acerto, a parceria com um velho amigo da Rosângela, James Pereira, que tinha uma experiência enorme em TV aberta e era muito querido no ambiente. Amigo da Rô desde o trabalho de fim de curso dela na UFSC, nos idos de... (rsss) James tinha uma pequena produtora. Fora do desfecho que tivemos depois, a parceria com James, sua capacidade e força de trabalho e sua experiência foram centrais para nossos primeiros passos a caminho do profissionalismo da Cooperativa. Há que agradecer ao James Pereira pelo que somos hoje. Acredito nisso.

Então, com as primeiras produções, toscas se comparadas com o presente das nossas produções, mas novidoras num ambiente de classe que não tinha por hábito recuperar sua própria história, e com a contribuição do Sindprevs/SC, graças à compreensão do coordenador à época, Valmir Braz, o “Nena”, vieram as primeiras parcerias com entidades sindicais.

Com essa base inicial começou a segunda etapa, eu diria, a mais dura, dolorosa, contraditória. Rica talvez pela descoberta incipiente da trilha a ser transitada, mas cheia de atritos e mudanças. A cooperativa, que tinha começado a caminhar com uma composição mais eclética, afunilava-se em um coletivo mais profissional, predominantemente jornalístico e com urgências que antes não existiam no horizonte imediato. Devo anotar aqui a participação breve, mas importante em determinado momento do processo, de Paula Guimarães, jornalista muito versátil, depois fundadora do sítio *Catarinas*. James Pereira e Paula, parceiro e cooperada respectivamente, saíram em tempo quase simultâneo. Rosângela Bion de Assis estava no seu primeiro período como presidenta, nele precisou contornar os dois anos mais duros da nossa breve história. Outras pessoas de bela índole vieram e foram

embora. Outras, talvez não tão legais, também chegaram e partiram. Era um redemoinho. Tempos de dar à luz no meio da rua, de agitar-se entre quatro paredes, no cenário fértil, amoroso e dilacerante da Casa da Outra, no bairro Saco dos Limões. Sabíamos fazer de tudo, não sabíamos fazer nada.

Nesse “paraíso infernal” surgem, já em outro diapasão da busca, com os fundamentos mais claros, na esteira de uma crítica e auto-crítica intensas, construtivas e transparentes, duas vozes de fora de Florianópolis. Com esses rostos, com essas mulheres companheiras, profissionais de alta qualidade, tenras como o pão quentinho e fortes como punhos quebrando muros, se inicia a cooperativa que hoje existe, uma família social estável, fraterna, profissional e de grande resistência diária. Claudia Weinman e Caroline Dall’Agnol trouxeram, com o acréscimo posterior, criativo, elegante, estudioso e consistente de Julia Saggioratto e Jana Machado, o que fazia falta. As premissas históricas do *Portal Desacato* e da Cooperativa, já próxima de ser legalizada em março de 2017, como Cooperativa Comunicacional Sul, encontraram nelas a amálgama imprescindível para que os sonhos da Tali, da Rô, da Vane, do Juan Luis, e de todos os demais tivessem um mar e um porto, uma estrada de ida e vinda. Pontes para avançar e acabar com as distâncias. Mais tarde, Mayara Santos e James Ratiere compuseram a lista de cooperados e cooperadas, ainda como estudantes do curso de jornalismo da UFSC.

O trabalho multimídia, TV Web e Rádio Web (em parceria com Acracom e Izabel Fávero), a nova modernização do portal gerenciada pela Tali com a assistência de Marcos Aurélio e Wilmar, os e as colunistas, a grade crescente, os apoios dos leitores e leitoras, os projetos dentro e além da Cooperativa, a primeira consolidação do sonho inicial, tudo se foi afirmando.

Mas quem e quantos somos hoje? Por ordem de chegada: Tali Feld Gleiser, Raul Fitipaldi, Juan Luis Berterretche, Marco Arenhart (com um intervalo de afastamento, por motivos profissionais, de 10 anos), Wilmar Frantz Jr., Marcos Aurélio Silvério, Rosangela Bion de Assis, Claudia Weiman, Julia Saggioratto e Claudia Baumgardt.

Fazer uma cooperativa socialista, feminista e classista é muito difícil, é tijolo por tijolo, tudo grudadinho com abraços, risos, gritos e lágrimas.

O que entende por Soberania Comunicacional Popular?

Aproveitarei para pagar a resposta que devo da pergunta anterior. Encaixa melhor no final desta, acredito.

Acontece que já é muita a generosidade da autora e organizadora do livro que nos oferece este espaço relevante, então, respeitosamente, antecipo que não há como responder minimamente à pergunta feita acima, porque ocuparia espaço ainda maior que a soma de todas minhas precárias respostas.

Desacato.info e hoje a Cooperativa Comunicacional Sul, no eixo pétreo de produtores anti-imperialistas e anticapitalistas, têm todas suas edições e realizações, diárias, semanais, mensais e eventuais, incitadas pelas diversas concepções de soberania: territorial, alimentar, energética, cultural, ambiental, corporal etc. Portanto, como jornalistas, comunicadores sociais e produtores culturais, não estamos fora do debate teórico e da luta diária pela Soberania Comunicacional (se popular ou não é outro debate enorme que também não entra aqui).

Em 2008, no pequeno auditório do sindicato Sinergia, nos reunimos alguns membros do *Desacato* à época, com as colegas e companheiras de *Pobres & Nojentas*, e tinha alguém mais de quem não me lembro agora, para discutirmos conceitos de Soberania Comunicacional. Escrevemos algumas coisas e disso surgiram uns caderninhos de modesta impressão fotocopiada, os guardo ainda. Incluso, fizemos um debate sobre o assunto no plenário Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no qual *Desacato* homenageou Elaine Tavares e Luciane Recieri, que naquele tempo acrescia Godoi ao seu sobrenome. Vanessa Bortucan e nossa amiga Joana di Miguéli fizeram uma paródia do jornalismo e Divaldo Gilioli interpretou sua poesia. Tenho fotos em algum lugar.

Não houve pernas para seguir adiante e aprofundar. De vez em quando vejo com alegria que Elaine escreve sobre o assunto e eu me limito a recomendar autores e jornalistas que nos aproximam, de um modo ou outro, ao assunto: Adelmo Genro, Enrique Dussel, Noam Chomsky, Fernando Buen Abad, Pascual Serrano e até a história de Simón Bolívar na sua luta pela narração da verdade dos nossos povos.

Mesmo sem poder produzir nada a respeito, constato felizmente que *Desacato* e a CCS no seu cotidiano, desde o início até o fim

do dia, lutam pela Soberania Comunicacional. Agora mais formalmente, e de modo mais maduro e consistente, através dos esforços iniciais para formar uma Rede de Jornalismo Solidário que dispute e lute por essa ferramenta da autonomia dos povos. A questão da Soberania Comunicacional, o direito de emitir e receber a comunicação e as diversas visões de uma mensagem, em liberdade e plenitude, é um problema decisivo no mundo. O campo popular, com o advento das novas tecnologias, propriedade das transnacionais imperialistas, sofre hoje uma derrota na disputa de narrativas. Vivemos isso no Brasil de forma dramática e trágica. A mentira mata e a verdade não chega a todos/as.

As formas de invasão que começaram em 1492 contra nossos povos foram sendo aperfeiçoadas pelos diversos impérios até chegarmos ao império norte-americano, que, junto com a entidade sionista, desenvolve de forma inimaginável e terrorista o apartheid comunicacional ao qual estamos submetidos. Tem-se demonstrado a cada dia que quem domina a narrativa através das condições técnicas e financeiras adequadas domina, subjuga, subverte e encarcera o planeta todo num único interesse. Assim, através da supressão da Soberania Comunicacional dos povos, se alça com as riquezas de todos em favor de, quando muito, um 1% dos seres humanos.

As formas utilizadas e as estratégias possíveis para mudar esse estado de coisas e obter a conquista da Soberania Comunicacional requerem um espaço que aqui não temos para desenvolver o assunto. Entretanto, é claro nosso compromisso, o tempo todo, para, da melhor forma possível, na prática e na teoria (quando é possível: rodas de conversa, foros, publicações etc.) deixar claro o que entendemos por Soberania Comunicacional.

Porque (pagando por fim a dívida da pergunta anterior) essa forma de pensar a Soberania Comunicacional e atuar em consequência nos tornou um grupo de pessoas com uma importante autonomia de decisão individual e coletiva, com plena soberania de pauta e de formato, à procura de melhor ouvir o que nos têm a dizer, e para melhor falar daquilo que precisamos visibilizar, defendendo os valores que atacam o sistema. Reunidos com nossas diversidades também temos uma forma material de praticar a equidade, a solidariedade, o direito e a fraternidade, e somos fiéis a isso, muito além das obrigações jurídicas que devemos cumprir em nossa relação formal com o estado burguês.

Soberanos por dentro, buscamos contribuir com todas as soberanias. Somos ínfimos, mas fazemos nossa parte, lutando para garantir, minuto a minuto, nosso direito à palavra liberada (como se fosse a terra, o pão, o teto, a luz, a água...), soberanamente.

De que maneira *Desacato* vem contribuindo para garantir o direito humano à informação?

Dando visibilidade àquilo que a imprensa tradicional e o sistema em geral sonegam, distorcem, negam. Buscando formas de mostrar isso da maneira mais compreensível com os escassos meios que temos. Trabalhando e estudando todos os dias, profissionalizando nossa tarefa. Procurando a dose certa de jornalismo, militância e compromisso, que ainda não conseguimos suficientemente. Fazendo com que nossa vocação de serviço supere as necessidades e desafios constantes que nos abrumam. Medindo cada passo e ousando além do possível. Respeitando o outro e a outra. Fugindo dos vícios da profissão, da vaidade, do conforto. Sonhando até onde não podemos ver.

Contribuímos precariamente, mas, a cada ano, um pouquinho mais.

Nesses anos de existência, de que maneira o jornalismo produzido pelo *Portal Desacato* contribui? Com quem ele contribui?

Pode ser que a contribuição mais importante seja gregária: manter as pessoas próximas do campo chamado popular, reunidas física ou virtualmente, arredor de eixos onde elas se reconhecem e que isso tenha sido construído por pessoas próximas, virtual ou fisicamente.

Outra contribuição possível pôde ser o fato de manter o viés original “*patriograndense*”, o foco na América Latina e o Caribe, mesmo quando a centralidade, com os anos, passou aos fenômenos brasileiros e, mais exatamente, da Grande Florianópolis e do Oeste catarinense.

Uma muito clara tem sido a parceria com alguns sindicatos para a recuperação da história dos trabalhadores e trabalhadoras de Santa Catarina.

Plantando uma esperança para os novos e novas jornalistas de obter uma fonte de emprego diversa daquelas que estão demitindo a todos, mesmo que essa fonte tenha regras bem diversas das que conhecem na universidade e sugira um nível de autonomia que assusta.

Contribuiu com algumas novidades no exercício da profissão, formatos distintos (nem melhores, nem piores) dos habituais.

E a contribuição mais importante: deu visibilidade às lutas de indígenas, negros e negras, LGBTs, transexuais, imigrantes, camponeses e camponesas, caboclos, estudantes, pessoas faveladas e em situação de rua. *(Revisando agora o que escrevi, até acho que contribuímos com alguma coisa.)*

Quais são as atuais reivindicações que *Desacato* está movendo no atual contexto em defesa da comunicação independente em Santa Catarina?

Certamente, a principal reivindicação que temos é o reconhecimento do direito de fazer parte na distribuição do orçamento municipal, estadual e nacional de propaganda e comunicação social dos poderes públicos, autarquias e empresas mistas do estado. Todo o dinheiro vai para os bolsos da mídia tradicional, antipopular, das elites e oligarquias locais, aumentando a enorme assimetria que existe desde os primórdios entre os veículos do poder e os independentes. Sem distribuição justa dos investimentos do estado em comunicação, sempre haverá uma abissal distorção da informação, perpetuando o discurso uniforme em favor do enriquecimento dos já milionários. Isso traz consigo a consolidação e crescimento das classes dominantes e a destruição do próprio jornalismo. Tal injustiça transformou o exercício do jornalismo das empresas tradicionais em assessoria de comunicação dos interesses da elite mundial, que precisa cada vez menos de tanques e mísseis para exercer a dominação; se satisfaz com a falta de um inimigo à altura na disputa da narrativa.

Isso tudo sem esquecer a necessidade urgente de termos os recursos mínimos para qualificar-nos e melhor servir à sociedade, gerando novos e mais seguros postos de emprego. Quanto tempo mais podemos esperar para termos as armas que nos permitam derrotar, de forma consistente, o discurso uniforme democratizando a comunicação? Os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff não contribuíram com essa luta, tiveram medo da mídia tradicional e não confiaram na capacidade da mídia independente de ocupar o lugar na construção de uma narrativa em que se vira a correlação de forças. O resultado desse medo o está sofrendo todo o povo trabalhador, todos os invisíveis do sistema.

O Portal Desacato nasceu no formato de revista virtual. Como foi isso? O que publicavam?

O grupo que não se encontrava mais à vontade com a política partidária naquela época queria permanecer junto. Foi assim que surgiu a ideia de uma revista virtual. Graças à *Alquimídia*, tivemos a possibilidade de colocar no ar *Desacato.info*. No começo, trocávamos as matérias uma vez por semana. Todo o material escolhido em espanhol era traduzido para o português. Ainda tínhamos tempo para conseguir apresentar esse material traduzido e chegamos a ser três pessoas (Raul Fitipaldi, Allisson Fitipaldi e eu) ao mesmo tempo colocando à disposição nossos finais de semana para esse fim.

Publicávamos artigos, matérias, notícias, que achávamos interessantes pelo seu conteúdo (o que mais tinha era material estrangeiro) e que não eram quase divulgados porque não existiam muitos sítios de esquerda.

Qual a linha atribuída ou os critérios para divulgação de conteúdo? Os materiais no início contavam com produção própria? Havia apoiadores/as e correspondentes em outros lugares do país, se sim, como aconteceu a criação dessa rede de correspondentes?

A linha era basicamente a mesma de hoje: anticapitalista, anti-imperialista, classista, que tinha o propósito de informar para educar, educar para formar e formar para transformar, dando visibilidade aos excluídos e excluídas e suas lutas no Brasil, a Pátria Grande e o resto do mundo. Já faz alguns anos acrescentamos o feminismo dentro dessa linha (de fato a nossa cooperativa é composta por uma maioria absoluta de mulheres), que no começo estava implícito. Sempre optamos por fazer parte ativa da Pátria Grande e isso se manifestou através dos textos de colaboradores e colaboradoras em vários países. Em geral, era eu quem entrava em contato com as pessoas quando queríamos publicar algum texto que achávamos que valia a pena e pedíamos autorização para fazê-lo. Hoje em dia, normalmente, não é necessária a autorização, mas sempre se deve estabelecer a fonte. Aos poucos, as pessoas começaram a enviar sua produção espontaneamente. Os integrantes de *Desacato* no Brasil também produziam material próprio.

Quando se transformou em um Portal, *Desacato.Info*, como foi esse processo?

A resposta ao nosso trabalho por parte do público foi a que indicou a transformação de revista virtual semanal num sítio que começou a ser alimentado cotidianamente. Para isso os TIs procuraram outras formas que permitissem essa mudança com os recursos disponíveis em cada fase. Hoje em dia estamos na quinta fase, ou seja, mudamos de “template” cinco vezes, o que significa uma melhor estética, mais recursos e mais espaço para todo o conteúdo produzido pela cooperativa e também reproduzido de outras fontes.

Como está organizado o Portal hoje em termos de conteúdo e diversidade de produção?

O Portal se divide em categorias que cobrem todos os assuntos de importância: Nossas Produções, Panorama Nacional, Movimentos Sociais, Lutas Antirracistas, Povos Originários, Gênero, Feminismo, LGBT, Mundo, Nossa América, Cultura, Oriente Médio, Ecologia, Saúde, Soberania Comunicacional e o espaço para a charge de Frank Maia. O jornal JTT como marca em constante crescimento editorial, profissional e técnico. Além do JTT, entre as Nossas Produções, os leitores e leitoras podem encontrar: Crimes Neoliberais, Vida em Resistência, JTT Indigenista, Saúde Coletiva, Palavra Nua, Instigantes outros programas e quadros que vão surgindo com as novas plataformas que estão acrescentando no momento de ser escrito este livro organizado por Miriam Santini de Abreu.

Qual a importância do *Portal Desacato* para a garantia do direito humano à informação?

Desde o momento em que a mídia empresarial só mostra o que convém aos interesses que representa e, quando necessário, para cumprir os seus objetivos, também publica notícias ou matérias mentirosas, se faz essencial que o povo em geral tenha acesso à outra informação que nunca chegará pela outra via. Tem um cerco midiático muito poderoso, absolutamente desigual em termos de penetração e possibilidades de alcance. Nisso, até os navegadores ajudam com seus algoritmos pré-estabelecidos, e também aplicativos de mensagens, como aconteceu na eleição do Brasil ou no caso do Brexit. É um desafio gigantesco chegar até pessoas que não estão na nossa “bolha” e

encontrar a linguagem adequada. Infelizmente a mídia independente, a esquerda, tem falhado muito nesse aspecto. A mídia tradicional e a (extrema) direita tem tido sucesso no uso de um vocabulário simplista para deturpar as ações da esquerda e que, infelizmente, encontrou eco em grande parte da população, não só no Brasil. Uma das soluções para isso é fortalecermos as redes de jornalismo, fazermos *mais parcerias entre os nossos meios, como a Rede de Jornalismo Solidário*.

Rosângela Bion de Assis - Jornalista e Presidenta da Cooperativa Comunicacional Sul

Como ocorreu a sua inserção nesse projeto de mídia independente em Santa Catarina?

Minha inserção começou com as opções profissionais que eu fiz na época em que ainda era estudante de jornalismo da UFSC. Após conhecer a redação de telejornalismo da RBS (Rede Brasil Sul), atual NSC, não consegui me imaginar trabalhando naquele local; meses depois fui selecionada para trabalhar no Departamento de Comunicação do Sindicato dos Eletricitários (Sinergia), em 1988.

Foi uma experiência de muita aprendizagem, ao lado do Gastão Cassel, fechando semanalmente o jornal *Linha Viva* ao lado de diretores como Glauco Marques, Vitor Schmidt, já falecido, Mauro Passos, Margarida Sampaio, Dinovaldo Gilioli e muitos outros. Com essas pessoas comecei a utilizar meus conhecimentos jornalísticos para a classe trabalhadora. Em 1990, em Florianópolis, já havia mais de 10 jornalistas nas entidades sindicais, e não lembro quem denominou o grupo que se reunia de NOIS (Núcleo Organizado de Imprensa Sindical).

Em nossos encontros, o debate afunilava sempre para a importância de construir um instrumento unificado de informação para os trabalhadores: o sonhado jornal unificado. Uma publicação que extrapolasse o limite das entidades, atingisse a população com as informações que a mídia hegemônica não tratava. E de tanto trocar textos e fotos, conversar e desejar, na Greve Geral de 1991, o NOIS conseguiu fechar três edições do Jornal Unificado da Greve Geral, que circulou nas bases dos eletricitários, bancários, professores, trabalhadores do saneamento, judiciário e para a população através da distribuição nos terminais urbanos.

O jornal materializou a ferramenta que os profissionais defendiam como necessária e possível para romper o bloqueio da mídia hegemônica, mas não foi suficiente para convencer a maioria nas entidades sindicais e as diferenças políticas falaram mais alto. Daquele processo eu saí convencida do poderoso potencial que havia no trabalho jornalístico independente. Só anos mais tarde pude, finalmente, dedicar-me novamente a um projeto que concretiza esse potencial diariamente.

Para falar da minha inserção na mídia independente, preciso contar como conheci Raul Fitipaldi. Em alguma noite quente do início de 2006, num encontro que eu passei a organizar depois do 1º Seminário de Imprensa Sindical, a jornalista Míriam Santini de Abreu falou da *Revista Pobres & Nojentas*. Encantada pela proposta, me ofereci para desenvolver o projeto gráfico. Editorando a revista, li os primeiros textos do único homem que escrevia para a *Pobres*: Raul Fitipaldi, o atual diretor executivo da Cooperativa Comunicacional Sul.

Raul me apresentou *Desacato* e simultaneamente expunha autores e projetos, pessoas e possibilidades. Ele me convidou para começar a trabalhar com o grupo do Portal no ano em que eles realizaram a Assembleia para iniciar o processo de criação da Cooperativa. Talvez essa Assembleia seja o marco da minha inserção no projeto, um marco material e emocional importante. A Rosângela que participou daquela Assembleia, em 9 de dezembro de 2011, não poderia imaginar o quanto *Desacato* poderia transformar sua vida profissional, sua visão do jornalismo e do mundo. Oito anos se passaram, Raul continua sendo meu grande amigo.

Eu tenho muitas lembranças daquela Assembleia, no início da noite, no salão de Festas do condomínio Lacroix, onde Lívia Monte residia. A Tali Feld Gleiser, atual Diretora Geral de Jornalismo, veio da República Dominicana a Florianópolis; Vanessa Bortucan e os demais fundadores daquela primeira tentativa de constituir a Cooperativa de comunicadores estavam presentes. Elaine Tavares enviou um vídeo elogiando a iniciativa e expondo os motivos pelos quais não participaria. James Pereira filmou a Assembleia. Camila, minha filha, cansada, dormiu num sofá do salão.

Minha inserção em *Desacato* e na Cooperativa foi gradual. Para uma mulher com duas filhas sempre os desafios são maiores, mas para toda a família esse processo foi muito generoso, de muito amadurecimento para todos. Quando, em 2014, surgiu a proposta de eu

presidir a Cooperativa, devido ao afastamento da Vanessa Bortucan, me pareceu importante aceitar a missão. Eu tinha muitas dúvidas em relação a quase tudo, mas tinha uma certeza: estava ao lado de pessoas dignas e generosas que nunca me deixariam só. E foi exatamente isso que ocorreu nesses anos.

Passados oito anos da minha inserção efetiva no *Portal Desacato*, pensando nos profissionais que diariamente perdem seus empregos, nos estudantes de jornalismo que não veem como conseguir um e naqueles que começam a olhar para o jornalismo como uma possibilidade, eu os convidaria a conhecer a Cooperativa Comunicacional Sul. Não existe mais tranquilidade ou segurança em nenhum lugar, aqui temos um espaço livre da opressão e do assédio, repleto de acolhimento e de possibilidades de conhecimento.

De que maneira a Cooperativa Comunicacional Sul está organizada atualmente? Como se mantém/se gera fontes de trabalho e quantas pessoas fazem parte dela?

Quando se fala em organização, é preciso lembrar que o projeto é resultado de uma caminhada de 12 anos. Principalmente nos últimos oito, ou desde o início da implantação da Cooperativa, toda organização avança para garantir, principalmente, a remuneração dos profissionais, superar a ilusão de que o voluntarismo pode nos ajudar em termos de garantir o direito à informação.

Organização é uma palavra ampla que inclui, no meu entendimento, organização administrativa, organização da produção da informação e também organização política, já que somos um veículo e como tal temos que nos posicionar diante da conjuntura e dos demais.

A Cooperativa Comunicacional Sul, legalizada em março de 2017, possui um Conselho Deliberativo que é responsável pela coordenação administrativa/financeira, pela coordenação das vendas e dos projetos e pela coordenação política do *Portal Desacato*. Esse Conselho reúne-se semanalmente, e todos os seus encaminhamentos são debatidos nas reuniões semanais de trabalho dos cooperados e cooperadas. Nas reuniões de trabalho são definidas as pautas da semana para os diversos programas exclusivos e coberturas ao vivo. Buscamos um ambiente solidário e carinhoso de trabalho, um espaço em que toda opinião é respeitada e toda responsabilidade é cobrada.

Além das reuniões, acontecem duas ou três assembleias por ano;

uma ordinária, entre abril e maio, para atender as demandas estatutárias, e outras sempre por ocasião da vinda da nossa Diretora Geral de Jornalismo, Tali, a Florianópolis. Nossa organização segue um Regimento Interno, atualizado em 2019, na última Assembleia Ordinária. Ele está permanentemente aberto às atualizações necessárias para se adaptar ao crescimento coletivo, individual e institucional, e busca responder aos objetivos comerciais e, sobretudo, aos objetivos humanos, profissionais, sociais, políticos e culturais da CCS. Como somos um grupo diverso, em todos os pontos de vista, o Regimento Interno auxilia na resolução de divergências com tolerância, paciência e preservando a coesão democrática do coletivo; sugerindo que em todas as instâncias de decisão o consenso seja procurado como modo de aprofundamento.

A manutenção de um projeto político como a Cooperativa Comunicacional Sul também envolve a conquista das ferramentas de trabalho e de uma remuneração digna para os cooperados e cooperadas. Não se trata de ter um “plano de negócio”, como já fomos questionados.

Nosso contador aponta que em 2018 tivemos um saldo negativo de R\$ 14 mil, mas todos os impostos e taxas foram pagos e todos os cooperados e cooperadas estão com suas modestas remunerações em dia. Isso só ocorre porque mensalmente faltam recursos, mas existe a solidariedade de leitores e apoiadores que precisam que *Desacato* continue crescendo. Existir somente não é suficiente. Existir não cria as condições para superar o saldo negativo, a remuneração insuficiente, a falta de sede e a falta de equipamentos e trabalhadores. Crescemos todos os meses e enquanto crescemos promovemos também debates, como aqueles que provocaram a criação da Frente Parlamentar na Câmara de Vereadores de Florianópolis e na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2018, vamos criando uma nova cultura de informação.

Atualmente, apostamos na manutenção financeira mista. A maior parte dos recursos ainda vem dos Apoios Institucionais de entidades à grade de programação radial, de TV Web e ao Portal. Também existe a possibilidade de anúncios no Portal. Essa modalidade se aplica a pequenos negócios, campanhas de entidades e eventos culturais.

A Cooperativa também funciona como uma produtora, prestando serviços comunicacionais a preços acessíveis para as entidades representativas dos trabalhadores. Temos, desde 2017, a Campanha do Leitor(a) Amigo(a) que permite que todos e todas que acompanham e

leem *Desacato* possam contribuir. Em 2019, inauguramos uma campanha de financiamento coletivo para o primeiro documentário da Cooperativa que mesclou ficção com realidade.

Como acontece a divisão do trabalho?

O Regimento Interno define que a indicação de quem deve executar uma tarefa deve respeitar a organização precedente e aprovada no organograma da Cooperativa e a especificidade da tarefa. A rotatividade funcional é estimulada como forma de ganhar experiência, diferenciando as tarefas experimentais daquelas pelas quais a Cooperativa atua como produtora. De forma tolerante, corresponde aos diretores de cada núcleo e setor atuante escolher ao seu critério e responsabilidade quem são os cooperados mais adequados para cada tarefa. Diante de situações iguais de capacidade para o desempenho das ações, usar critérios de justiça e dialogar entre os interessados e habilitados para a tarefa. A afirmação solidária do compromisso cooperativo sempre será o guia das nossas decisões.

Dos atuais 16 integrantes da CCS, praticamente todos atuam em mais de uma área. São elas: edição do Portal, produção de conteúdos e artes, administrativo financeiro, edição e finalização, vendas e projetos, Desacato Produtora e Tecnologia e programação. Mesmo os Aspirantes, em processo de pré-cooperação, são estimulados a conhecer diversas áreas de atuação, como forma de disseminar o conhecimento, tanto para quem ensina como para quem aprende. A Cooperativa é um espaço de crescimento acima de tudo.

Qual a grade atual de produção da Cooperativa Comunicacional Sul e qual a linha de produção da Cooperativa?

Todas as nossas produções e atuações partem do princípio que somos uma Cooperativa feminista, classista, latino-americanista e socialista. Seguindo o lema: informar para educar, educar para formar e formar para transformar, nossa programação começou a ser montada em maio de 2016 com o lançamento do programa de rádio, o Informativo Paralelo, que está hoje na sua quarta temporada. Em junho e novembro de 2017 foram lançadas respectivamente as edições do JTT da capital, às terças-feiras, e JTT do oeste, às quintas-feiras.

A partir dali foram surgindo os demais programas, todos com o selo da coragem e da urgência, todos para mostrar que é possível. Nos-

sa grade de produção exclusiva foi concluída em maio de 2019. Mas ela é algo vivo, em constante avaliação.

É inédito em Santa Catarina: um grupo de comunicação independente lançar programas próprios de segunda a sábado. São, ao todo, onze programas e a Retrospectiva semanal aos domingos.

Ainda estamos longe do padrão de qualidade que almejamos oferecer aos nossos leitores, e mais longe ainda de poder realizar as coberturas que desejamos, mas estamos, diariamente, aprimorando nossa organização para fazermos o melhor que podemos com a quantidade de profissionais e equipamentos que temos.

Iniciamos 2019 lançando um episódio de Mulheres de Pátria Grande, que reuniu sete mulheres comunicadoras, de Florianópolis, São José, Oeste catarinense, República Dominicana e da Argentina; contando sua história e sua visão do mundo. O pensamento de Cláudia Weinman, Débora Mabaires, Jana Machado, Mayara Heloisa Santos, Nora Veiras, Tali Feld Gleiser e meu, ficou registrado no episódio “Elas e o Jornalismo”, o suporte de Raul Fitipaldi.

Para fechar o ano, tivemos outro projeto grandioso, pensado para contribuir com as novas gerações no conhecimento de acontecimentos que marcaram a história da comunidade. Neste caso particular, o que viveram e sentiram os moradores de Florianópolis e Região no fato conhecido como Novembrada, que em 2019 comemorou 40 anos. Quarenta Pra Não Esquecer foi um marco em nossa produção jornalística e na grade de programação exclusiva da Cooperativa Comunicacional Sul.

Qual a importância dessa mídia independente para a garantia do direito humano à informação?

Para a classe trabalhadora significa quase nada ter um direito garantido na Constituição, numa Regulamentação Internacional ou numa súmula. Os direitos existem na teoria, na prática valem para os trabalhadores só aqueles que as lutas fazem valer. O direito à informação talvez seja o mais perseguido porque implica divulgação de todos os demais e de todas as violações que ocorrem. O direito só se realiza através da ação dos profissionais comunicadores, através de uma prática jornalística que dê visibilidade ao discurso dos pobres, das negras, dos indígenas e quilombolas, dos estudantes e da população em situação de rua, dos desempregados e dos LGBTs; que mostre

os movimentos e as lutas dos trabalhadores, que contextualize e politize os fatos da conjuntura. Raramente esse direito se realiza fora da mídia independente porque a grande mídia monopólica não tem nenhum interesse que a população se informe realmente. A informação, como nosso lema afirma, leva à educação, à formação e à transformação.

Em 27 de novembro de 2018, a Cooperativa ajudou a organizar, no auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o seminário internacional Direito Humano à Comunicação com a finalidade de alicerçar o debate sobre os rumos do jornalismo chamado de alternativo e/ou independente e das rádios comunitárias em Santa Catarina, Brasil e América Latina. Naquele dia reunimos profissionais e estudantes de jornalismo, comunicadores sociais, educadores e público em geral e aprovamos a Carta de Santa Catarina. Esse documento, entre outras questões, afirma que “a situação da comunicação em Santa Catarina sempre foi e é a cada dia mais injusta para o livre e justo exercício de informar e ser informado; que aumenta a cada ano a assimetria estrutural que separa a mídia monopólica e tradicional da mídia independente, impossibilitando dessa maneira a formação e visibilidade de outras formas e qualidades de informar e ser informado que não estejam de acordo com a visão uniforme que hoje predomina; que desta maneira o Direito Humano à Comunicação, em acordo com Pacto de Costa Rica sobre Direitos Humanos, se vê vulnerado e sacrificado para beneficiar o lucro dos pouquíssimos proprietários da mídia monopólica. Deteriora-se assim a saúde democrática do Estado recortando a liberdade de expressão assegurada à população na Constituição Federal”.

Ou seja, somente profissionais da mídia que não é financiada pelas elites e pelo governo podem realmente fazer valer o direito à informação. Por isso, é tão justo e necessário que essa mídia seja contemplada na distribuição financeira dos recursos municipais e estaduais, dentro de regras devidamente discutidas com os mesmos e com a sociedade através da construção de um projeto de democratização. Disso depende o Direito Humano à Comunicação.

DAQUI: JORNALISMO HIPERLOCAL COM QUALIDADE E COMPROMISSO ÉTICO

Anita Grando Martins

O projeto *Daqui*, que incluía portal de notícias (*Daqui na Rede*), jornal impresso (*Daqui Jornal*) e canal no YouTube (*Daqui na Rede TV*), além de divulgação em redes sociais, marcou a história do distrito de Santo Antônio de Lisboa, onde tinha seu foco, e do jornalismo de Florianópolis. O fim do projeto, com o falecimento do fundador, o jornalista e historiador Celso Martins, em outubro de 2018, deixou um vazio, expressado por moradores da comunidade e por jornalistas da cidade.

Um veículo de comunicação com a qualidade do *Daqui* ficaria na memória de qualquer lugar onde existisse. Criado por um dos jornalistas mais renomados da capital catarinense¹, contou com a partici-

1. Celso Martins atuou nos principais veículos de comunicação do estado de Santa Catarina – jornais *Diário Catarinense* (*Diários Associados*), *A Gazeta*, *O Estado*, *Jornal de Santa Catarina*, *Extra* e *A Notícia*, além da rádio *Guarujá* e da *TV Barriga Verde*. Também colaborou com as mais importantes publicações de resistência contra a ditadura civil-militar durante as décadas de 1970 e 1980, como os jornais *Movimento*, *Voz da Unidade* e *Hora do Povo*.

Recebeu diversos prêmios e homenagens ao longo de sua carreira, entre eles: diploma de Honra ao Mérito, “por sua contribuição aos estudos sobre o Sesquicentenário da Morte de Anita Garibaldi”, da Academia Catarinense de Letras (1999); diploma de Mérito Dakir Polidoro de Imprensa, “pelos relevantes serviços prestados à Cidade de Florianópolis”, da Câmara Municipal de Florianópolis (2004); e prêmio Lucas Alexandre Boiteux de História, pela publicação do livro “José Arthur Boiteux - Um intelectual em ação”, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (2013).

Muito antes de se formar em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, também já se destacava como pesquisador e escritor. Publicou os livros: “Vida dura” (poemas); “Anita Garibaldi – Heroína da liberdade” (em parceria com Dagoberto Martins); “Os Comunas – Álvaro Ventura e o PCB catarinense”; “Aninha virou Anita”; “Farol de Santa Marta – A esquina do Atlântico”; “Tabuleiro das águas – Resgate histórico

pação de muitos outros profissionais² reconhecidos ao longo dos anos. Mas também abria espaço para colaborações de grandes figuras³ e jovens⁴ da comunidade. Essa diversidade de visões qualificadas e relevantes criava uma combinação de mentalidades da grande mídia e da imprensa local.

Com esse time de colaboradores, o *Daqui* cobria, com a mesma propriedade e dedicação, questões ambientais, campeonatos de futebol amador, reivindicações sociais, festas do Divino Espírito Santo (Santo Antônio de Lisboa), da Cruz (Ponta de Sambaqui) e de São Sebastião (Barra de Sambaqui), problemas de infraestrutura, comemorações de Dia das Crianças, obras em andamento, Carnavais, ocorrências policiais, desaparecimentos de animais de estimação e falecimentos de moradores, entre tantos outros assuntos. Entre as características que marcavam os conteúdos produzidos pelo *Daqui* estavam a agilidade no dia a dia das notícias, a profundidade na abordagem de temas complexos, a sensibilidade no acompanhamento de momentos delicados para a comunidade e o zelo com os aspectos técnicos, especialmente nos textos e nas fotografias.

O projeto também primava pelos princípios éticos do jornalismo de ouvir diferentes lados envolvidos nas reportagens, checar a veracidade dos fatos, retificar eventuais informações incorretas e cobrar ações do poder público. A valorização da liberdade de expressão e do

e cultural de Santo Amaro da Imperatriz”; “Anita Garibaldi: a vida de uma heroína”; “Os quatro cantos do sol – Operação Barriga Verde”; “O mato do tigre e o campo do gato – José Fabrício e o combate do Irani”; “José Arthur Boiteux: um intelectual em ação”; “O tempo da farinha – Projeto Cantares e Fazeres – Inventário do Patrimônio Imaterial do Distrito de Santo Antônio de Lisboa” e “Memórias das Fortalezas – Ilha de Santa Catarina – No meio do caminho havia um Armando”.

2. Alguns exemplos são Ayrton Cruz, Camila Stähelin, Carú Dionísio, Edson Luiz da Silva (Velho Bruxo), Edson Rosa, Edu Cavalcanti, Emanuel Medeiros Vieira, Fernando Evangelista, Gilead Maurício, Marco Cezar, Marco Nascimento, Milton Ostetto, Miriam Santini de Abreu, Raul Longo, Rosana Bond e Ronnie Huete.

3. Entre essas pessoas estão Ben Kraijnbrink, Célio Hercílio Marciano, Cláudio Andrade, Dóris Gomes, Edinaldo Lisboa da Cunha (Feijão), Gabriel Vaz Pires, João Felipe Werner Martins, Liliane Motta, Manoel Cândido da Luz (Marreco), Nildomar Freire (Nildão) e Sérgio Luiz Ferreira.

4. Angelita Brandão, Anita Martins, Diego Wendhausen Passos, Edinara Kley, Gabriel Meurer, Joana Cabral, Rodrigues Viana e Tamyres Meyer, entre outros.

apartidarismo era outro pilar, inclusive constantemente mencionado nos editoriais do jornal. E era assim que o *Daqui* conseguia fazer jornalismo hiperlocal com um padrão de qualidade mais comumente visto no jornalismo local, nacional e até internacional.

Esse retrato do *Daqui* fica claro no relato escrito pelo jornalista Edson Rosa, outro profissional de peso da imprensa de Florianópolis:

O Daqui surgiu como site/jornal alternativo inicialmente para atender as comunidades de Sambaqui, Santo Antônio de Lisboa e Cacupé, mas logo tornou-se referência nos bairros vizinhos do Norte da Ilha e no resto da cidade. Foi um jornal de bairro feito com uma dedicação e um profissionalismo que, infelizmente, não se vê mais na imprensa local. Deu voz ao pescador, ao maricultor, ao agricultor, ao pequeno e médio comerciante, ao artista, ao desportista, aos “saberes da Ilha”. Alimentou o sonho de meninos e meninas em busca do reconhecimento nos esportes e nas artes. Deu voz e vez às pessoas comuns da comunidade.

Durante muito tempo o Daqui na Rede foi canal para denúncias de crimes ambientais, principalmente na área da Estação Ecológica de Carijós e do manguezal dos rios Ratonés e Veríssimo. Também não se calou diante de desmandos administrativos, seja da prefeitura, seja da Câmara de Vereadores. A pauta do Daqui na Rede sempre valorizou as reivindicações das comunidades carentes de serviços públicos, com ênfase à Costa Oeste da Ilha, onde circulava efetivamente, sem ignorar jamais as demais regiões da cidade.

Creio que o Daqui ocupou a lacuna deixada pelo extinto AN-Capital, o suplemento regional de A Notícia, fechado quando o jornal foi comprado pela RBS, em 2005, e que por algum tempo também foi explorada pelo Notícias do Dia. A diferença é que a abordagem do Daqui na Rede sempre enfatizou as questões comunitárias e sociais, sem se deixar iludir pelos discursos ufanistas e, muitas vezes, chantagiosos do poder público.

Tive o privilégio de várias vezes ter sido chamado pelo Celso Martins para ajudar nas grandes coberturas comunitárias do Daqui na Rede. Foi assim em vários Carnavais, nas Festas do Divino e da Cruz. Coberturas devidamente planejadas e pau-

tadas para valorizar, com fotos e textos, o povo da região e suas iniciativas culturais, sociais e religiosas.

Tal qual o Celso Martins, o Daqui na Rede foi durante muito tempo a referência local do bom jornalismo comunitário, jornalismo feito com a seriedade e a imparcialidade que há muito tempo deixaram de existir nas chamadas “grandes redações”.

O Daqui na Rede é uma parte do que falta ao jornalismo local. Não só para reabrir o canal entre a população do interior da Ilha e o poder público, na expectativa de atendimento de suas carências urbanas, mas também por não estar comprometido com os “donos do poder”, por permitir ao jornalista exercitar a liberdade de expressão, dizer sem mascarar tudo aquilo que incomodava a população que paga seus impostos em dia, mas nem sempre vê o retorno disso transformado em serviço público eficiente.

O Daqui na Rede faz falta ao jornalismo e à cidade.

O impacto hiperlocal do Daqui

O *Daqui* foi lançado em fevereiro de 2011, como portal de notícias e jornal, em um evento no Espaço Cultural Casarão Engenho dos Andrade. Houve apresentação da banda Gente da Terra, da dupla australiana The Hottentots e do artista Valdir Agostinho, projeção de fotografias e exposição de artes. Tudo isso acompanhado de caldo de feijão, cachaça artesanal de Rationes e pirão d’água com linguiça. Porém, as sementes do *Daqui* foram plantadas muito antes, com o blog *Sambaqui na Rede* e jornal *A Ponta*, diretamente, e, indiretamente, toda a trajetória profissional de Celso, incluindo o período em que trabalhou no *AN Capital*, suplemento do jornal *A Notícia* em Florianópolis.

Para o distrito de Santo Antônio de Lisboa, o *Daqui* representou um marco. A região sempre teve destaque na vida política da cidade, pois abrigou Porto e Posto da Alfândega, foi pólo de produção agrícola e, por muitos anos, serviu de ligação terrestre obrigatória entre o Norte e o Centro da Ilha. Ao longo do tempo, acabou desenvolvendo uma tradição reivindicatória. A Associação do Bairro de Sambaqui (ABS) surgiu em 1983 de um movimento em defesa da preservação da Ponta de Sambaqui, hoje transformada em Parque Municipal Aníbal da Rocha Nunes Pires. A Associação de Moradores de Santo Antônio de

Lisboa (Amsal) foi criada em 1987, na mobilização contra a instalação de uma usina de processamento de lixo na área, projeto que nunca se concretizou.

O *Daqui* contribuiu com a consolidação dessa história por meio da constante fiscalização do poder público que passou a fazer. Episódios de vazamento e falta de água, além de reportados por moradores, ganhavam destaque no *Daqui*, que cobrava posicionamento da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), via assessoria de imprensa. Atrasos em obras, como na pavimentação da rua Padre Rohr, que liga a Barra de Sambaqui a Santo Antônio de Lisboa, também mereciam explicações da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Ocorrências policiais frequentes eram denunciadas e questionadas junto à Polícia Militar. Quer fossem promessas de campanha, quer fossem políticas públicas planejadas, o *Daqui* cumpria seu papel jornalístico de cobrar para que saíssem do papel. Como resultado, a população local ficou mais bem informada e ganhou ainda mais consciência dos próprios direitos, além da região como um todo ter saído fortalecida politicamente.

“O *Daqui* deu uma cara muito própria para a nossa região. A gente via que outros bairros de Florianópolis olhavam pra gente com grande admiração pelo fato de a gente ter uma mídia fortemente alicerçada nas coisas da comunidade. Além disso, com o *Daqui*, passou a haver mais união, mais sintonia entre as associações e entidades dos bairros”, avalia o historiador Sérgio Luiz Ferreira, integrante de uma família tradicional de Santo Antônio de Lisboa. A esposa de Celso Martins, a farmacêutica e professora Margaret Grando, acrescenta que ele “ficava triste quando uma liderança local conflitava com outro colega sem motivo importante. Argumentava que trabalhar de forma compartilhada era um esforço, no mínimo, necessário. Muitas vezes a família presenciou sua colaboração para uma convivência harmoniosa entre as lideranças locais de perfis políticos e pessoais diversos”.

A vida cultural da comunidade também foi bastante estimulada pelo veículo. “O Celso fazia coberturas sensacionais do Carnaval. O *Daqui na Rede* tinha picos de acessos nesse período, pois todo mundo queria ver o material no dia seguinte. A Festa do Divino também. Era o *Daqui* que dizia se tinha sido bom ou ruim. E, como as fotos eram sempre muito boas, as pessoas ficavam maravilhadas de se verem retratadas”, conta o artista plástico Cláudio

Andrade, responsável pelo Espaço Cultural Casarão Engenho dos Andrade, no Caminho dos Açores, e integrante da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Trabalhos, exposições e prêmios recebidos por artistas locais, como Elias Andrade (Índio) e Neri Andrade, sempre viravam notícia. Assim como o processo de construção de uma canoa de um pau só, a participação dos grupos de boi de mamão e pau de fita em eventos, a realização de uma oficina de cerâmica, a reunião para a cantoria do Terno de Reis, a fazeção de farinha de mandioca nos diferentes engenhos que ainda sobrevivem no distrito.

Também era constante o acompanhamento das atividades esportivas no distrito, em especial do futebol amador. Havia cobertura dos campeonatos que o Avante (Santo Antônio de Lisboa), Triunfo (Sambaqui) e o Santa Cruz (Barra) disputavam, dos treinos que antecediam as partidas e das atividades especiais promovidas pelos clubes. Eram feitos perfis de atletas que se destacavam, ensaios fotográficos e vídeos. Isso valia tanto para os jogadores dos times principais quanto para os jovens esportistas e os veteranos.

“Os meninos ficavam superempolgados. Era uma baita motivação. Eles esperavam, ansiosos, o momento das postagens. Isso era em cada jogo, em cada treino, em cada viagem. Saíam os nomes de quem havia feito os gols, os momentos mais marcantes das partidas, os resultados dos jogos. Até no ônibus o Celso já foi com a gente para fazer a cobertura. Era show de bola”, relata o coordenador técnico das categorias de base do Triunfo, Heitor Cordeiro, que também foi professor no Avante.

Ele também lembra de momentos durante viagens, como para o Rio de Janeiro e a Suécia, em que estava em alojamentos, “atucanado, cheio de coisas para resolver”, e recebia mensagem do jornalista no celular. “Ele queria saber de tudo antes que os pais dos atletas comessem a postar nas redes sociais”, conta Cordeiro. “Mas era para o nosso bem, para a melhoria do nosso trabalho. Infelizmente, hoje não tem mais. Agora, com as redes sociais, os meninos e os professores postam, mas não é a mesma coisa. Os próprios meninos não mostram aquele interesse, aquela empolgação com o que é publicado. Porque antes era um jornalista profissional fazendo o trabalho. Então, a atividade dos meninos também parecia mais profissional. E era a mesma coisa com os adultos”, diz.

Outros esportes, como *stand up paddle* (SUP), boxe e triathlon, também recebiam atenção constante por causa dos atletas que moravam no distrito. “Desde a confecção da minha primeira prancha, o Celso estava presente, publicando todos os passos da fabricação. Ainda não se falava nesse novo esporte em 2012 e, pelo trabalho do *Daqui na Rede*, o SUP foi virando o queridinho da comunidade e da cidade toda”, diz a fundadora do SUP Sambaqui, Débora Machado Cunha.

A cobertura dos falecimentos de moradores da região é outro ponto que merece destaque na análise do impacto do trabalho do *Daqui*. Com o devido respeito ao momento de dor vivenciado pelos familiares e amigos, o veículo acompanhava velórios e enterros, coletando informações que pudessem compor a história daquela pessoa. “Isso dava reconhecimento e expunha a notoriedade de cada indivíduo, que muitas vezes fazia tanto pela comunidade, mas acabava no esquecimento”, comenta Cláudio Andrade.

Muitas dessas narrativas também eram feitas com as pessoas ainda em vida. O *Daqui* reservava bastante espaço para perfis de personagens comunitários, principalmente de anciãos. Esses textos – um exemplo é a série “As aventuras de ‘Marujo’ nos sete mares”, sobre a vida de Antônio Cardoso como marinheiro – costumavam resgatar e evidenciar trajetórias que muitas vezes eram desconhecidas pela comunidade. Isso aumentava a admiração entre os moradores, o senso de pertencimento e o espírito fraterno de comunidade, algo que era marcante no distrito e tornou-se ainda mais com o *Daqui*.

O impacto local do *Daqui*

Além da audiência do distrito de Santo Antônio de Lisboa, outro público importante que acessava o *Daqui* eram os jornalistas da cidade. Por conta do trabalho qualificado do veículo, quem estava trabalhando nas principais redações de Florianópolis tinha por hábito lê-lo para buscar por pautas. “Era muito comum o Celso ser o primeiro a publicar algo e outros veículos seguirem depois. O Cacau Menezes (então colunista da RBS, atual NSC), por exemplo, sempre fazia comentários baseados nas matérias do *Daqui*”, lembra Cláudio Andrade.

Um dos episódios mais marcantes foi quando o empresário Eike Batista, por via de sua empresa OSX, tentou implantar um estaleiro em Biguaçu, animando milhares de pessoas pela possibilidade de

geração de empregos e desenvolvimento econômico. A imprensa local começou a cobrir o assunto com essa mesma animação. Mas o *Daqui*, com a visão crítica que lhe era característica, desde o começo tratou a proposta com parcimônia. Enquanto formava-se um movimento popular contra o estaleiro, o *Daqui* foi investigando o projeto e descobrindo furos, como erros técnicos no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental e prognósticos de enorme prejuízo à vida marinha da Baía Norte como um todo, à atividade pesqueira do Norte da Ilha e à qualidade de praias da região, como Jurerê Internacional, que perderia parte de sua faixa de areia.

Aos poucos, outros veículos locais, apesar de mais discretamente, também começaram a ponderar os contras da ideia de Batista. O empresário acabou desistindo da iniciativa e dizendo, em sua conta no Twitter: “Não é o que os catarinenses querem”. Nos anos seguintes, ele acabou sendo preso e perdendo algumas de suas empresas. “Se o projeto tivesse sido implantado, talvez visualizássemos hoje em dia um imenso elefante branco, com graves consequências ambientais e sociais para a Grande Florianópolis”, escreveu o jornalista Carlos Damião, que cobriu o tema para o jornal *Notícias do Dia*. Outro momento importante foi o acompanhamento do movimento “Esgoto no mangue, não”, referente à poluição do rio Papaquara.

O *Daqui* e o jornalista Celso Martins também cultivavam a relação com outros coletivos de jornalismo de Florianópolis. A jornalista Míriam Santini de Abreu afirma que isso se dava em via de mão dupla: “Colegas participavam de coberturas para o *Daqui* e o Celso igualmente tinha textos dele publicados em outros veículos”. Míriam cita duas coberturas das quais participou, a Festa do Divino Espírito Santo em 2012 e o Carnaval de 2016.

Uma das editoras da *Pobres & Nojentas*, ela conta que Celso publicou três reportagens na revista, com os seguintes temas: a forte ressaca que atingiu a Praia da Armação em 2010 (“E a duna sumiu!” - edição de maio/junho de 2010), o engenho tocado por mulheres em Paulo Lopes (“O engenho de Inácia, Maura e Vilma” - edição de julho/agosto de 2010) e o projeto do estaleiro em Biguaçu (“O canto da sereia e o tamanho do olho gordo” - edição de setembro/outubro de 2010). “O Celso também fez a cobertura fotográfica da visita dos jornalistas hondurenhos Rony Martínez e Ronnie Huete a Florianópolis para participar do II Encontro pela Soberania Comunicacional, organizado pelo

Portal Desacato em março de 2010”, lembra Míriam. “O texto sobre a visita, de Elaine Tavares, e as fotos do Celso estão na edição 22, que saiu em abril de 2010.”

“Não abandonarei a trincheira”

Para manter o *Daqui*, os desafios não foram pequenos. Um deles, possivelmente o principal, era a dificuldade de manter um bom profissional para o comercial. Como a maior parte dos veículos de comunicação, o *Daqui* era mantido com anúncios, que precisavam ser vendidos e cobrados periodicamente, um trabalho especializado e bastante diferente do que um jornalista costuma estar preparado para fazer. Ir de porta em porta nos estabelecimentos comerciais da região para prospectar novos anunciantes, além de exigir tempo, envolve a presença de características pessoais e o conhecimento de técnicas de venda, não sendo barato contratar um profissional qualificado. Além disso, tradicionalmente, é considerada boa prática que os jornalistas não cuidem também da parte comercial, pois assim evitam-se conflitos de interesse. Sendo assim, a área comercial do *Daqui* nunca chegou a se consolidar. Nos últimos anos, foi possível bancar os custos básicos do veículo, mas não a remuneração do principal profissional, Celso Martins, que trabalhou voluntariamente durante toda a vida do *Daqui*. Apesar disso, ele tinha expectativa de, um dia, conseguir viabilizar financeiramente toda a operação do veículo.

Outro desafio foi o aparecimento das redes sociais, levando à redução de acessos ao site e de leitura das matérias completas, e a popularização dos smartphones, com o aumento do chamado jornalismo cidadão e a conseqüente diminuição do número de sugestões de pauta. “Ele [Celso Martins] às vezes ficava doido comigo se eu esquecia de passar uma informação, uma mudança nas atividades do Triunfo. Aí rolava um estresse entre mim e ele”, conta Cordeiro, com humor. Esse é um exemplo do que passou a ser cada vez mais um entrave no trabalho do *Daqui*. Ao longo da vida profissional, Celso Martins havia desenvolvido relações sólidas com fontes que o informavam constantemente, e era assim que praticava o jornalismo.

Dificuldades de outra ordem também atingiram o *Daqui*, como os ataques virtuais, lembra o fotógrafo Milton Ostetto, que registrou diversos carnavais e festejos do Divino para o *Daqui*. Um deles ocorreu

em 21 de dezembro de 2012. Na ocasião, Celso divulgou o fato, adicionando o seguinte à postagem: “Agradeço o apoio de todos que telefonaram, encaminharam e-mails, enviaram mensagens e vieram até a redação do *Daqui na Rede*. Asseguro que vamos prosseguir no esforço de manter o site no ar. Se for preciso criar outro o faremos. Mas não abandonarei a trincheira, o exercício diário do jornalismo e de apoio às causas comunitárias.”

Daqui para o mundo

Diversos brasileiros morando fora do Brasil e falantes da língua portuguesa residentes em outros países acessavam o *Daqui na Rede*, como se sabia pelos relatórios de acesso do portal e também por relatos pessoais. O músico belga Carl Cleves, por exemplo, que já morou no Brasil e visitou Florianópolis uma vez, conta que gostava de ver as belezas do distrito de Santo Antônio de Lisboa estampadas nas fotos publicadas no *Daqui*. O jornalista hondurenho Honnie Huete costumava acompanhar as notícias de cunho mais político, incluindo os artigos de diferentes autores que o *Daqui* publicava.

Já a professora universitária Luana Wedekin, moradora de Sambaqui, continuou acompanhando o portal nos 11 meses que passou em Londres fazendo mestrado em história da arte. O marido e a filha permaneceram em Sambaqui. Do outro lado do oceano, Luana dava dicas de atrações culturais para a família aproveitar na região, como os shows de Arnaldo Antunes e Cêu. “Eu sentia muita saudade. O *Daqui* era uma ponte entre Sambaqui e Londres. E quanta gente mais devia sentir o que eu senti, estar longe e estar perto.”

Era o caso da comerciante e funcionária pública do estado da Califórnia, nos Estados Unidos, Sandra Lopes Perez. “Como manezinha muitos anos longe de Florianópolis, me encantava saber das coisas da ilha, ver fotos lindas da nossa terra e ler as notícias interessantes que o Celso escrevia. As notícias locais eram as que mais me interessavam, como da festa do Divino, dos jogos de futebol, das atividades em Santo Antônio de Lisboa. O Celso dava vida e importância às coisas locais, levando esse pedaço da ilha pro mundo. Sinto falta do *Daqui* pois me transportava pra Floripa.”

Portal Catarinas - Jornalismo feminista com perspectiva de gênero

Coletivo do Portal Catarinas

*Resistindo, (re)existimos. Assim ressignificamos e
recriamos o que nos foi imposto.*



Catarinas

Jornalismo com perspectiva de gênero

Identidade visual do Portal Catarinas

História do Portal Catarinas

O *Portal Catarinas* nasceu de um coletivo de mulheres e de um financiamento colaborativo lançado dois dias antes do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em 2016, data em que realizamos uma roda de conversa intitulada “Vamos falar sobre feminismos?” com a secretá-

ria executiva da Rede Feminista de Saúde, Clair Castilhos. A atividade que compôs a agenda do “Março é Delas” reuniu movimentos de mulheres e feministas em Florianópolis. Foram 45 dias de campanha colaborativa, em que pudemos contar com uma série de parcerias entre artistas, jornalistas, fotógrafos, escritores e ativistas sociais. Uma das marcas de nossa campanha foram os leilões virtuais. Vinte artistas doaram obras como telas, fotografias, livros e tatuagens, construindo pluralidade nos apoios e uma rede de participação. Realizamos, além da roda de conversa sobre feminismos, mais dois eventos culturais. Em 21 de abril atingimos a meta estabelecida e continuamos a jornada para que em julho de 2016 pudéssemos colocar na rede o primeiro portal de notícias feminista do Brasil. Mais de 160 pessoas apoiaram o projeto na plataforma Catarse e tantas outras contribuíram com sua arte, trabalho e mobilização em rede. A arrecadação de R\$ 16.985 gerou renda direta e indiretamente para cerca de 20 pessoas.

Desde então, nossa proposta de trabalho consiste em desenvolver conteúdo jornalístico de qualidade, com perspectiva feminista, na área de direitos humanos e enfoque no direito das mulheres. Quando falamos em gênero, tratamos também do termo equidade, pois em uma sociedade patriarcal, para que se estabeleça a igualdade entre homens e mulheres, é necessário construir condições sociais de forma que tais diferenças não se tornem desigualdades. Acreditamos também que discutir gênero só é possível quando discutimos todas as implicações desse termo, o que deriva em tratar também de sexualidade e da desconstrução do binarismo e da heteronormatividade como regra.

Mesmo que existam iniciativas importantes na área de comunicação e gênero no estado de Santa Catarina, *Catarinas* nasceu como o primeiro portal feminista de jornalismo, tentando contribuir com a produção de conteúdo jornalístico especializado no tema. Também é importante destacar que a mídia tradicional costumeiramente dissemina versões distorcidas da realidade no que diz respeito às questões de gênero. Embora haja um esforço de algumas e alguns jornalistas na mudança dos paradigmas sobre a condição de homens e mulheres na sociedade, os meios de comunicação promovem, em grande parte dos momentos, visões conservadoras, reflexo da sociedade patriarcal e machista a qual estamos dispostas a transformar.

O *Portal Catarinas* tem como fundadoras: Ana Araújo, Clarissa Peixoto, Kely Vieira e Paula Guimarães. Atualmente possui uma rede

integrada por cerca de 30 mulheres colaboradoras, entre colunistas, conselheiras e eventuais estagiárias, em uma parceria institucional firmada com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nossa linha editorial

Catarinas é um portal de jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos. Buscamos articular o engajamento feminista na construção de narrativas jornalísticas. Entendemos que unir o ativismo feminista à prática jornalística é uma estratégia potencializadora quando na busca de objetivos transformadores. Ao perceber as desigualdades de gênero existentes na sociedade, nos posicionamos no intuito de superá-las. Um jornalismo que se diz neutro ou imparcial acaba, consciente ou inconscientemente, servindo para a manutenção das relações de poder já existentes e, conseqüentemente, das violências ocasionadas por elas.

O contexto do Estado mais conservador do país nos motiva ainda mais a apostar no jornalismo feminista. Único estado em todo território nacional a carregar um nome baseado na figura de uma mulher, Santa Catarina ocupa posições de liderança em índices de violência contra as mulheres, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. É o primeiro em violência doméstica e em tentativa de estupro, e o segundo em estupro.

O cenário nacional aponta para grandes retrocessos e coloca em risco direitos que duramente conquistamos ao longo de séculos de luta. A criminalização do ativismo é a tentativa de silenciar a resistência, mas responderemos aos ataques como a brilhante feminista negra e lésbica Audre Lorde, não deixando que o peso do silêncio venha nos afogar. Nos aliamos aos movimentos feministas atuais que resistem aos discursos reacionários e atuaremos para que nossas vozes sejam ouvidas.

Desta forma, a proposta do Portal compreende a perspectiva de gênero como um olhar analítico transversal, em que todos os assuntos podem ter experimentada essa chave de compreensão do mundo. A partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres, a cobertura jornalística demanda enquadramentos específicos às pautas tratadas.

Apostamos, assim, na valorização de vozes mulheres que comumente são invisibilizadas na mídia tradicional, e ao enfoque não

estereotipado delas, buscando a multiplicidade das fontes. Compreendemos que o jornalismo produz uma forma de conhecimento e nos propomos a ampliar os saberes que o constituem, apostando na voz de diversas mulheres – indígenas, negras, brancas, lésbicas, periféricas, trans e cisgêneras, seja como fontes das reportagens ou como colunistas. Também nos empenhamos na tarefa de divulgar informações que sejam de relevância para a vida das mulheres e que são ocultadas por tabus morais e culturais históricos.

A linha editorial de *Catarinas* se encontra na intersecção entre o jornalismo como um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção do jornalismo.

Somos ativistas NO jornalismo, a partir do olhar político e ético para a necessidade da transformação social, e ativistas DO jornalismo enquanto profissionais que atuam pelo direito de exercerem sua profissão, que é fundamental para uma sociedade democrática.

Nesta nova etapa do Portal, após quatro anos da sua criação, consideramos o cenário de precarização da profissão que impacta diretamente na qualidade das informações que circulam na sociedade. O financiamento lançado para a manutenção da plataforma na Catarse busca manter o acesso gratuito aos conteúdos e qualificar a prática jornalística, entendida por nós não apenas como um fazer técnico, mas principalmente reflexivo e ético, demandando tempo e implicando custos para as jornalistas que se dedicam à iniciativa.

Catarinas é um canal de comunicação livre, que abrange o jornalismo especializado e de opinião, apresentado ao público nos mais diferentes formatos e/ou gêneros textuais, a partir das convergências possibilitadas pelo jornalismo na web. Nossas editorias também buscam as possíveis relações entre os termos gênero e feminismo com outras áreas como políticas, saúde, cultura, participação, direitos, entre outras. Trabalhamos em três frentes relativas ao conteúdo:

- Na produção jornalística própria, realizando reportagens, entrevistas e coberturas a partir de fontes e dados;
- Na curadoria de informação diária, coletando o que tem sido produzido sobre o tema como artigos de opinião, reportagens, notícias e informações que tenham relação com gênero, feminismos e direitos humanos;

- Na observação dos debates públicos sobre o tema, principalmente no monitoramento da disseminação de ideias pelos veículos de comunicação no que diz respeito às questões de gênero.

O conselho editorial do *Portal Catarinas* é composto por mulheres de campos de atuação diversos para dar suporte teórico e pluralidade de ideias na construção do conteúdo especializado do qual temos como objetivo acompanhar, produzir e divulgar. Para as mulheres, historicamente a palavra resistência tem significado político, mais amplo porque coletivo. Refere-se à luta por nossas vidas, por nossos direitos, pela autonomia de decidir sobre o nosso corpo, pela ocupação de espaços decisórios, pelo nosso protagonismo. Mulheres negras, indígenas, brancas, trans, lésbicas, bissexuais, putas, camponesas, periféricas, articulamos ao longo dos anos a resistência contra o retrocesso e nos mantemos ativas na busca por avanços, assim como fizemos ao longo de séculos.

Ao nos voltarmos para a história, lembramos que nada nos foi dado, tudo foi conquistado por nós mesmas, mediante a organização de mulheres. Os feminismos, no plural, são uma das grandes frentes de transformação social. As mulheres são as grandes protagonistas sociais, mesmo que tenham tentado ofuscar essa premissa e despendido muita energia em nos tornar meros complementos da história.

Portal em números

O público destinatário principal são as leitoras do *Portal Catarinas*, assim como as pessoas alcançadas através do compartilhamento de publicações nas redes sociais. Acreditamos que a partir da consolidação da rede, os conteúdos produzidos terão impacto na sociedade e na comunidade acadêmica, e poderão subsidiar suas produções com as informações e dados produzidos ao longo do projeto. Vislumbramos como público também profissionais das mídias feministas que dão voz a grupos políticos que estão sendo alvo de estigmatização social e ameaças, e divulgam informações sobre os direitos humanos e a liberdade de expressão para oportunizar relações horizontais de participação. Defensores da comunicação cidadã e do direito humano à comunicação, jornalistas da imprensa tradicional, comunicadores sociais, grupos de feministas, ativistas

e estudiosos do gênero, comunidade LGBTQI+, população negra, indígena e a população em geral.

O *Portal Catarinas* tem mais de 2,5 milhões de acessos em quatro anos, sendo atualmente 1.500 acessos diários em média, com mais de 1.000 publicações, mais de 50 mil seguidoras/es em redes sociais, referência em mais de 100 portais e outros sites, mais de 50 participações em encontros acadêmicos, cursos, reuniões com organizações da sociedade civil, entre outros e participamos de cinco projetos acadêmicos em que o portal é objeto de estudo.

Projetos e parcerias

Somos muitas mulheres espalhadas pelo mundo. Vivemos uma onda de visibilidade das causas que nos tocam, mas ainda é cedo para dizer que já atingimos aquilo que é direito humano. Mulheres e meninas são violadas a cada minuto em todo o globo terrestre. A fome ainda é uma realidade em todo o mundo e as mulheres ainda são as grandes vítimas das guerras. A intolerância com as diferenças demonstra que discutir direitos básicos dos seres humanos é premente. Habitar o século XXI deveria nos impor a necessidade de discutir os direitos da mulheres, sobretudo a partir da ideia de equidade, necessária para atingirmos a igualdade num ambiente desigual. É nesse sentido que o feminismo nos atravessa como uma estratégia de ação essencial para a superação desta sociedade que ainda determina papéis, reserva lugares e inviabiliza o que não é hegemônico.

Do singular para o plural, *Catarinas* parte do seu lugar para o mundo. Nosso trabalho considera o contexto de nosso tempo e seus diálogos com nosso aqui e agora. Nossas pautas e fontes, sempre que possível, partem de nosso cotidiano, porque entendemos que o jornalismo e a luta pela transformação do mundo passam pela observação atenta do nosso meio, da nossa realidade, da vida de nossas mulheres. Jornalismo em perspectiva de gênero é o jornalismo feminista especializado no direito a ser quem se é. Somos uma gota no oceano, trabalhando para que o mundo em crise seja transformado pelo melhor, pelo bom e pelo justo.

Neste sentido, *Catarinas* busca propor outra narrativa jornalística sobre o tema, diferente desta que reproduz estereótipos e

não constrói a equidade de gênero. Apostamos na valorização das vozes comumente invisibilizadas pela mídia tradicional, e no enfoque não estereotipado delas, buscando a multiplicidade das fontes. Para atingir esse objetivo trabalhamos em redes. Integramos a Rede Nacional Feminista de Saúde, o Alianza Global en Medios de Comunicación y Género (GAMAG), a Frente Nacional pela Legalização do Aborto, e como organizações parceiras temos o Observatório de Políticas de Sexualidade SPW, CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC e Cotidiano Mujer (Uruguai).

Sustentabilidade e financiamento



Campanha de financiamento coletivo do Portal Catarinas

O jornalismo em perspectiva de gênero, especialidade jornalística em que o *Portal Catarinas* aposta, tem se mostrado uma demanda social. Na busca por informação de qualidade, checagem de dados e acuidade de fontes, as pessoas demonstram a necessidade de produção de conteúdo que prime pela contextualização, pela pluralidade de ideias e pelos dados analisados de forma crítica e independente. Longe da imparcialidade – tão questionada em nossos dias – mas sempre na pista da verdade factual e das mais amplas visões sobre o fato.

Diante desse cenário, os desafios se tornaram ainda maiores para a nossa equipe. Fazer jornalismo profissional e especializado requer mais do que desejo: é preciso tempo, recursos humanos e materiais. Desta forma, nosso coletivo se empenha hoje na construção de estratégias que permitam a sustentabilidade do portal. Essa

tem sido uma tarefa contínua para muitxs de nós que buscamos novas formas de manter o jornalismo independente, o que inclui sensibilizar a sociedade para a ideia de que o conteúdo financiado por leitorxs permite a independência editorial do veículo.

Por esse novo tempo o nosso caminho enquanto jornalista é construir a história e registrar o tempo presente. Produzir jornalismo hoje tem seus desafios. Por um lado, temos um campo fértil com a descentralização do conteúdo permitida pela web e sua convergência de formatos. Acompanhamos o que acontece aqui e acolá em tempo real e estamos conectadxs 24 horas por dia, rompendo barreiras culturais e territoriais. Por outro, nunca estivemos tão longe das pessoas. A individualização é um aspecto de nossa época e o jornalismo sente como nenhuma outra profissão o encarceramento dos indivíduos em bolhas que nos recortam cada vez mais a realidade.

Mas é também tempo de mudanças nas tradicionais compreensões sobre o jornalismo e seu exercício. O modelo vigente do jornalismo-produto segue em contradição. Ainda fornece lucro às grandes corporações, mas esgotando seus recursos produtivos. Profissionais sub-valorizadxs e adoecidxs e a concentração dos meios de comunicação de massa sufocam o exercício profissional ético e reflexivo.

O mundo está em transformação e o capitalismo, cada vez mais, responde à crise com o acirramento da violência. A fragmentação do pensamento, a desterritorialização, o consumo, o individualismo, as diásporas contemporâneas e a guerra nos mostram que, como humanidade, precisamos trilhar novas perspectivas, construir novas modalidades de vida em sociedade que não destruam, num futuro próximo, a vida tal qual conhecemos até aqui. É nesse contexto difícil que se torna clara a necessidade de insurreição. O jornalismo-direito se reforça em detrimento do jornalismo-produto, demonstrando que o seu exercício deve ser atraído pela vontade de contar o tempo presente a partir das mais diversas vozes, dos mais diversos pontos de encontro e desencontro, das mais diversas perspectivas.

Catarinas vive nesse novo tempo em que a tradição é contestada. E radicalizar é o lema: sobre o prisma do jornalismo, sob o sonho de uma vida menos desigual. A proposta é fazer jornalismo a

partir da lógica do direito fundamental à informação, tendo em vista o seu exercício político impresso nas escolhas, mas, sobretudo, amparado na pluralidade dispersa no mundo real. Fazer jornalismo em sua essência, essa é a radicalidade. Diante desse desafio, apostar no gênero como especialidade está de novo ligado às zonas de tensões de nosso tempo e à necessidade de se caminhar enquanto humanidade, sem retrocesso de direitos e com a ideia do avanço social em nosso horizonte. É uma luta constante.

Consideramos ser esse um ponto-chave para fazer frente também à precarização da profissão, que reduziu consideravelmente os postos de trabalho nos últimos anos e afeta principalmente as mulheres, por serem elas a maioria nas redações. Para isso, precisamos cada vez mais do apoio de nossas leitoras no fomento do financiamento coletivo, imprescindível para a nossa produção jornalística, e também na construção de novas parcerias em projetos que dialoguem com a perspectiva feminista, como oficinas, palestras, produção de conteúdo, entre outras possibilidades como a diversificação das frentes de trabalho e financiamento, no sentido de ampliar a atuação do *Catarinas* junto à sociedade. Sabemos dos desafios em termos de ampliação da audiência e da necessidade de produzir ainda mais materiais investigativos, por isso estamos buscando parcerias e novas formas de financiamento.

Pela profissionalização do trabalho jornalístico

Constituído formalmente por meio de uma associação, o *Portal Catarinas* deu um passo importante em 2019 no que se refere à profissionalização do trabalho jornalístico que realiza diariamente. Inaugurou uma nova fase no processo de institucionalidade estruturando as bases da Associação Portal Catarinas, reforçando a responsabilidade de cada associada nesta construção e o caráter político de termos escolhido constituir uma organização social com finalidade pública – em contraposição à lógica comercial que impera nos grandes meios.

Nossa responsabilidade social passou a tomar outra dimensão quando deixamos de ser um coletivo para formalizamos nosso CNPJ como uma Organização da Sociedade Civil (OSC). A formalização é pressuposto para ampliar nossas fontes de financiamen-

to e para alcançar nosso objetivo de remuneração das jornalistas feministas integrantes do projeto, medida que politiza ainda mais a demanda social da atuação de mulheres no jornalismo com perspectiva de gênero. Substituir o trabalho voluntário pelo trabalho remunerado faz com que consigamos nos dedicar exclusivamente à rotina do Portal, investindo nossa energia, tempo e capacidade intelectual na consolidação de um jornalismo transformador nos moldes que acreditamos.

Consideramos a urgência de intensificar o debate sobre as desigualdades sociais existentes no País, entre elas as assimetrias de gênero – temas sob ataque constante de grupos que rapidamente estão ascendendo ao poder nas mais diversas esferas. Junto com a discussão de estratégias para a nova configuração do Portal, também foi realizada uma formação teórica sobre os feminismos e o jornalismo com perspectiva de gênero, iniciativa que visa a qualificação de nossa percepção e o embasamento sobre o percurso e a amplitude do pensamento feminista, assim como a sua potência para as narrativas que colocamos em circulação.

Seguimos neste caminho de resistência, no exercício do fazer jornalístico posicionado, frente à predatória concentração de mídia que ameaça a liberdade de expressão, entendendo a necessidade da democratização dos meios e a nossa responsabilidade ética em pluralizar as vozes na arena pública. Compreendemos a grandeza do que empreendemos até aqui: juntas somos uma unidade de poder capaz de vocalizar falas que ao longo da história foram silenciadas, e confrontar aqueles que querem relegar parcelas da população à subalternidade.

Referências

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193588/PJOR0110-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em 28/10/2019.

ESMITIZ, Fracielle. **Jornalismo feminino e feminista**: uma análise do Portal Catarinas. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comu-

nicação. Belém (PA), 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1849-1.pdf>. Acesso em: 31/10/2019.

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Portal Catarinas: estudo de caso de Jornalismo de Novo Tipo**. Vozes e Diálogo, v. 18, n. 1, p. 47-60, jan/jun. 2019. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/14723>. Acesso em 28/10/2019.

SOUZA, Daiane de; PINHEIRO, André. **Análise dos gêneros jornalísticos em portais de comunicação alternativa em Florianópolis**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Caxias do Sul (RS) 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0942-2.pdf>. Acesso em 31/10/2019.

VILVERT, Cassiane Bastos. **A disrupção no jornalismo: para onde estamos indo?: perspectivas de caminho e o caso do Portal Catarinas [TCC]**. Comunicação Social - habilitação em Jornalismo, UNISUL. Palhoça, 2016. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/2025>. Acesso em 31/10/2019.

Rede Sociais

Instagram [@portalcatarinas](https://www.instagram.com/portalcatarinas)

Facebook <https://pt-br.facebook.com/portalcatarinas/>

Twitter <https://twitter.com/portalcatarinas>

Youtube <https://www.youtube.com/channel/UCFcxCtEe7ric78iZ6tUG-8Gw/feed>

Website <http://catarinas.info>

Campanha de Financiamento Coletivo

<https://www.catarse.me/catarinas>

#NovosSentidos

#MúltiplasVozes

#JornalismoFeminista

#PortalCatarinas

#VamosJuntas

#SomosMuitas

SOBRE OS E AS AUTORAS

Ana Claudia Rocha Araujo é jornalista (2000-UPF/RS) e especialista em Políticas Públicas (2006-Udesc/SC). Realiza projetos de comunicação nos formatos impresso, digital e audiovisual com foco em organizações de classe e do movimento social.

Anita Grando Martins seguiu a profissão do pai, o jornalista Celso Martins. Formada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), participou do projeto *Daqui* em diversas ocasiões, contribuindo no trabalho jornalístico e no comercial. Em Florianópolis, também atuou como repórter no *Notícias do Dia*, no *Diário Catarinense* e na *Folha de S. Paulo*, neste último como correspondente local. Anita ainda morou em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde trabalhou na Editora Abril e na TV Globo. Nos últimos anos, passou a trabalhar como autônoma para diferentes veículos. É uma viajante apaixonada e recentemente tornou-se mãe.

Claudia Aparecida Weinman é militante da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), formada em Jornalismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e pós-graduada em Educação no Campo com Ênfase na Realidade Brasileira pela Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Vice-presidenta da Cooperativa Comunicacional Sul.

Dario de Almeida Prado Júnior, 68 anos, é jornalista desde 1969, quando começou como repórter da revista *Veja* em SP aos 17 anos de idade. Trabalhou no jornal *O Estado* de 1973 a 1975. Correspondente da revista *Visão* em SC, editor de Esportes no *Jornal da Bahia*, fotógrafo da sucursal da *Veja* em SC. Colaborador do jornal *Afinal* em SC, membro do Conselho Editorial do *Bernunça*, repórter no *Jornal de Xanxerê*, fotógrafo free lancer, documentarista do Movimento Estudantil de SC nos anos 1970 e do episódio da Novembrada. Produtor do documentário “Contestado, A Guerra Desconhecida”.

Elaine Tavares é jornalista, mestre em Comunicação Social pela PUC/RS e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua há mais de 30 anos com Comunicação Popular e é autora de mais de 10 livros, com destaque para “Jornalismo nas Margens” e “A Utopia na Reportagem”. É coeditora da revista *Pobres e Nojentas* e uma das editoras da *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, do IELA. Alimenta diariamente, desde 2004, o blog “Palavras Insurgentes” e tem dois programas na *Rádio Comunitária Campeche*, o *Chão de Terra* e o *Campo de Peixe*.

Jefrey Hoff foi professor visitante de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1992, com bolsa Fulbright. Fez investigações sobre os escândalos do governo Collor, e outras com impacto na campanha presidencial de 1994 e no pedágio da SC-401. Foi presidente do COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) em 1999 e representante da Lagoa da Conceição no Plano Diretor “Participativo” 2013-17.

Miriam Santini de Abreu é jornalista, doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2019). Tem mestrado em Geografia pela UFSC (2003), especialização em Educação e Meio Ambiente pela UDESC (2001) e graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 1994). Autora do livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (EdUFSC, 2006). É coeditora da revista *Pobres e Nojentas* e atua na *Folha da Cidade*.

AUTORAS E AUTORES
Ana Claudia Rocha Araujo
Anita Grando Martins
Claudia Weinman
Coletivo do Portal Catarinas
Dario de Almeida Prado Júnior
Elaine Tavares
Jeffrey Hoff
Miriam Santini de Abreu



ISBN: 978-65-88806-00-5

CDL



9 786588 806005